

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



“Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de homicídio”

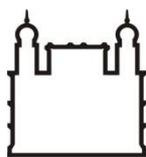
por

Daniella Harth da Costa

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências
na área de Saúde Pública*

*Orientadora principal: Prof.ª Dr.ª Kathie Njaine
Segunda orientadora: Prof.ª Dr.ª Miriam Schenker*

Rio de Janeiro, março de 2015.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Esta dissertação, intitulada:

“Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de homicídio”

apresentada por

Daniella Harth da Costa

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Simone Gonçalves de Assis

Prof.^a Dr.^a Cynthia Ozon Boghossian

Prof.^a Dr.^a Kathie Njaine – Orientadora principal

Dissertação defendida e aprovada em 05 de março de 2015.

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

C837 Costa, Daniella Harth da
Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de
homicídio. / Daniella Harth da Costa. -- 2015.
121 f.

Orientador: Njaine, Kathie
Schenker, Miriam

Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

1. Homicídio. 2. Adolescente. 3. Jovem Adulto. 4.
Família. 5. Sobreviventes. 6. Impactos na Saúde. 7.
Narração. 8. Consternação. I. Título.

CDD - 22.ed. – 364.152

Aos amigos, que ainda
jovens perderam suas vidas e que foram presenças
marcantes em pensamento durante todo o processo de
elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do mestrado, que para mim é a conquista de um desafio, só foi possível graças à contribuição direta e indireta de uma série de pessoas que estiveram ao meu lado durante este intenso processo de criação. Aproveito este momento, portanto, para agradecer:

À minha família, pais e irmão, pelo amor incondicional, pelo incentivo a ir mais longe e por me proporcionarem um ambiente sempre agradável e acolhedor;

À Kathie Njaine, por ter aceitado o desafio de me orientar nesta empreitada com muita dedicação e paciência, sempre estimulando o que há de melhor em mim;

À Miriam Schenker, pela coorientação, pelo olhar atento aos detalhes e por me apresentar à teoria sistêmica que se tornou uma referência não só para este trabalho, mas para a vida;

À equipe da pesquisa “Mortes violentas de jovens: um olhar compreensivo para uma tragédia humana e social”, especialmente à professora Edinilsa Ramos de Souza, coordenadora da pesquisa, e à professora Kathie Njaine, vice coordenadora, pelo convite para integrar o grupo e desenvolver o estudo com familiares de jovens vítimas de homicídio. Sou grata a essa equipe, pela acolhida generosa, pelos diálogos travados e, principalmente, pela oportunidade de participar de um estudo de natureza tão complexa, que compõe dados epidemiológicos e qualitativos. Aproveito para agradecer ao INOVA/ENSP e ao INCT/CNPQ pelo financiamento desse estudo.

Às professoras Simone Gonçalves Assis e Ana Lúcia Ferreira que compuseram a minha banca de qualificação e cujos comentários e sugestões considerei com carinho e reflexão;

Aos meus colegas de turma do mestrado, Natália, Paula e Léo, por terem compartilhado comigo, nestes últimos dois anos, vivências intensas. Pela amizade que construímos e por todos os bons encontros que tivemos;

Aos pesquisadores, professores e funcionários do CLAVES, especialmente ao Adriano, bibliotecário querido que me ajudou muito na obtenção dos artigos da revisão bibliográfica;

Ao namorado Marcus Vinícius, pelo apoio, companheirismo e paciência durante os últimos anos;

Ao Miguel, sobrinho que eu vi crescer junto com esta dissertação, pessoinha de um riso contagiante capaz de trazer paz a qualquer coração aflito;

Aos amigos da vida, presentes mesmo que distantes;

Às famílias que aceitaram compartilhar conosco a difícil experiência da perda de um ente querido em circunstâncias tão dramáticas; e

À CAPES pela bolsa de estudo durante os dois anos de mestrado.

“Era uma tarde quente e abafada, e Eros, cansado de brincar e derrubado pelo calor, abrigou-se numa caverna fresca e escura. Era a caverna da própria Morte. Eros, querendo apenas descansar, jogou-se displicentemente ao chão, tão descuidadamente que todas as suas flechas caíram. Quando ele acordou percebeu que elas tinham se misturado com as flechas da Morte, que estavam espalhadas no solo da caverna. Eram tão parecidas que Eros não conseguia distingui-las. No entanto, ele sabia quantas flechas tinha consigo e ajuntou a quantia certa. Naturalmente, Eros levou algumas flechas que pertenciam à Morte e deixou algumas das suas. E é assim que vemos, frequentemente, os corações dos velhos e dos moribundos, atingidos pelas flechas do Amor, e às vezes, vemos os corações dos jovens capturados pela Morte”

(Esopo, Grécia Antiga, in Meltzer, 1984).

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar os impactos do homicídio de um jovem na família, através das narrativas de familiares que vivenciaram esta perda violenta. A partir dos pressupostos da metodologia de história de vida, em particular da história de vida temática, a entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento de pesquisa, tendo como foco principal a trajetória de vida e morte do jovem e a vivência da família diante da perda. A abordagem sistêmica do pensamento científico se apresenta como o pilar de sustentação teórica desta pesquisa, principalmente, as enunciações de Maria José Esteves de Vasconcellos. Integra ainda às ações da pesquisa uma revisão não sistemática da literatura sobre o tema em questão. A partir da análise das entrevistas foram identificados os seguintes temas: *a vivência da perda, o impacto do homicídio na saúde dos familiares, o impacto do homicídio na dinâmica familiar, justiça versus impunidade, redes sociais de apoio e enfrentamento da perda*. A discussão desses temas centrais permitiu as seguintes considerações: a morte de um jovem por homicídio é sempre um evento trágico e doloroso para a família, independente da trajetória de vida do jovem; desperta sentimentos de raiva, angústia e, principalmente, de inconformismo diante de uma morte considerada prematura, violenta e “fora do lugar”; as ressonâncias da perda atingem a dinâmica familiar, impactando os seus membros no âmbito físico, emocional, financeiro e social; a justiça, enquanto mecanismo regulador da convivência coletiva, falha em sua função. Desse modo, a impunidade nos casos de homicídio se apresenta como um dos principais fatores de revitimização dessas famílias no contexto brasileiro; viver a partir da perda de um ente querido por homicídio não é uma tarefa fácil, mas parece ser facilitada quando a família pode contar com uma rede social de apoio composta por amigos, parentes e outros atores e serviços da comunidade; observa-se que, em geral, as famílias se utilizam do apego à espiritualidade como modo de apaziguar a dor e dar sentido à perda. Acredita-se que o conhecimento sobre os impactos do homicídio nas famílias pode contribuir para a discussão teórica e prática dessa problemática e para a construção de ações de intervenção de profissionais de saúde, assistência social e outros junto aos familiares e amigos de pessoas vítimas de homicídio.

Palavras-chave: homicídio, adolescente, jovem adulto, família, sobreviventes, impactos na saúde, narração, consternação.

ABSTRACT

This work aims to investigate the impact of murder of young people on family through family's narratives that experienced this violent loss. From the assumptions of the life history approach, in particular the thematic life history, the semi-structured interview was used as a research tool, focusing mainly on young's life and death trajectory and the loss experience of the family. The systemic approach of scientific thinking is presented as the base of theoretical support of this research mainly assertions of Maria José Esteves de Vasconcellos. The research actions also includes a non-systematic review of the literature on the subject. The interviews' analysis identified the following themes: *the experience of loss, the impact of the murder on family's health, the impact of the murder on family's dynamics, justice versus impunity, social support networks and coping with loss*. The discussion of these central themes led to the following considerations: the death of a young person for murder is always a tragic and painful event for the family, regardless of the young's life trajectory. Arouses feelings of anger, anxiety, and especially nonconformity toward a death considered premature, violent and "out of place"; the resonances of loss affect family dynamics, impacting its members in the physical, emotional, financial and social ambit; justice, as a regulatory mechanism of collective life, fails in its function. Thus, impunity in cases of murder is one of the main revictimization factors for families in the Brazilian context; to live whereof a loved one for murder is not an easy task, but it seems to be facilitated when the family can have a social support network composed of friends, relatives and other actors and community services; it is observed that, in general, the family use the spirituality attachment as a way to appease the pain and make sense of the loss. It is believed that knowledge about the impacts of murder on families can contribute to the theoretical and practice discussion of this problem and to the building of interventions by health professionals, social worker and others with families and friends of victims of homicide.

Key-words: homicide, adolescent, young adult , family, survivors, health impacts, narration, consternation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
AMAFVV/ES	Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo
APVV	Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência do Ceará
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CLAVES	Centro de Estudos Latino-Americano sobre Violência e Saúde Jorge Careli
CRAVI	Centro de Referência e Apoio à Vítima
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PERCURSO TEÓRICO	17
2.1 VIDAS BREVES: A QUESTÃO DO HOMICÍDIO DE JOVENS NO BRASIL....	17
2.1.1 A violência letal.....	17
2.1.2 O homicídio como um jeito jovem de morrer.....	22
2.2 MORTE E FAMÍLIA.....	27
2.2.1 Breves considerações sobre a morte e o morrer.....	27
2.2.2 A morte violenta na família.....	31
3 SOBREVIVENTES DO HOMICÍDIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA...	36
3.1 O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO E OUTROS IMPACTOS NA SAÚDE DOS SOBREVIVENTES DO HOMICÍDIO.....	37
3.2 FATORES DE REVITIMIZAÇÃO.....	40
3.3 O SISTEMA FAMILIAR PÓS-HOMICÍDIO.....	44
3.4 FATORES PESSOAIS, SOCIAIS E INSTITUCIONAIS COMO FACILITADORES DO PÓS-HOMICÍDIO.....	47
4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	52
4.1 A TEORIA SISTÊMICA.....	53
4.2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	54
4.2.1 Campo do estudo.....	56
4.2.2 Participantes da pesquisa.....	57
4.2.3 Procedimentos.....	57
4.2.4 Tratamento e análise dos dados.....	58
4.3 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	59
5 NARRATIVAS DE FAMÍLIAS DE JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO: O DESAFIO DE VIVER A PARTIR DA PERDA	60
5.1 NARRATIVA I: “LUTEI TANTO E NÃO CONSEGUI”.....	60
5.2 NARRATIVA II: “ARRANCARAM DE NÓS AQUELA ALEGRIA”.....	68
5.3 NARRATIVA III: “ISSO NÃO ERA PARA TER ACONTECIDO”.....	75
5.4 NARRATIVA IV: “EU NÃO TENHO MAIS RAZÃO DE VIVER”.....	81
6 REFLEXÕES SOBRE AS RESSONÂNCIAS DA PERDA DE UM ENTE JOVEM POR HOMICÍDIO NA FAMÍLIA	86
6.1 A VIVÊNCIA DA PERDA.....	87

6.2 O IMPACTO DO HOMICÍDIO NA SAÚDE DOS FAMILIARES.....	93
6.3 O IMPACTO DO HOMICÍDIO NA DINÂMICA FAMILIAR.....	97
6.4 JUSTIÇA <i>VERSUS</i> IMPUNIDADE.....	98
6.5 REDE SOCIAL DE APOIO E MODOS DE ENFRENTAMENTO DA PERDA...	101
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
8 REFERÊNCIAS.....	112
ANEXOS.....	119

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação “*Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de homicídio*” é resultado de um estudo acerca das narrativas de familiares que perderam entes jovens por homicídio. Ao mesmo tempo em que há um considerável número de pesquisas, principalmente epidemiológicas, acerca da vitimização juvenil por homicídio no Brasil há também uma lacuna referente à compreensão da vivência desse evento na perspectiva dos familiares das vítimas.

A importância de estudar o homicídio não se restringe à crueldade e severidade com que uma vida é perdida. Estima-se que cada homicídio deixe para trás entre 7 e 10 familiares, além de amigos, colegas de trabalho e vizinhos (REDMOND, 1989). Um número significativo de pessoas é levado a enfrentar uma das faces mais devastadoras da violência. Sendo assim, pode-se dizer que o homicídio faz tanto vítimas diretas quanto vítimas indiretas.

As consequências de um homicídio podem ser de curto e longo prazo, afetando familiares e amigos das vítimas em sua saúde física e mental, nas relações conjugais, familiares, e com a comunidade. Pode também gerar problemas financeiros e, inclusive, mudanças no âmbito espiritual e de visão de mundo. Dada a complexidade dos efeitos do homicídio para as pessoas próximas às vítimas, a conceituação do homicídio vem sendo vista como uma questão não trivial e como um problema de saúde pública (MASTROCINQUE et al, 2014). No Brasil, essa constatação é particularmente relevante ao se observar que o homicídio afeta, desproporcionalmente, certos segmentos da sociedade.

Antes de prosseguir, cabe situar, que o presente estudo configura-se como um subprojeto de uma pesquisa mãe intitulada “Mortes Violentas de Jovens: um olhar compreensivo para uma tragédia humana e social”¹, desenvolvida pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ), entre os anos de 2014 e 2015. O objetivo dessa pesquisa maior é produzir uma análise sócio-epidemiológica da mortalidade de jovens de 15 a 29 anos², por homicídio, no Brasil e em alguns países da América Latina (Argentina, Colômbia, México e Venezuela); e aprofundar o olhar sobre dez municípios brasileiros considerando a magnitude e a compreensão do problema. Uma das

¹ A pesquisa vem sendo realizada no Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), FIOCRUZ. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da ENSP. CAAE: 17708813.8.000.5240. Número do parecer: 361.672 e data de relatoria de 13 de agosto de 2013.

² Segundo o Estatuto da Juventude instituído pela lei 12.852 de 2013 são consideradas jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.

etapas dessa pesquisa é a visita às cidades selecionadas, onde são realizadas entrevistas com indivíduos e grupos representantes de diferentes segmentos da sociedade³, cujas falas podem contribuir para a compreensão do homicídio de jovens. Um desses segmentos é o da família, recorte do qual essa dissertação se apropria e aprofunda a partir de um diálogo entre a metodologia de história de vida e da teoria sistêmica.

Um dos primeiros impasses na elaboração de uma pesquisa que trata da questão do homicídio é o desafio de abordar o tema da morte. Intrigante e rodeada de mistérios, a morte transita neste estudo a todo o momento como fonte inesgotável de dor e sofrimento. Sabe-se do teor negativo atribuído a esse tema e dos tabus que o cercam em nossa sociedade, por isso muito da dificuldade em abordá-lo. O homicídio, enquanto uma morte em circunstância violenta, agrava o sofrimento e traz consigo as marcas do estigma, da imprevisibilidade, da brutalidade e, em muitos casos, da impunidade (AMOUR, 2002; ASARO, 2001).

A morte de um ente querido é um evento doloroso que requer um período de luto e de ajustamento. Quando a causa da morte é o homicídio, entra em cena uma série de fatores que torna ainda mais complexa a sua assimilação. Mães, pais, irmãos, companheiros, amigos, passam a ter que lidar com uma morte repentina, um turbilhão de sentimentos, questões de justiça, insegurança, medo, sentimentos de vingança ou até de alívio dependendo de como esse ente era visto no seio da família. Ainda persiste na sociedade brasileira uma aceitação social da morte por homicídio, uma banalização com base principalmente na visão social restrita de que a causa da violência é a criminalidade.

Frente à complexidade da morte de um jovem por homicídio, a família emerge como uma questão que precisa ser melhor compreendida, principalmente se considerarmos que os impactos na saúde gerados pela violência não se restringem aos que são diretamente afetados por ela mas têm consequências sobre familiares, amigos e na sociedade em geral (MINAYO, 1994a).

Sob a perspectiva sistêmica, a família constitui-se no grupo primeiro de pertencimento, onde se estabelecem relações de dependência e vínculos afetivos entre os seus membros, funcionando como um sistema de interação recíproca com os grupos e as instituições sociais. A família é o principal lugar de enfrentamento das crises, de formação,

³ As entrevistas individuais englobam: representante da área de segurança pública do município, Secretário de saúde ou representante por ele indicado, Secretário de assistência social ou representante por ele indicado, Juiz da vara da infância e juventude ou representante por ele indicado e um familiar de jovem vítima de homicídio. Quanto às entrevistas grupais: profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), professores da escola pública de ensino médio, policiais militares, jovens envolvidos em programa de prevenção da violência entre jovens ou outro projeto social para jovens e jovens estudantes de escolas públicas e privadas.

crescimento, desenvolvimento e individuação de seus membros. (SCHENKER; CAVALCANTE, 2013).

A família, enquanto instituição, é atravessada pelos múltiplos fatores que constituem a sociedade. Apresenta-se como produtora e produto do social. Por isso, a família não pode ser vista como um núcleo apartado, isolado da sociedade e regido pelas suas próprias regras. Schenker (2011) fala de uma rede de causalidades múltiplas ao destacar a necessidade de considerar as inter-relações entre os contextos individuais, familiares, comunitários, culturais e sociais: “Para entender o indivíduo, é preciso observá-lo em seu contexto, uma vez que ele se interliga à família, que por sua vez se interliga ao social, formando uma rede de causalidades múltiplas” (p.40).

Situar a família dentro dessa complexa rede ajuda a compreender as consequências de uma morte por homicídio para cada membro da família e as implicações dessa perda na dinâmica das relações familiares. Na contramão dessa perspectiva, observa-se que se intensificam as pesquisas centradas no indivíduo e poucos trabalhos propõem-se a dar lugar à família como unidade orgânica de estudo. Ainda, muitos estudos focam grupos específicos como crianças, adolescentes, idosos e mulheres e deixam de inseri-los em seus contextos familiares. Ao fazerem isso, tais estudos acabam - de modo apressado e sem a devida reflexão- individualizando as diferentes etapas do ciclo da vida familiar, fato que frequentemente resulta em culpabilizar a instituição família pelas mazelas que esses diferentes grupos vivenciam ao longo do tempo.

O interesse da autora do presente estudo na questão da família é anterior ao ingresso no mestrado em saúde pública, pois já durante o curso de graduação em psicologia e integrando equipes de estágio, tanto na área da saúde quanto na da assistência social, em muito intrigava o modo como famílias inteiras eram esquadrihadas na tentativa de localizar nessa instituição, a culpa por problemas de dimensão pública e social. Situações de violência que atravessavam a vida de crianças e adolescentes eram cotidianamente focalizadas na ideia de uma mãe e/ ou de um pai que falharam em suas funções de cuidar e educar ou que apresentavam modos de vida considerados “condenáveis”. Não raro, observava-se a perpetuação, por parte de alguns profissionais, de uma concepção reducionista da violência, muito centrada no indivíduo e pouco interessada na dimensão relacional que o fenômeno da violência necessariamente evoca. Desse modo, percebeu-se que algumas práticas/discursos pareciam mais impor barreiras do que produzir pontes na compreensão da violência.

A partir do ingresso no mestrado e a entrada em um grupo de pesquisa sobre homicídios de jovens surgiu a possibilidade de desenvolver um estudo sobre a família diante

da perda de um jovem por homicídio. Essa oportunidade foi abraçada com muita vontade pela autora e o desenvolvimento dessa dissertação reflete sua motivação pela questão da família e da necessidade de levar em consideração sua dimensão.

Ao eleger um ou mais membros da família de um jovem vítima de homicídio como objeto desse estudo, considera-se a importância de tornar pública suas narrativas tanto acerca da trajetória de vida do jovem quanto das implicações dessa perda por um evento violento no âmbito familiar. Dalbosco (2006), em pesquisa realizada com mães de adolescentes e jovens assassinados, afirma que “(...) a família é o contexto principal do jovem e é onde os reflexos da violência ressoam de forma mais contundente” (p.185). E acrescenta:

apesar de virtuais, esses adolescentes são presenças ainda fortes, tornando-se espectros vivos do sofrimento estampado no rosto de cada um; mesmo que não se consiga nomear a dor, mesmo que a violência pareça já estar incorporada ao cotidiano das famílias (p.185).

Para além da motivação pessoal que impulsiona a realização desse trabalho, existem outros fatores que podem ser levantados e que conferem importância ao desenvolvimento desse estudo. Primeiramente, pode-se destacar a relevância do tema do homicídio de jovens na sociedade brasileira, pois se constitui na primeira causa de óbito desse grupo, sobretudo na faixa etária de 15 a 19 anos. Outra motivação parte de uma publicação lançada em Portugal sobre o manejo do atendimento aos familiares e amigos das vítimas de homicídio, na qual se destaca que não são necessários dados estatísticos, nem uma expressão numérica que cause impacto social para atribuir a este problema sua devida importância (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2012).

No caso do crime de homicídio, uma só família e/ou grupo de amigos em luto justificaria essa preocupação. Não são necessários números para considerar a incomensurável perda da vida de uma pessoa, nem para considerar o quanto precisam de apoio aqueles que sofrem a sua ausência e os efeitos negativos de um acontecimento traumático que é perder um ente numa morte por homicídio (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2012. p. 8).

Ao apresentar e problematizar as narrativas das famílias esbarra-se, inevitavelmente, em alguns dos fatores que corroboram individualmente e coletivamente para a perpetuação das mortes por homicídio de jovens em nosso país. A família, ao falar de sua vivência de perda traz, de um lugar privilegiado e singular, subsídios para a compreensão do fenômeno do homicídio de jovens, que nos estudos estatísticos ficam encobertos. Sendo essa, uma importante razão para o desenvolvimento de um estudo qualitativo.

Colocar em cena a questão da família que perdeu um jovem por homicídio significa empreender um necessário e urgente convite à reflexão acerca da situação de muitos jovens que acabam tendo suas vidas interrompidas ao se depararem com a morte prematura. Significa também, entender o homicídio enquanto um evento violento, inscrito numa problemática social e, por fim, lançar um olhar compreensivo sobre as famílias que precisam conviver com tal perda.

A partir desse percurso inicial de investigação alguns questionamentos emergiram com força: Quais os significados da morte de um jovem por homicídio na família? Quais as marcas que esse evento deixa na família? E por último, quais são as estratégias empreendidas pela família para lidar com essa forma de morrer?

A dissertação está assim estruturada:

O **Capítulo 2** apresenta o percurso teórico empreendido nesta pesquisa, que traz algumas incursões iniciais necessárias para a compreensão do tema aqui analisado. Desse modo, em um primeiro momento, na seção chamada “*Vidas breves: a questão do homicídio de jovens no Brasil*” são apresentadas referências teóricas sobre o problema de fundo dessa dissertação, a questão da violência no Brasil, principalmente a violência letal, seguida da discussão sobre a relação entre juventude e homicídio.

Em um segundo momento é abordado na seção “*Morte e Família*” referências teóricas que trazem considerações sobre a morte e o morrer, bem como as marcas produzidas pela maneira como a sociedade ocidental vem experimentando e se posicionando diante da morte. Posteriormente são apresentadas as implicações das mortes violentas na família, como é o caso do homicídio. Procurou-se entender a relação entre morte e família a partir de uma perspectiva sistêmica (WALSH; MCGOLDRICK, 1998).

O **Capítulo 3**, intitulado “*Sobreviventes do homicídio: uma revisão da literatura*”, dedica-se à revisão não sistemática da produção científica, nacional e internacional, acerca das repercussões do homicídio na vida das pessoas próximas à vítima. Foram levantados artigos (25), livros (3), dissertações (3) e cartilhas (3) publicados entre os anos de 2000 a 2014 que versam sobre o tema em questão. A apresentação da revisão é feita a partir dos seguintes subtópicos: (a) o transtorno de estresse pós-traumáticos e outros impactos na saúde dos sobreviventes do homicídio, (b) fatores de revitimização, (c) o sistema familiar pós-homicídio, (d) fatores pessoais, sociais e institucionais como facilitadores do pós-homicídio.

A metodologia da pesquisa qualitativa empreendida neste estudo está especificada e detalhada no **Capítulo 4**. A abordagem metodológica empregada foi a de entrevista ancorada na perspectiva de história de vida, em particular, da história de vida temática. Essa

metodologia foi utilizada como estratégia de valorização das narrativas das famílias sobre suas vivências de perda. Nesse capítulo também é apresentado o pensamento sistêmico que se constitui, nesse estudo, como a referência teórico-metodológica que apoia e fundamenta as análises.

Os resultados da pesquisa encontram-se no **Capítulo 5**, no qual são introduzidas a história de vida dos jovens e a vivência da perda pelas famílias, aqui apresentadas sob a forma de narrativas. Essas narrativas dividem-se em três momentos: contextualização da vida do jovem, circunstâncias do homicídio e ressonâncias do homicídio na família. Ao fim de cada narrativa é tecida uma síntese compreensiva que analisa em profundidade e resgata elementos peculiares das histórias trazidas pelos participantes.

No **Capítulo 6** é feita a discussão dos resultados, estruturada a partir da análise temática. Desse processo alguns temas chaves emergiram e foram postos em diálogo com a literatura específica. As análises buscaram evidenciar tanto os elementos recorrentes da experiência da perda de um ente jovem por homicídio quanto as singularidades de cada narrativa.

Por fim, no **Capítulo 7**, são apresentadas as considerações finais, na qual são levantadas algumas hipóteses e reflexões sobre esta empreitada.

2 PERCURSO TEÓRICO

Pensar a questão da família que perdeu um ente jovem por homicídio significa aproximar-se das histórias dos seres humanos que, diante da violência tão fatalmente disseminada hoje em dia, acabam tendo suas vidas profundamente marcadas pelo sofrimento e pela dor. Significa também considerar que apesar de abarcarem características semelhantes, cada família é única e encontra a sua própria maneira de lidar com a perda. Discutir o homicídio de jovens requer, necessariamente, algumas incursões teóricas acerca da relação entre violência e juventude e, sobretudo, da família em situação de perda. Violência, juventude e família despontam como termos caros a este trabalho e acredita-se na importância de estudá-los a partir de uma visão histórica, contextualizada e relacional.

2.1 VIDAS BREVES: A QUESTÃO DO HOMICÍDIO DE JOVENS NO BRASIL

Sempre há um número demasiado *deles*. “Eles” são os sujeitos dos quais devia haver menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. “Nós” são as pessoas das quais devia haver mais (BAUMAN, 2005, p.47).

2.1.1 A violência letal

Apesar da violência ser objeto de banalização e globalização nas mídias, ela deve ser entendida como um fenômeno produzido histórica e socialmente e que mesmo estando presente em todas as sociedades, ganha contornos específicos em diferentes culturas. É nesse sentido que Minayo (2003) aponta para a relação indissociável entre a violência e a sociedade na qual ela é gerada. Destaca ainda que a violência é um fenômeno biopsicossocial cuja complexa dinâmica emerge na vida em sociedade. Dessa feita, a compreensão da violência remete, necessariamente, a uma análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais (MINAYO, 1994a).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como:

o uso intencional de força física ou do poder real, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico,

desenvolvimento prejudicado ou privação (DAHLBERG; KRUG, 2006, p.1165).

Além da definição apresentada pela OMS, existem outras, que ora coincidem ora divergem. Por compreender um campo múltiplo e problemático, torna-se difícil atribuir ao fenômeno da violência uma conceituação precisa que dê conta de sua dimensão. Sendo assim, pela complexidade que exhibe, é de suma importância que seja compreendida de maneira ampliada.

Segundo Mansur (2009), a preocupação com as pessoas atingidas pela violência não é muito antiga, pelo contrário, é uma questão bem recente na história da humanidade. Ainda que o tema já fosse falado no final do século XIX, somente no século seguinte, e como consequência dos episódios de destruição em massa, ocasionados pelas duas Grandes Guerras, a violência toma contornos em escala mundial. Já no Brasil, a discussão acerca da violência passou a ganhar visibilidade durante o regime militar (1964-1985), período de intenso uso da violência contra os considerados opositores da ditadura, em que práticas de tortura e assassinatos eram recorrentes, embora velados.

O fim do regime ditatorial e o processo de redemocratização na década de 80 do século passado apresentaram-se como importantes transformações políticas no país. Entretanto, segundo Souza (1994), transformações sociais e econômicas também marcaram a época, principalmente pela intensificação da desigualdade social, aumento do número de pobres e indigentes e maior acumulação de riqueza pelas camadas mais abastadas. Além dessas questões, observou-se entre os anos de 1980 e 1990 que a violência alcançou um patamar acentuado e preocupante no contexto brasileiro que Souza e colaboradores (2003) descrevem do seguinte modo:

Nas duas últimas décadas do século XX, o crescimento da violência no Brasil vem afetando todos os setores da sociedade. Tal crescimento enseja a discussão de que o país estaria passando por uma nova epidemia social e por um dos mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado. Essa argumentação se fundamenta no número total e nas taxas de óbito, na quantidade, na intensidade e na variedade das formas de violência e na penetração que esse fenômeno passou a ter nos cenários da vida individual e coletiva, na deterioração da qualidade de vida e nas condições de saúde da população, particularmente nas grandes metrópoles (p.83).

Ainda segundo Souza (1994), os homicídios "foram os grandes vilões e principais responsáveis pelo maior impacto da violência na mortalidade da população brasileira" (p.45).

Prosseguindo com a discussão acerca do impacto da violência no período que seguiu o fim da ditadura militar, Peres e colaboradores (2006), ao se deterem nas mortes por causas externas⁴ entre crianças e jovens, declaram:

É surpreendente que essa situação tenha se agravado, ao invés de ter diminuído ou de ter sido controlada, em pleno período da consolidação da democracia. Era de se esperar que, com o retorno ao estado de direito, as violações de direitos humanos fossem reduzidas ou até mesmo desaparecessem. Com efeito, as violações motivadas pela repressão política desvaneceram-se, mas os atentados aos direitos civis da maioria pobre e afrodescendente, a criminalidade organizada e as práticas arbitrárias persistiram e até aumentaram (p.15).

Tanto no Brasil quanto no mundo, a violência e suas consequências negativas para a vida das pessoas deixaram de ser questões triviais. Um importante marco nesse processo foi em 1996, quando através da resolução WHA49.25⁵, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar a violência como um importante problema de saúde pública mundial. O documento reconhece a violência como propulsora de sérias consequências à saúde e ao desenvolvimento psíquico e social, a curto e longo prazo, nos indivíduos, nas famílias, nas comunidades e nos países.

A violência apresenta-se como uma questão social, mas que se transforma em um problema de saúde pública na medida em que converge para esse setor a necessidade de acolher os problemas de saúde individuais e coletivos gerados pela violência. Nesse sentido, Minayo (2005) aponta dois fatores que esclarecem o porquê da violência tornar-se um tema para o campo da saúde:

(1) pelo impacto que provoca na vida das pessoas; pelas lesões físicas, psíquicas, espirituais e morais que acarreta e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médicos e hospitalares; (2) porque atinge os temas tratados no conceito ampliado de saúde (p.61).

A importância do tema da violência no setor saúde é destaque do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial da Saúde lançado em 2002 (DAHLBERG; KRUG, 2006), ao afirmar que é de interesse da saúde pública o bem estar das populações e que a violência deve ser compreendida como um fenômeno que traz consequências negativas à qualidade de vida das pessoas. A partir desse documento a OMS colocou a violência como

⁴ Compreende-se a mortalidade por causas externas as mortes decorrentes de acidentes (relacionados ao trânsito, afogamento, envenenamento, quedas ou queimaduras) e de violências (agressões/homicídios, suicídios, tentativas de suicídio, abusos físicos, sexuais e psicológicos) (MASCARENHAS et al, 2011).

⁵ World Health Organization. WHA49.25. Prevention of Violence: a public health priority. Geneva. 1996.

uma das cinco prioridades para as Américas nos anos iniciais do século XXI. A violência ameaça o objetivo da saúde pública de propiciar comunidades seguras e sadias em todo o mundo, ainda que esse ideal esteja longe de ser alcançado.

No âmbito brasileiro, a preocupação com a violência foi incluída na agenda de saúde após a elaboração da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências no ano de 2001. O documento reconhece o impacto da violência no Brasil e trata esse tema como um problema de cunho social e histórico, inserindo-o na perspectiva da promoção e prevenção da saúde, assim como na construção da cidadania e da qualidade de vida (BRASIL, 2001).

Inserido na problemática da violência, o homicídio desponta como um evento de dimensões trágicas em nossa sociedade que, como já apontado anteriormente, cresceu de modo expressivo a partir da década de 1980. Como salienta Silva (2014), o homicídio pelo seu caráter irreparável e por levar à completa negação dos direitos apresenta-se como o evento violento de repercussões humanas e sociais mais sérias.

Na tentativa de compreender essa expressão da violência, diversas teorias explicativas são tecidas. Muito se fala de fatores estruturais, tais como pobreza, desigualdade social e urbanização como desencadeadores da criminalidade e da violência. Nesse sentido, Cano e Ribeiro (2007) afirmam que a relação entre a violência letal e as dimensões socioeconômicas de fato existe, mas não pode ser tomada de modo linear, uma vez que pode variar de acordo com as unidades de análise.

Outras explicações são as baseadas nas atividades rotineiras e no estilo de vida das pessoas, que apontam para fatores de risco para o homicídio. Modelos culturais, tais como a questão de gênero também pode ser destacada, principalmente no que se refere à construção do papel do homem na sociedade e seu privilégio em infligir violência. Fato esse que faz do homem, ao mesmo tempo, o principal agressor e a principal vítima do homicídio. Ainda existem as teorias que tentam relacionar as taxas de homicídio e a criminalidade, sendo essas sustentadas pela lógica de desorganização social *versus* participação social. Ou seja, sociedades com crescimento desordenado estariam mais suscetíveis às ocorrências de homicídio, em contrapartida, as sociedades com maior coesão social estariam mais protegidas desse tipo de violência (SILVA, 2014).

Considerando os diferentes modos de explicar o homicídio, Silva (2014) sustenta que esse evento, ao emergir em contexto de violência, não poderia ser explicado isoladamente por nenhum deles, haja vista o contexto de complexidade no qual se encontra subsumido. E pondera:

Na dinâmica das mortes violentas devem ser consideradas as formas de sociabilidade, os excessos nas relações de poder, entre pessoas, grupos sociais, instituições ou excessos cometidos pelo Estado para o controle social. Associados a estes elementos há ainda a falta de um espaço de diálogo e negociação diante dos problemas sociais o que inviabiliza a expressão de conflitos e sua resolução por seus atores (SILVA, 2014, p.22).

O termo homicídio vem do latim "*hominis excidium*", que significa “ato de uma pessoa matar outra”. É considerado um crime universal, punido em praticamente todas as culturas. Na legislação penal brasileira, o homicídio encontra-se inserido no capítulo relativo aos “*crimes contra a vida*” do Código Penal.

No âmbito da saúde, o homicídio é entendido como morte por agressão independente da sua tipificação legal. Na atual versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), publicada pela OMS, o homicídio encontra-se incluído na categoria de “Agressões”. Se a morte é identificada entre os códigos X-85 e Y-09, que faz referência aos ferimentos infligidos à outra pessoa com a intenção de ferir ou matar, essa é considerada homicídio (SILVA, 2014).

Cano e Ribeiro (2007) apresentam o homicídio como um fenômeno com origens diversas, pois equivale a etiologias diferentes. Isso significa dizer que os homicídios podem ser fruto de brigas, crimes passionais, disputa por terra, latrocínios, conflitos entre membros de crime organizado, ação de pistoleiros, traficantes e grupos de extermínios. Embora não seja a única forma de violência presente nas cidades, o homicídio é emblemático, na medida em que situa a condição humana no limite extremo de sua potencialidade agressiva e destrutiva (LOLIS, 2008).

O homicídio é amplamente utilizado como um indicador geral da violência na sociedade. A construção desse indicador se dá a partir da constatação de que o evento homicídio cobre um espectro amplo de fatores sociais ligados à violência. O homicídio enquanto um evento violento reflete, no entanto, somente a parte visível de um iceberg, de modo que, na parte submersa, esse fenômeno letal pode revelar o nível de desenvolvimento de uma sociedade e o modo como as relações sociais são constituídas. Reiterando o que outros autores anteriormente citados afirmam, questões como o incremento do consumo de drogas e do narcotráfico; formas emergentes de dominação e controle territorial; a legitimidade do uso da violência, entre outros devem ser objetos de análises desse evento (WAISELFISZ, 2006; 2011).

No Brasil, a violência se destaca como uma das principais causas de morbidade e mortalidade. Nesse cenário, o homicídio desponta como uma das formas mais brutais de

violação de direito: o direito à vida. A maioria das vítimas do homicídio possuem sexo, etnia e condição social conhecidos: são homens, jovens, negros e pobres. O quadro brasileiro de homicídios é tão dramático que de acordo com Soares (2005) “não seria exagero denominá-lo de genocídio” (p.142).

Por afetar, preferencialmente a população jovem, as mortes por homicídio têm gerado um forte desequilíbrio demográfico. Problemas econômicos também afetam a família nas situações em que a vítima do homicídio era o principal provedor. Soma-se a isso ainda, o custo sociocultural da violência, na medida em que fortalece a sensação de medo entre a população, altera os hábitos das pessoas e estimula atitudes agressivas e irracionais na tentativa de estancar a violência (CANO; RIBEIRO, 2007). Sem contar, o impacto emocional da perda, em muitos casos, irreversível, para os familiares e amigos das vítimas.

2.1.2 O homicídio como um jeito jovem de morrer⁶

Ao focalizar os jovens e a maneira como essa parcela da população é afetada pela violência, torna-se imprescindível colocar em questão o próprio conceito de juventude. Apesar das tentativas de estabelecer uma faixa etária como recorte da população jovem, sabe-se que o conceito de juventude é uma construção social, que vai se modificando conforme as condições históricas e culturais de uma dada sociedade e desse modo assume funções, representações e significados diferenciados (SILVA, 2014).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera jovem o grupo etário entre 15 e 24 anos de idade. Já o Estatuto da Juventude em vigor no Brasil estende a faixa etária um pouco mais, considerando jovens aqueles entre 15 e 29 anos de idade. Verifica-se ainda, que essa etapa da vida vem se ampliando, com uma tendência universal de se caracterizar como jovem a população na faixa etária de 15 a 30 anos (MINAYO, 2011 apud SILVA, 2014).

O exercício de conceituar a juventude não é uma tarefa simples, pois admite diferentes concepções. A OMS entende juventude com uma categoria sociológica que se caracteriza por um período de preparação para o exercício de diferentes papéis na idade adulta. Por outro lado, pode-se pensar que essa categoria tem configurações bem heterogêneas, uma vez que o modo de experimentar a juventude varia de acordo com as condições de vida nas quais se está inserido. Aí se incluem as distintas oportunidades de saúde, trabalho, educação e lazer

⁶ LOLIS (2008) deu a sua dissertação de mestrado sobre homicídio de jovens o título “Um jeito jovem de morrer”. Essa expressão ganha enorme sentido quando observamos de perto a magnitude da vitimização juvenil por homicídio no Brasil.

(BARBER-MADDEN; SABER, 2010). Essa última perspectiva aponta para a necessidade de se pensar a juventude para além de marcadores etários. Silva e Silva (2011) sinalizam que essa é uma das razões pela qual a literatura atual está dando preferência para o termo juventude no plural. Assim, pontuam: “O uso da expressão ‘juventudes’ representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um” (SILVA; SILVA, 2011, p.664). Não obstante, é possível afirmar que há aspectos compartilhados por jovens de uma dada geração em diferentes lugares do planeta, bem como particularidades biopsicossociais que caracterizam os sujeitos ou determinados grupos (SOUZA et al; 2013).

A presente pesquisa considerou “jovem” a população de 15 a 29 anos de idade, como o estipulado pelo Estatuto da Juventude vigente no Brasil desde 2013. No entanto, é imprescindível frisar que ao se falar de jovens neste estudo leva-se em conta os diferentes contextos e as diferentes trajetórias de vida que compõem cada uma das histórias apresentadas sem furtar-se, é claro, da reflexão acerca de um elemento comum que aproxima todas as histórias: a morte por homicídio como fim trágico do jovem.

Considerado um evento extremo da violência, o homicídio, em especial o que acomete a adolescentes e jovens, gera profundos questionamentos acerca da indiferença da sociedade brasileira em relação a esse grupo, se traduzindo através da cultura de violação dos direitos humanos básicos e da negligência do Estado. O debate acerca da violência letal contra jovens ganha relevância ao observarmos ao menos dois fatores: a magnitude desse evento no país e o extenso impacto ocasionado pelo homicídio no âmbito individual, social, econômico e político. No Brasil, estudos vêm mostrando que são os jovens as principais vítimas dessa violência (SOUZA et al, 2012; ANDRADE et al, 2011; RUOTTI et al, 2011).

Segundo o recente Mapa da Violência de WASELFSZ (2014), no ano de 2012 a população juvenil brasileira representava 26,9% da população total. Nesse mesmo ano foi registrado pelo DATASUS⁷ o total de 30.072 homicídios de jovens, 53,4% do total de homicídios no país, ou seja, mais da metade das mortes por homicídio estiveram concentradas nesse grupo. O mesmo estudo apresentou uma análise temporal de 1980 a 2012 mostrando que a taxa de homicídio de jovens no Brasil na faixa etária de 15 a 29 anos passou de 11,7 por 100 mil jovens em 1980 para 29,0 em 2012, o que representa um aumento de 148,5% na estatística da vitimização juvenil por homicídio.

⁷ DATASUS refere-se ao departamento de informática do Sistema único de saúde do Brasil. Integra a Secretária de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e é responsável por coletar, processar e disseminar informações sobre saúde.

Esses números revelam uma elevada concentração dos homicídios na população jovem do país e, apesar do significativo número de estudos sobre o tema, ainda falta uma efetiva consciência pública sobre esse grave problema que se reflete, sobretudo, nas fracas políticas públicas de enfrentamento da violência letal que acomete os jovens pobres.

Zaluar (2004) indica que houve uma drástica mudança no quadro de mortalidade no país. Hoje, não são mais as crianças desnutridas que morrem, mas sim os adolescentes acima de 14 anos. Quanto a isso, Peres e colaboradores (2006) destacam que um formidável progresso na redução das taxas de mortalidade infantil foi alcançado graças às políticas nas áreas da saúde pública e da educação. Entretanto, esse progresso é tragicamente anulado pelas altas taxas de homicídio na faixa jovem.

Como já frisado anteriormente, os jovens vítimas de homicídio apresentam sexo, cor, situação social e, até mesmo, localização totalmente conhecidos. Peres e colaboradores (2006) reforçam essa afirmação ao constatarem:

Ao contrário do que se poderia pensar, não há vítimas aleatórias ou ocasionais. Embora, no estágio da evolução do crime e da violência, no Brasil, as vítimas possam ser encontradas em todos os grupos sociais, é em determinados grupos que as taxas são proporcionalmente mais elevadas e acentuadas. Trata-se de grupos mais vulneráveis, mais expostos à violência, inclusive não-fatal, e mais associados aos comportamentos de risco. Compreendem adolescentes e jovens adultos na faixa de 15 a 29 anos, do sexo masculino, proporcionalmente mais representados entre negros e aqueles habitantes dos bairros que compõem a chamada periferia das regiões metropolitanas (p.33).

Esse caráter não homogêneo na distribuição dos homicídios é também observado por Souza (2005), que acrescenta que esses jovens, em geral, apresentam baixa ou nenhuma escolaridade e não têm qualificação profissional, provenientes de famílias constituídas por mulheres chefes de famílias, de baixa renda, de cor negra ou parda.

Ainda, segundo Souza (2005), é principalmente nas periferias das regiões metropolitanas que muitos jovens são recrutados para desenvolverem atividades ilegais, onde acabam facilmente transitando entre a posição de perpetrador e vítima da mesma violência. Santos (2007) defende que essa relação ambivalente que faz do jovem, em um dado momento a vítima, e em outro o agressor está marcada pela necessidade de uma luta constante no sentido de adaptar-se à violência ou superá-la em meio a uma era de globalização. O autor argumenta que o estímulo ao individualismo exacerbado, principalmente através do incentivo a um comportamento de “vencedores” e “perdedores”, uma marca do mundo globalizado, ameaça o rompimento de laços de sociabilidade. Além disso, são os jovens, principalmente os pobres, que sofrem mais drasticamente os impactos da desintegração do trabalho e da

incerteza do futuro, o que pode levá-los à busca de uma compensação através da participação, por exemplo, em atividades ilegais, justificada pela possibilidade de adquirir bens de consumo, cuja propaganda é fortemente vinculada nos meios midiáticos (PAIS, 1993).

Segundo Minayo (2006), a partir da década de 80 do século passado, o tráfico de drogas se tornou, no Brasil, uma resposta social “alternativa” de trabalho e, possivelmente a única, frente à dificuldade de conseguir um emprego formal e de vislumbrar na educação uma possibilidade de ascensão social, principalmente entre os jovens das classes menos favorecidas. Desse modo, a questão do tráfico no Brasil agrega um significado paradoxal, pois ora é visto como passaporte para a morte, ora como um caminho para fugir da miséria, como uma forma de sobrevivência (DALBOSCO, 2006).

A juventude pobre é a mais afetada pela violência das cidades brasileiras. Souza (2005) indica que a população jovem está mais exposta e vulnerável à violência, tanto pelo impulso à aventura e a busca por novos prazeres, característica dessa etapa da vida, quanto pelas condições de vida nas quais os jovens se inserem. A autora destaca que a necessidade de sobrevivência, de reconhecimento e de consumo alcançadas por meio ilegais - uma vez que as condições adversas do meio não permitem obter por vias legais - levam muitos jovens a se encontrarem em risco.

Ruotti e colaboradores (2011) e Andrade e colaboradores (2011) atribuem ao expressivo número de homicídios entre a população juvenil alguns fatores marcadamente estruturais da nossa sociedade, tais como: desigualdade social, exclusão social, disparidades territoriais e mercado de atividades ilegais, principalmente o associado ao tráfico de drogas e de armas.

Recentemente, o Governo Federal lançou o Plano Juventude Viva, uma iniciativa inédita que busca ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira, a partir da criação de oportunidades de inserção social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema. O plano tem como foco, principalmente os jovens negros e de regiões que concentram altos índices de homicídio (WASELFISZ, 2013).

Ao tratar da questão do adolescente diante da morte, Kovács (1992) atenta para o fato de que nessa fase o indivíduo apresenta grandes potencialidades, tanto corporais como psíquicas. Nesse momento, a morte pode ser posta distante enquanto possibilidade pessoal. Entretanto, esse mesmo período conhecido como o “auge da vida” é também o período de alto risco para a ocorrência de mortes inesperadas. A autora dá o exemplo da morte por suicídio

pela considerável frequência com que ocorre entre os jovens, mas sabe-se, que outras mortes violentas como os acidentes automobilísticos e os homicídios (como abordado neste trabalho) vêm abreviando a trajetória de vida de um número considerável de pessoas.

Kovács (1992) argumenta que é muito comum entre os adolescentes a crença de que a morte só ocorre com o outro, mesmo que aconteça com um companheiro próximo. Assim, a morte do amigo pode, portanto, ser entendida como um descuido/ incompetência. A busca por uma vida mais intensa se reproduz no desafio da morte e nesse caminho “pode ocorrer a morte por exagero da dose, por descuido, acidente ou assassinato. É na adolescência que o paradoxo da vida/morte fica mais evidente” (KOVÁCS, 1992, p.55).

A questão dos jovens no Brasil remete, necessariamente, a um debate acerca da forte associação entre “problemas sociais”, tais como a violência e a criminalidade, e a existência de uma juventude perigosa. Convém destacar que essa associação é tecida, substancialmente, a partir da construção social da ideia de uma juventude rebelde e agressiva que precisa ser controlada e combatida. Em meio a essa trama encontram-se, principalmente os jovens pobres e é nessa parcela da população que tais concepções parecem recair com mais força, reforçando a sua imagem de perigoso e sendo temido pela população. A construção desses estigmas acerca da população jovem empobrecida parece contribuir para a invisibilização e até mesmo para a banalização de uma dimensão cruel da violência que, através do homicídio, encerra muitas vidas jovens em nosso país.

Nomeados, tantas vezes, como “bandidos”, “marginais”, “vagabundos”, “drogados”, dentre outros termos estigmatizantes, esses jovens não têm do resto da população o reconhecimento do valor de suas vidas e sendo assim, tampouco terão de suas mortes. Ao falar sobre a vulnerabilidade social em que vive uma grande parcela dos jovens, Dalbosco (2006) apresenta uma das facetas da violência: “aquela que extermina, a cada ano, silenciosamente, milhares de jovens do nosso país” (p.56).

É claro, que em um país como o Brasil, onde há profundas desigualdades sociais, econômicas e de distribuição de direitos, a explicação para a relação entre homicídio e juventude não pode ser trilhada a partir de um caminho unidirecional. Parafraseando Kóvacs (1992): “Também não há igualdade se considerarmos que a morte se adianta ou se atrasa segundo relógios que se chamam condições sociais, econômicas e políticas” (p.40).

O debate acerca da violência letal que acomete um número demasiado de jovens no Brasil parece trilhar um caminho que vai ao encontro do conceito dramático de “refugo humano” apresentado por Bauman (2005). O refugo humano é composto por aqueles seres que não puderam ser reconhecidos, que não tiveram permissão para ficar. É o produto

inevitável, o efeito colateral da globalização. São os imigrantes, os refugiados, os asilados e também os jovens, principalmente os pobres, que, em nossa sociedade atual, vêm tendo seus direitos à vida, negados. O Brasil tem se destacado pelo número considerável de “vidas desperdiçadas” que vem produzindo em razão da violência fatal.

2.2 MORTE E FAMÍLIA

O medo da morte é nosso terror mais profundo, e a morte de um ente querido é nossa tristeza mais profunda (WALSH; MCGOLDRICK, 1998, p. xxv).

2.2.1 Breves considerações sobre a morte e o morrer

Kovács (1992) destaca que a morte do outro se configura como a vivência da morte em vida, como possibilidade da experiência da morte que não é própria, mas é vivida como se uma parte nossa morresse, uma parte ligada ao outro pelos vínculos estabelecidos. A autora refere-se à perda em primeiro lugar pelo vínculo que se rompe, de modo irreversível, sobretudo quando ocorre a morte real e concreta de uma pessoa. A morte envolve necessariamente duas pessoas: aquela que é “perdida” e aquela que lamenta a sua falta, como um pedaço de si que se foi. A perda do outro é vivenciada conscientemente, por isso, na maioria das vezes, é mais temida do que a própria morte.

A palavra ‘perda’ é usada, com frequência, nos contextos de morte e luto. Weiss (1993), citado por Rangel (2005), esclarece que esse termo refere-se a um evento que leva à privação persistente de uma figura emocionalmente importante. Essa afirmação conduz à noção de irreversibilidade da perda, ou seja, de sua permanência. Rangel (2005) entende que o luto supõe a perda de algo precioso e significativo. Desse modo, pode ser delimitado como um processo que segue a uma perda e que compreende uma elaboração da consciência da perda, processo de absorção e a consequente reestruturação da vida do enlutado, agora sem o que foi perdido. A autora esclarece:

O luto é um estado experiencial diante de um fato objetivo de perda que supõe uma vasta ordem de emoções, experiências, mudanças e condições vividas individualmente. Visto assim pode-se esperar uma grande diversidade de reações em resposta às perdas (RANGEL, 2005, p.42).

Comportamentos, expressões e sentimentos diante da morte são moldados por valores e crenças religiosas, bem como por costumes que se alteram com o passar do tempo. Um

breve sobrevoo sobre a história das sociedades ocidentais permite ver como o lugar ocupado pelo tema da morte mudou desde a época medieval até os dias de hoje. Essa observação aponta para o caráter histórico e não atemporal da relação do homem com sua finitude.

Mesmo não sendo do interesse deste trabalho promover um debate exaustivo sobre a questão da morte em nossa sociedade, é impossível abordar esse tema sem se deter, mesmo que brevemente, no estudo do historiador social francês Philippe Ariès acerca da história da morte no Ocidente (ARIÈS, 2012). Ele dedicou 15 anos de sua vida à investigação da relação do homem com a morte através da consulta a testamentos, iconografia, obras de arte, documentos, fontes literárias, litúrgicas e arqueológicas, cemitérios e túmulos.

Ariès (2012) observou que as atitudes do homem frente à morte, inicialmente, tinham um caráter sincrônico, ou seja, poderiam parecer imóveis através de períodos muito longos de tempo. No entanto, em certos momentos interviam mudanças, frequentemente lentas, até mesmo despercebidas, que hoje parecem mais rápidas e mais conscientes. O autor identificou quatro modos de atitude do homem diante da morte. São eles: a *morte domada*, a *morte de si mesmo*, a *morte do outro* e a *morte interdita*.

A *morte domada* situa-se na sincronia, cobrindo uma extensa série de séculos. Na primeira fase da Idade Média a morte desejada pela maioria da população era a morte anunciada, ou seja, não se morria sem ter tido tempo de saber que vai morrer. A morte terrível era a morte súbita, como a peste. O homem era advertido e “sabendo de seu fim próximo, o moribundo tomava as suas providências” (ARIÈS, 2012, p.36). A morte era algo muito simples, esperada no leito, onde se reunia os amigos, vizinhos, familiares e, até mesmo, crianças. Os ritos da morte eram simples, aceitos e cumpridos, mas sem ter um caráter dramático ou gestos excessivos de emoção. Ariès (2012) conclui que nessa época havia uma familiaridade com a morte, tanto da própria quanto a dos outros.

A relação de familiaridade do homem com a morte, tida como um fenômeno da natureza e parte do destino coletivo da espécie fazia com que ela fosse vista com indiferença, sem evitá-la, mas também, sem exaltá-la. Pela proximidade e simplicidade do convívio entre o homem e a morte, Ariès (2012) nomeou esse período de a *morte domada*.

Na segunda metade da Idade Média, entre os séculos XI e XII, modificações sutis começaram, lentamente, a atribuir um caráter dramático e pessoal à familiaridade tradicional do homem diante da morte. A ideia de destino coletivo da espécie passa, cada vez mais, a ser substituída pela preocupação com a particularidade de cada indivíduo, desenrolando a etapa conhecida como a *morte de si*.

A partir desse cenário, Ariès (2012) traz a ilustração do juízo final. O homem passa a temer o julgamento da alma e a ter dúvidas acerca do que acontece após a morte. Apesar de preservada a morte tradicional no leito, cercada por amigos e familiares, um caráter mais dramático e com forte carga emocional passa a ser experimentado pelo moribundo. Através da iconografia da época observa-se a seguinte cena: “De um lado a Trindade, a Virgem e toda a corte celeste e, de outro, Satã e o exército de demônios monstruosos” (ARIÈS, 2012, p53). Tal cena permite observar o duelo enfrentado pelo homem no momento de sua morte. Acredita-se que cada homem revê a sua vida no momento em que morre, entrando em contato com sua biografia. Com apego apaixonado pelas coisas e pelos seres que amou durante toda a sua vida, o homem tem dificuldade de abrir mão de seus bens e deseja levá-los consigo. Acredita-se que esse foi o momento histórico em que o homem mais amou a vida. A morte, nesse contexto, é vista como um fracasso, como algo que despedaça as ambições e envenena os prazeres. Por essa razão, Ariès (2012) afirma que “a morte tornou-se o lugar em que o homem melhor tomou consciência de si mesmo” (p.61).

Um novo sentido passa a ser atribuído à morte a partir do século XVIII: a morte romântica. A morte é exaltada, dramatizada e tomada como arrebatadora. Há beleza na morte, o repouso eterno é visto como sublime e a possibilidade de reencontrar as pessoas amadas é desejada. Entretanto, ao mesmo tempo, deixa-se de se ocupar da própria morte e ganha lugar, a preocupação e excessiva lamentação pela *morte do outro*. Ariès (2012) estabelece um paralelo entre esse novo sentido da morte e o surgimento na arte e na literatura da temática da morte associada ao amor e ao erotismo:

Como o ato sexual, a morte é, a partir de então, cada vez mais acentuadamente considerada como uma transgressão que arrebatava o homem de sua vida quotidiana, de sua sociedade racional, de seu trabalho monótono, para submetê-lo a um paroxismo e lançá-lo, então, em um mundo racional, violento e cruel (ARIÈS, 2012, p.67).

A tristeza e a dor representadas em verso e prosa são constantes nesse período, no qual morrer de amor, se o outro amado morre, é frequente. A morte ganha um caráter de ruptura, no qual a familiaridade do homem com a morte é afetada no sentido inverso ao anterior: a preocupação não está mais na morte de si, mas na *morte do outro*. Destacam-se, nessa época, as manifestações de choro e súplica no leito de morte; o luto adquire intensidade além do usual; e inicia-se o culto moderno aos túmulos e cemitérios (ARIÈS, 2012).

É a partir do século XX que a morte ganha um sentido inverso: deixa de ser familiar ao homem e passa a apresentar um teor negativo e vergonhoso, precisando ser escondida. Quanto a essa nova realidade, Ariès (2012) pontua: “trata-se de um fenômeno absolutamente inaudito. A morte, tão presente no passado, de tão familiar, vai se apagar e desaparecer. Torna-se vergonhosa e objeto de interdição” (p.84). A *morte interdita*, como denominada por Ariès (2012), representa uma mudança drástica no modo do homem se relacionar com a morte. Falar da morte tornou-se, praticamente impossível pelo senso de proibição que rodeia o tema. É preciso escondê-la, apagar os traços deixados pela morte, tornando-a imperceptível. Na família, o sofrimento pela morte não pode se exteriorizar diante das crianças para não impressioná-las. Chorar só é permitido se feito escondido, longe dos olhos dos outros. Entretanto, como adverte Ariès (2012), esse modo de vivenciar a perda não significa, em absoluto, que a morte seja insignificante. Dito de outro modo: o interdito da morte não aponta para uma indiferença em relação aos mortos ou ao sofrimento pela perda dos entes queridos, ao contrário, a não vivência da perda em razão de um luto interdito, pode gerar, pela contenção do sofrimento, prejuízos à saúde e comprometer a reorganização posterior dos enlutados (BARBOSA, 2010).

Essa recente atitude frente à morte nasce no bojo de uma sociedade moderna preocupada em produzir e usufruir, na qual a felicidade é tomada como imperativa. Não há tempo a perder. É preciso ser feliz! Nesta sociedade de contentamento forjado é valorizado, segundo Ariès (2012):

(...) a necessidade da felicidade, o dever moral e a obrigação social de contribuir para a felicidade coletiva, evitando toda causa de tristeza ou de aborrecimento, mantendo um ar de estar sempre feliz, mesmo se estamos no fundo da depressão. Demonstrando algum sinal de tristeza, peca-se contra a felicidade, que é posta em questão, e a sociedade arrisca-se, então, a perder sua razão de ser (p.89).

Esse mecanismo de operar da sociedade atual diante da experiência da morte é um debate particularmente importante no âmbito dos estudos sobre a vivência da perda. Observa-se que a manifestação do luto, a expressão e vivência da dor tornaram-se atributos de fraqueza condenados pela sociedade. Os rituais que empregamos hoje em dia reforçam a ocultação e o disfarce da morte, como uma tentativa de tirá-la de cena. Tais aspectos são sublinhados por Kovács (1992) como tendo importantes consequências do ponto de vista psicopatológico, na medida em que doenças psíquicas podem estar relacionadas com um processo de luto que não teve espaço de expressão, sendo, portanto, mal elaborado. A autora reforça ainda, que o tempo

de luto que pode se estender por muitos anos, não é compatível com os acelerados parâmetros da sociedade capitalista que “centrada na [lógica de] produção, não suporta ver os sinais da morte” (KOVÁCS, 1992, p.151). No âmbito desse contexto, as perdas por morte violenta, tais como o homicídio, o suicídio e os acidentes de trânsito, ganha contornos dramáticos.

A morte enquanto parte integral da existência humana sempre suscitou questionamentos. Desde os tempos mais remotos da civilização, os seres humanos buscaram entender os seus mistérios. Atualmente, isso não poderia ser diferente, uma vez que a espécie humana permanece constantemente ameaçada pela violência, pela destruição e pelos conflitos. Nesse contexto, Rangel (2005) destaca que o ser humano encontra-se permanentemente confrontado com o desafio de compreender a finitude, não somente como um fato natural, mas também, como forjada pelo próprio homem.

Cada vez mais, a temática da morte tem ganhado espaço na literatura e buscando obter um panorama geral do que foi produzido sobre esse tema entre 1985 e 2009, Barbosa (2010) realizou um levantamento bibliográfico. A pesquisadora constatou a existência de inúmeras pesquisas, a maior parte delas associada a três contextos: estudos sobre profissionais de saúde que cuidam de pacientes terminais; pessoas que passam por perdas significativas ou que estão enfrentando a iminência da morte de alguém próximo e, em número reduzido, trabalhos de caráter psicoeducativos que buscam trazer a morte como alvo de reflexão em diferentes contextos. Convém destacar que nesse levantamento não aparece com quantidade significativa os estudos acerca da vivência de perda por mortes violentas, o que denota a ainda pequena preocupação com o tema.

2.2.2 A Morte violenta na família

É importante considerar que as incursões teóricas apresentadas até o momento situam a questão da morte em um contexto amplo, diverso do que se pretende na presente pesquisa. Este estudo não trata de qualquer morte, mas se detém a uma experiência específica de perda - a perda de um ente jovem por homicídio - em um grupo específico - a família. Tomando essas considerações como direções importantes do trabalho fez-se necessário resgatar alguns autores que oferecessem subsídios para a compreensão teórica da perda no contexto familiar, sobretudo, das implicações da morte por homicídio (incluindo-a no âmbito das mortes violentas) na família.

Ao abordar o tema da morte na família, Walsh e McGoldrick (1998) destacam que de todos os eventos da vida, a morte é aquele que traz consigo o desafio adaptativo mais intenso

e doloroso para a família tanto enquanto sistema, como para cada um dos seus membros de modo individual, com ressonâncias em todos os outros relacionamentos. Empreendendo uma ótica sistêmica, as autoras destacam que a morte de um membro na família produz impactos tanto imediatos quanto a longo prazo no desenvolvimento familiar, no curso do ciclo da vida e, até mesmo, por várias gerações. Nessa perspectiva, o impacto familiar da perda é visto não somente pelo viés patológico ou disfuncional, mas também pelo potencial de crescimento e desenvolvimento que pode desencadear.

Pelo grande desafio adaptativo que a morte evoca exigindo da família uma reorganização, Walsh e McGoldrick (1998) enumeram algumas tarefas adaptativas que, quando presentes, tendem a promover a adaptação imediata e de longo prazo dos membros da família e fortalecer a família enquanto unidade funcional. São essas tarefas: a) o reconhecimento compartilhado da realidade da morte e a experiência comum de perda. Aqui, enfatiza-se a importância de uma comunicação clara entre os membros da família, já que nessas circunstâncias é comum as famílias experimentarem sentimentos confusos e ambivalentes de raiva, desapontamento, desamparo, alívio, culpa e abandono; b) reorganização do sistema familiar e reinvestimento em outras relações e projetos de vida. Faz-se necessário o realinhamento das relações e a redistribuição dos papéis necessários para reorganizar e prosseguir com a vida familiar. Nesse momento, uma rede de apoio significativa facilita a possibilidade de seguir em frente. É lícito supor que para uma família que teve um membro assassinado essas tarefas adaptativas podem estar um pouco mais distantes do seu alcance, uma vez que a perda por morte violenta apresenta um teor trágico para aqueles próximos à vítima.

A morte de um membro da família tem a capacidade de modificar a estrutura familiar e, geralmente, de requerer a reorganização do sistema como um todo. Acredita-se que o sentido atribuído à morte e as respostas individuais diante do evento sejam moldados pelo sistema de crenças da família que, por sua vez, é moldado pelas experiências de perda (REISS; OLIVERI, 1980 apud WALSH; MCGOLDRICK, 1998). Sendo assim, a diversidade e a complexidade do processo de perda estão relacionadas às interações dos indivíduos com seus contextos familiares e sociais, à história, ao aqui-e-agora, bem como às circunstâncias da morte e seu significado para a família.

Os diferentes significados atribuídos à perda podem variar de acordo com a forma, a natureza e o momento da morte no ciclo de vida. As mortes após uma doença prolongada podem desencadear o esgotamento financeiro e de prestação de cuidados da família. Os sentimentos despertados por uma morte nessa circunstância são, geralmente, atravessados por

um misto de alívio (pelo fim do sofrimento do doente e da tensão da família) e de culpa. Já a perda ambígua, quando há a incerteza quanto à morte de um membro, representa uma agonia para a família. A busca incessante por uma criança desaparecida ou a impossibilidade de recuperar um corpo, por exemplo, pode tornar ainda mais intensa e traumática a vivência da perda.

A morte por homicídio, interesse desse estudo, engloba, na maioria dos casos, alguns aspectos específicos: a violência com a qual é perpetrada, a perda repentina e brusca de uma vida e, no caso do homicídio de jovens, a prematuridade da morte. Esta combinação trágica de fatores influencia de modo particular as respostas da família à perda. Uma morte inesperada não permite que os membros da família se preparem para o evento, para lidar com assuntos inconclusos ou, até mesmo, para dizer adeus. As ressonâncias de uma morte violenta podem produzir impactos devastadores sobre o sistema familiar. A perda de vidas como resultado de uma violência tem um impacto importante no sofrimento daqueles que ficam. Mortes dessa natureza que atingem desproporcionalmente famílias de áreas mais empobrecidas podem traumatizar toda uma comunidade (WALSH; MCGOLDRICK, 1998).

Kovács (1992) sinaliza que as mortes inesperadas são bastante complicadas, pela sua característica de ruptura brusca, sem que pudesse haver nenhum preparo. Ainda, segundo Rangel (2012), as mortes não anunciadas, ou seja, que não há uma percepção da morte iminente, além de traumáticas, desencadeiam, com frequência, sentimentos de confusão, culpa, desamparo e revolta. Acrescentam Clements e colaboradores (2004), que esse caráter repentino e traumático do homicídio produz mudanças dramáticas nas famílias, desencadeando uma necessidade inesperada de avaliação e de recalibragem das regras e da estrutura da família.

O homicídio de um jovem além ser um evento violento é também prematuro, o que representa para a família, um grande infortúnio, principalmente devido à concepção de que a morte de um jovem é uma “morte antes do tempo”. Assim, a perda de um filho, por exemplo, representa a troca da ordem natural da vida e da morte. Quando a morte de um jovem está associada a comportamentos arriscados como abuso de álcool e de drogas, os pais e os irmãos podem ter sentimentos ambíguos de raiva e frustração em relação ao comportamento do jovem e de tristeza pela perda sem sentido. A prematuridade e o sentimento de injustiça relativo à morte podem levar os membros da família a um profundo questionamento do sentido da vida: “quando seus pais morrem, você perde o seu passado; quando seus filhos morrem, você perde o seu futuro” (WALSH; MCGOLDRICK, 1998, p. 63).

Corroborando essas ideias, Rangel (2012) destaca que a perda de um filho por assassinato coloca em xeque a crença dos pais no ser humano, colocando-os diante do que a autora nomeou de um “dilema ético”. Quanto a isso, a partir de uma perspectiva religiosa, a autora esclarece:

Desde muito cedo, [os pais] aprenderam que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, que devem amar ao próximo como a si mesmos, que deveriam ser solidários com os irmãos necessitados, e assim por diante. Quando se deparam com a morte por assassinato, um grande dilema ético os assombra: o revide. Nos momentos iniciais, os pais são tomados por uma fúria esmagadora, por um desejo de revidar (os sentimentos de raiva e fúria são os mais citados pelos pais). Suas escalas de valores, tão bem estabilizadas e constituídas ao longo da vida, passam para o lado oposto, o que os deixa assustados com a magnitude dos sentimentos negativos e destruidores que os assomam (RANGEL, 2012, p.12).

O vínculo afetivo entre pais e filhos é geralmente intenso. Isso se deve em parte à construção social dos filhos enquanto continuidade dos pais, a sua projeção no futuro e expressão viva de sua passagem pela vida. Rangel (2005) destaca a relação entre a procriação e a busca da imortalidade pelos pais, apontando o filho como antítese da morte. Partindo dessas concepções, não raro o processo de luto vivenciado por pais é descrito como potencial para o desencadeamento de manifestações menos comuns como, por exemplo, desequilíbrio emocional e o desenvolvimento de patologias do foro psiquiátrico (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2012).

McGoldrick (1998) se apoia em Kuhn (1981) ao destacar que mesmo uma perda traumática pode ser suportada. Entretanto, isso depende da aceitação dos membros da família e da reestruturação de seus relacionamentos para seguir em frente com suas vidas. Ao não reconhecerem a morte e a necessidade de reorganizar e reorientar a família e suas vidas, as famílias acabam paralisadas diante da perda.

Do mesmo modo que as circunstâncias da morte podem exercer influência sobre a família, Walsh e McGoldrick (1998), também consideram que os padrões de organização e comunicação e os sistemas de crenças familiares sejam variáveis mediadoras cruciais para a adaptação familiar à perda. Nesse sentido, as autoras apontam a rede familiar e social como um eixo importante ao se pensar a vivência da perda, na qual é possível observar o nível de funcionamento geral da família e o estado das relações familiares antes e depois da perda, inclusive, em relação à família extensa.

Uma morte por homicídio pode representar um divisor de águas, um evento de ressonâncias profundas para a família, mas, como já destacado anteriormente, as respostas da

família podem variar de acordo com uma série de fatores. Nesse sentido e com o intuito de acessar os efeitos do homicídio nas famílias, Thompson e colaboradores (1998) sugerem a necessidade de conhecer três momentos relativos à vivência desse evento. O pré-evento, acessado através das narrativas trazidas pela família acerca da trajetória de vida da vítima, na qual pode ser observada a natureza e a qualidade da relação entre o membro da família e a vítima, assim como o lugar ocupado por este último no sistema familiar. O evento propriamente dito, que se refere ao relato da família sobre o homicídio. Aqui se incluem as circunstâncias, o lugar onde o evento ocorreu, como a família recebeu a notícia, entre outros. E por último, o pós-evento, o momento no qual a família permanece, mas agora, sem a presença daquele que sofreu o homicídio. Nesse momento, os desafios enfrentados pela família podem ser os mais variados e estão estreitamente relacionados com os momentos anteriores.

3 SOBREVIVENTES DO HOMICÍDIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Numa sociedade como a nossa, todos somos, de alguma forma, sobreviventes da violência (CANO, 2006, p.15).

Este capítulo revisa a produção literária acerca da temática das famílias de vítimas de homicídio. Para tanto, foi empreendida uma revisão da literatura com recorte temporal de 2000 a 2014. Foram usados os seguintes descritores: homicídio, família, impactos, sobreviventes do homicídio, vítimas invisíveis e morte violenta empregados separadamente e em alternadas combinações. Também foram consultados livros, artigos, dissertações e manuais localizados por meio de pesquisa direta no Google acadêmico⁸ e também através das referências bibliográficas dos trabalhos encontrados, totalizando 34 documentos.

Na literatura da área, os familiares de jovens assassinados são conhecidos como sobreviventes do homicídio (VIANO, 2007). Esse termo pode soar, no entanto, como uma contradição. De fato, a vítima do homicídio não sobrevive, contudo, considera-se que todo homicídio produz duas categorias de vítimas: a vítima que é diretamente assassinada e as vítimas associadas ou as vítimas secundárias, como também são conhecidas. As vítimas secundárias englobam familiares, amigos e pessoas próximas, isto é, os sobreviventes. Diferente das vítimas diretas do homicídio que são facilmente reconhecidas e contabilizadas pela estatística, os familiares e amigos das vítimas permanecem desconhecidos, com pouco ou nenhum suporte para suas necessidades, sendo renegados à obscuridade em muitos contextos (HERTZ et al, 2005).

Amour (2002), ao falar da realidade dos Estados Unidos da América, ressalta o quanto as famílias de vítimas de homicídio são negligenciadas pela literatura e não reconhecidas como também vítimas de um ato criminoso. Segundo o autor, o homicídio na perspectiva da família engloba especificidades que o torna um evento peculiar em relação a outras mortes violentas: a) os membros da família precisam enfrentar o fato de que a morte de seu ente querido foi intencional, imprevisível e fruto do ato violento de outra pessoa; b) como o homicídio é um evento público, os membros da família são ignorados em seus direitos à privacidade e seus dramas podem ser publicamente escancarados; c) como o homicídio é um crime que atenta contra a ordem jurídica do Estado, as famílias tornam-se espectadores e suas necessidades ficam em segundo plano em relação aos interesses do Estado.

⁸ <http://scholar.google.com.br>

Apesar da magnitude das mortes por homicídio no Brasil e o significativo número de pesquisas sobre esse fenômeno, a preocupação centrada na questão da família que vivencia essa perda tem sido pouco explorada na literatura brasileira, sendo poucos os trabalhos identificados sobre o tema, sobretudo, no campo da saúde coletiva. Foram localizados alguns livros, artigos e dissertações que versam sobre o tema em questão e que serão apresentados no decorrer desse capítulo. No que diz respeito à literatura internacional, observa-se um cenário mais desenvolvido, com uma ampla gama de estudos que apresentam, de modo mais detalhado, as várias facetas do impacto do homicídio nos sobreviventes. Acredita-se, salvo as diferenças contextuais, que esses trabalhos, somados à produção nacional, possam contribuir para a compreensão da vivência e do impacto do homicídio nas famílias.

3.1 O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO E OUTROS IMPACTOS NA SAÚDE DOS SOBREVIVENTES DO HOMICÍDIO

É do campo da psicologia e da psiquiatria que provém grande parte dos estudos preocupados com a situação de indivíduos que perderam um ente por homicídio. Muitas dessas pesquisas, a partir de diferentes abordagens, têm buscado compreender e dimensionar o impacto mental e físico de mortes por homicídio na vida das famílias. Esses estudos têm focado nas reações traumáticas, a partir de um modelo patológico, associado ao desenvolvimento de *complicated grief*⁹, da depressão e, principalmente, do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).

Um estudo recente, realizado com 47 participantes que perderam um ente querido por homicídio em uma cidade dos Estados Unidos da América, mostrou uma estreita relação entre o evento do homicídio e o desencadeamento de problemas psicológicos. Nesse estudo, mais da metade dos participantes apresentaram critérios compatíveis com transtornos mentais (WILLIAMS; RHEINGOLG, 2014).

Os estudos recorrem com frequência à investigação da presença de sintomas de TEPT nas vítimas indiretas do homicídio dado o teor traumático desse evento violento. O TEPT é descrito com um transtorno desencadeado em resposta a um acontecimento inesperado, irreversível e traumático sendo, geralmente, identificado por profissionais da área da saúde e da psicologia. Historicamente, o TEPT foi estudado em pessoas que haviam vivido diretamente situações de violência (soldados em guerra, vítimas de estupros, pessoas atingidas

⁹ *Complicated grief* ou luto intrincado refere-se à resposta *disfuncional* de pessoas cuja integridade psicológica depende da relação com o morto (PRIGERSON, 1999 apud SOARES et al, 2006).

por catástrofes humanas e naturais, entre outras). Entretanto, atualmente, acredita-se que mesmo as pessoas que não vivenciaram o evento violento diretamente podem apresentar sintomas desse transtorno. É o caso das pessoas atingidas pela perda de um familiar ou amigo próximo de modo violento (SOARES et al, 2006).

Kaltman e Bonanno (2003) conduziram um estudo com residentes adultos de São Francisco, Estados Unidos da América, no qual se investigou a prevalência de sintomas de TEPT e depressão em pessoas que perderam um companheiro ou companheira por morte violenta em comparação a uma morte por causa natural. Foram realizadas entrevistas clínicas com 87 participantes por três doutores de uma clínica de psicologia que desconheciam os objetivos e as hipóteses da pesquisa. Os resultados apontaram que os participantes que perderam o (a) companheiro(a) em razão de uma morte violenta apresentaram mais sintomas de TEPT e um estado mais prolongado de depressão em relação àqueles que a perda foi por morte natural.

A ocorrência do transtorno de estresse pós- traumático também foi analisado por Murphy e colaboradores (2003) em uma pesquisa longitudinal feita com pais de filhos jovens que sofreram mortes violentas. Os pais foram divididos em três grupos de acordo com o tipo de morte violenta (suicídio, homicídio e acidente) e acompanhados durante 5 anos. Os achados desse estudo mais uma vez reforçam a relação entre sintomas de TEPT e perda de um ente por homicídio, mesmo após a sucessão de alguns anos. O grupo “homicídio” apresentou o mais elevado nível de estresse e o mais baixo nível de aceitação da morte.

Rheingold e colaboradores (2012) avaliaram, entre outros fatores, as consequências na saúde mental de jovens norte-americanos, entre 12 e 17 anos de idade sobreviventes de um homicídio. Foram realizadas entrevistas por telefone com uma amostra representativa dessa população, na qual se constatou que adolescentes que perderam alguém próximo por homicídio reportam com mais frequência sintomas que caracterizam TEPT e depressão e o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Apesar de poucos, há também alguns estudos mais amplos que apontam os impactos na saúde dos brasileiros que vivenciaram a morte de um ente querido por homicídio. É o caso da pesquisa denominada “Vítimas ocultas da violência no município do Rio de Janeiro: base de dados e subsídios para políticas públicas”, cujos resultados foram apresentados em 2006 no livro intitulado “As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro”, de autoria de Gláucio Ary Dillon Soares, Dayse Miranda e Doriam Borges. Essa pesquisa apresenta dados inéditos e valiosíssimos acerca do impacto da violência na qualidade de vida dos brasileiros, em especial sobre a população da cidade do Rio de Janeiro. O estudo analisou as ressonâncias

das mortes violentas nas pessoas próximas às vítimas considerando um amplo espectro. Além disso, oferece elementos importantes para se pensar como a notícia dessas mortes é capaz de extrapolar os laços de parentesco e amizade e afetar a vida de pessoas que nem mesmo conheceram a vítima. Os autores levantam a possibilidade de que no Brasil, dado o alto nível de violência na sociedade civil, na mídia e, até mesmo a violência policial, possa haver uma maior incidência de sintomas de TEPT em pessoas que não experimentaram a violência nem diretamente, nem indiretamente por meio de familiares e amigos.

Esse estudo desenvolveu uma abordagem cuidadosa que combinou metodologia qualitativa e quantitativa. Na etapa qualitativa realizou-se entrevistas com 20 sujeitos adultos considerados vítimas secundárias de uma morte violenta (homicídio, suicídio e acidentes). Na etapa quantitativa, 690 vítimas secundárias adultas responderam a um questionário, que foi elaborado a partir dos sintomas mencionados na literatura sobre TEPT, conforme indicam os autores. Além disso, foram incluídas questões acerca das circunstâncias da morte como forma de contextualização.

A pesquisa chegou a conclusões que dão a tônica da problemática vivida pelas vítimas ocultas da violência no Rio de Janeiro. Confirmou-se a presença de sintomas de TEPT em muitos dos participantes; constatou-se que a visão do corpo da vítima está associada a problemas psicológicos mais agudos; que o sono das vítimas secundárias é particularmente prejudicado pelo medo que essas pessoas sentem em decorrência da violência que levou o familiar/ amigo à morte; as tarefas burocráticas em relação ao manejo do corpo da vítima e o contato com aparelhos do Estado são identificados como fatores agravantes do estresse e do medo; mulheres apresentam sintomas mais intensos que os homens; os contextos pessoais e institucionais da vítima oculta são importantes e podem implicar em sérias consequências para sua saúde e lazer; há uma baixa procura por ajuda terapêutica devido à descrença de que isso poderá contribuir; o tipo de morte violenta é relevante, na medida em que se constatou que o homicídio provoca reações moderadamente mais intensas.

Dalbosco (2006) escutou seis famílias, sendo cinco mães e dois irmãos de jovens mortos por homicídio (6) e acidente (1) em Brasília. Nesse estudo foram observadas as condições de saúde das mães que, segundo a autora, costumam demonstrar uma aparente força, quando na verdade, ocultam do resto da família o sofrimento psíquico em que estão submersas. O estudo destaca o teor corrosivo, interno e solitário do sofrimento experimentado por essas mães, o que acaba gerando sequelas silenciosas em vários níveis. Sentimento de vazio, medo, traumas, insônia, fragilidade, ideias suicidas, desespero frente às circunstâncias, alcoolismo velado, solidão, dificuldade em suportar o peso da vivência, falta de disposição

frente à vida, problemas de memória, sentimento de não ter mais energia, e depressão são algumas das sequelas psicológicas referidas pelas próprias mães no estudo realizado por Dalbosco (2006).

Resultados parecidos foram encontrados por Bussinger (2010) ao encaminhar um estudo com mães de vítimas de homicídio integrantes da Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Espírito Santo (AMAFVV/ES). A autora ressalta que os sentimentos de tristeza e de angústia têm forte presença no discurso das mães, o que se traduz em um estado de depressão, seguido de sugestões suicidas. Além do choque emocional, as mães relatam processos de somatização que acabam desenvolvendo, tais como hipertensão, diabetes, perda de peso, problemas cardíacos e até mesmo, simples alterações fisiológicas (como taquicardias).

Nota-se que as pesquisas nacionais sobre o tema têm se traduzido, principalmente na investigação da vivência da mãe diante da perda de um filho jovem por homicídio. Entretanto, algumas pesquisas, além das mães, também escutaram os irmãos. O foco na figura da mãe não significa que os outros membros da família também não sofram os impactos da perda, mas revela um viés nas pesquisas sobre o tema e uma concepção que dá centralidade ao papel social da figura materna em nossa sociedade. Walsh e McGoldrick (1998) destacam o lugar da mãe dentro do sistema familiar, que ao longo dos anos foram se tornando as principais responsáveis pelo cuidado da família.

De acordo com Alarcão e colaboradores (2008), a morte de um filho em contexto de violência, como é o caso do homicídio, representa para a mãe o fracasso em sua capacidade de cuidar e de proteger sua prole, fazendo com que ela se sinta roubada de sua função materna. Nesse mesmo sentido, Bussinger (2010) afirma:

A morte dos filhos por assassinato afeta o que elas entendem e compartilham sobre a função de 'ser mãe': criação dos filhos, crescimento e desenvolvimento deles, as escolhas que realizam e o que elas, mães, esperavam e ansiavam para a vida deles (p.89).

3.2 FATORES DE REVITIMIZAÇÃO

Fatores como a violência, a imprevisibilidade e a intencionalidade da morte por homicídio são indicados como complicadores do processo de luto (BALIKO; TUCK, 2008). Além desses, fatores como o estigma social do homicídio, a ausência de uma rede social de

suporte e a relação com a imprensa e a justiça são conhecidos por intensificar o peso emocional, aumentar o risco de desenvolvimento de TEPT e produzir situações de revitimização das vítimas secundárias do homicídio (ASARO, 2001).

Miller (2009a) observou que algumas características da vítima do homicídio podem exacerbar o sofrimento vivenciado pelos familiares e contribuir para um luto complicado. Quanto a esses fatores, o autor destacou: envolvimento com drogas, prostituição, violência doméstica ou outras atividades criminosas e fazer parte de grupos marginalizados por questão de raça ou classe social.

O estigma social que recobre a morte por homicídio, principalmente nesses casos em que a vítima exibia um “comportamento de risco”, é capaz de produzir nos membros da família um sentimento de isolamento em relação aos outros e de desprivilegio no seu direito de vivenciar o luto pela perda. A morte por homicídio, nesse contexto, é entendida como merecida e o sofrimento da família é negligenciado, pois não vale a pena (ASARO, 2001; CLEMENTS e BURGESS, 2002). Desse modo, Miller (2009a) conclui que as características conhecidas da vida pregressa da vítima do homicídio exercem forte influência na maneira como a comunidade se posiciona em relação à morte o que resulta, sobretudo, no fraco suporte social oferecido à família da vítima.

Por outro lado, Clements e Burgess (2002) justificam que o distanciamento das pessoas pode ser involuntário. Nos casos, por exemplo, em que o homicídio esteve envolto em situações de extrema violência e crueldade, as pessoas podem apresentar uma profunda inabilidade em conseguir saber o que dizer e como se aproximar da família da vítima.

Domingues (2010) destaca a comunidade como uma indispensável fonte de suporte à família por meio da sua rede social de apoio (líderes comunitários e escolares, vizinhos, sistema de saúde e assistência, mídia, dentre outros.). Entretanto, quando essa rede social de apoio falha na função de promover suporte, ela acaba por fragilizar o sistema familiar já bastante vulnerável.

De acordo com Miller (2009a), a falta de suporte conduz a família vitimada a uma situação de revitimização. Quanto a isso, Strestesky e colaboradores (2010) acrescentam que o desgaste enfrentado pelas famílias na relação com a justiça pode produzir o mesmo efeito. Em geral, lidar com o sistema de justiça criminal é apontado pelas famílias como um processo exaustivo com grande potencial para causar mais raiva, frustração e estresse emocional (ASARO, 2001).

Strestesky e colaboradores (2010) entrevistaram 37 sujeitos, incluindo pais, irmãos, tios, filhos, companheiros, avôs e amigos de vítimas de homicídio com o intuito de analisar o

potencial de revitimização desencadeado pela relação entre os sobreviventes do homicídio e o sistema criminal de justiça. A pesquisa identificou uma difícil e frágil relação marcada por problemas na comunicação expressa pela falta de informação acerca do andamento da investigação. Segundo Amour (2002):

Os membros da família, por exemplo, ao buscarem por informações sobre o suspeito, o progresso da investigação policial ou sobre a autópsia, ao invés de obterem o que almejam, acabam se sentindo barrados, padronizados e discriminados (p.375. Tradução livre).

Assim como na comunidade, no terreno da justiça, algumas características da vítima, segundo a concepção dos entrevistados no estudo de Strestesky e colaboradores (2010), parecem exercer influência. Há a crença de que essas características determinam se o caso ganhará importância ou não. Na visão dos autores, essa crença é validada, exatamente, pela ausência de comunicação da polícia e do judiciário, sendo que uma postura diferente por parte desses setores atenuaria essa percepção preconceituosa e discriminatória apontada pelos familiares.

A relação conflituosa entre a justiça e a família de uma vítima de homicídio é descrita por Bussinger (2010) a partir da ótica da impunidade. Em um estudo acerca das representações sociais de justiça de mães que tiveram filhos assassinados, Bussinger (2010) apontou para um forte descrédito no sistema de justiça legal. No caso específico desse estudo, todas as mães tinham conseguido provar na justiça a idoneidade de seus filhos, que compartilhavam o fato de terem sido mortos por policiais em circunstâncias pouco esclarecidas. A autora estabelece uma relação entre as sensações de desgaste e de humilhação, constantemente experimentadas por essas mães no sistema judiciário e o sentimento de incompreensão ante a morte como propulsores da ideia de uma justiça do “olho por olho, dente por dente”, ou seja, pela “lei do talião”, pela vingança e pela equivalência das penas.

Dalbosco (2006) acredita que o sistema judiciário ao se ausentar da função que dele se espera, acaba dando lugar à vingança pessoal, que passa a ser vista como uma alternativa. É também diante da pouca efetividade da justiça, que as famílias encontram no “divino” a possibilidade de um conforto inscrito, principalmente, na ideia da “justiça de Deus” que, no ditado popular, “tarda mas não falha”. Na opinião de Bussinger (2010), na medida em que as mães se distanciam da justiça no plano das ações concretas, se aproximam de um plano abstrato, marcado pela crença numa “ação divina” de justiça.

Ainda, segundo Baliko e Tuck (2008), os sentimentos de raiva e insatisfação, descritos pelas famílias, em razão da ineficiência do sistema jurídico podem prejudicar o processo de “dar significado” à morte pelos familiares. Esse processo é conhecido na literatura como “*sense-making*” e se refere à capacidade dos indivíduos de desenvolverem um senso subjetivo de compreensão da perda que contribuiria para a reconstrução da própria vida e para seguir em frente (CURRIER et al, 2006 apud STRESTESKY et al, 2010).

Nesse mesmo sentido, Malone (2007), verificou, ao escutar sobreviventes do homicídio no Reino Unido, que a falta de informação ou a insensibilidade na comunicação, representam duas importantes fontes de queixa contra o sistema de justiça criminal. A experiência dessas pessoas encontra-se atravessada pelas agências de investigação e de justiça desde a notícia da morte, passando pela identificação da vítima e, por fim, pelos questionamentos feitos no processo de investigação do crime. Todo esse processo alimenta, nos familiares e amigos das vítimas, altas expectativas acerca do julgamento do homicídio, no qual se acredita que ao ser identificado, o perpetrador, receberá uma sentença de prisão longa e que isso trará algum senso de *closure*, isto é, de fechamento acerca da experiência de perda vivida, bem como um sentimento de que a justiça foi feita. No entanto, como identifica a autora, a conclusão do caso pode coincidir com o mais intenso e esmagador sentimento de raiva e sofrimento e, é exatamente nesse momento que as fontes de suporte tendem a se retirar deixando os familiares e amigos da vítima mais desamparados.

A questão da presença ou não de condenação dos responsáveis pelo homicídio e sua relação com o processo de luto dos familiares das vítimas foi analisado por Corredor (2002), na Colômbia. O estudo concluiu que nem sempre uma condenação produz satisfação para os familiares ou atenua a raiva que eles sentem, pois, com frequência, é considerado que o único castigo verdadeiro é aquele divino como sugerido também por Dalbosco (2006). A autora sustenta a ideia de que a religião assume uma vertente importante no processo de luto para muitas pessoas que vivenciam esse tipo de perda, como por exemplo, na relação entre valores cristãos de compaixão e perdão e as reações ante a condenação do agressor.

Assim como a justiça, a mídia é também apresentada como uma fonte de estresse para os familiares. De acordo com Alarcão e colaboradores (2008) a relação entre morte e publicidade trilha dois caminhos: a mídia pode ser uma aliada dos sobreviventes do homicídio na busca por justiça e, sob outra perspectiva, pode-se revelar como uma invasora da privacidade. O interesse pela audiência faz com que a imprensa dê à perda uma dimensão pública, o que pode, facilmente, produzir a desumanização da morte e a banalização do sofrimento das famílias. A falta de sensibilidade que permeia muitas dessas matérias de

caráter sensacionalista obscurece a função da imprensa de informar e dá lugar a sua tendência de transformar mortes trágicas em notícias. Essa atuação da mídia também foi observada por Njaine e Minayo (2002) em relação às rebeliões de jovens em conflito com a lei, grupo bastante discriminado pela sociedade e que muitas vezes são vítimas preferenciais dos homicídios.

A família pode ainda se sentir violada e exposta em demasia pela especulação da mídia. A maneira como a vítima é representada pela imprensa pode ser distorcida, assim como as circunstâncias que levaram ao homicídio. Em consequência, a família passa a sentir que perdeu o controle da sua verdade sobre a vítima (AMOUR, 2002).

Asaro (2001) descreve que frequentemente os membros da família encontram-se tão fragilizados e vulneráveis que não se dão conta que têm o direito de recusar a intervenção da imprensa, quando essa solicita depoimentos, por exemplo. Entretanto, é possível que com ou sem autorização os familiares tenham que enfrentar a imagem do seu ente querido estampada nos meios midiáticos quando a ocorrência é um fato importante para a comunidade ou para o país. Esses modos de proceder da mídia exerce um papel importante na intensificação do sofrimento das famílias.

3.3 O SISTEMA FAMILIAR PÓS-HOMICÍDIO

A perda de um ente por homicídio reverbera sobre toda a família. Isso significa dizer que os efeitos decorrentes da morte provocam, de modos variados, ressonâncias nos pais, nos irmãos, avôs, tios, entre outros, alterando, inclusive, a dinâmica familiar e o modo como os membros da família se relacionam entre si.

As mortes repentinas e traumáticas são conhecidas por produzirem mudanças dramáticas nas famílias, provocando uma necessidade inesperada de avaliação e de recalibragem das regras e da estrutura da família. O homicídio, ao se tratar, quase sempre, de uma morte não esperada, não permite que haja uma antecipação ou preparação para a perda, o que, em geral, resulta em comportamentos impulsivos (como mudar de casa ou iniciar um novo casamento) com o objetivo de recuperar a homeostase no âmbito individual e do sistema familiar (CLEMENTS et al, 2004).

Além das questões de saúde que afetam os membros da família, destacam-se também os efeitos deletérios do homicídio de um jovem na manutenção das relações familiares. O ambiente familiar torna-se motivo de desconforto e angústia, pois o convívio diário faz

emergir as lembranças do jovem assassinado. Os aniversários do evento violento e as datas festivas podem ser momentos especialmente dolorosos para a família (SOARES et al, 2006).

Não raro, as famílias são forçadas a deixarem suas residências e migrarem para outros lugares. Não só pela dificuldade de lidar com as lembranças que a casa traz da vítima, mas também pelo medo de represálias dadas as circunstâncias do homicídio. Em muitas situações, a família tem que conviver com a presença do perpetrador do homicídio que continua a morar e circular pela vizinhança (DOMINGUES, 2010).

Bussinger (2010), mais uma vez destacando a experiência das mães, ressalta o quanto elas passam a se sentir estranhas no meio das pessoas que sempre foram próximas e íntimas, ao mesmo tempo em que se intensifica a sensação de solidão experimentada por elas nessa situação. As relações de trabalho e lazer também são prejudicadas. O desempenho no trabalho diminui e o interesse pelo lazer torna-se raro. Muitas deixam de manter interações sociais fazendo com que os vínculos tornem-se escassos e frágeis.

Arcoverde (2005), ao analisar o cotidiano dos familiares de vítimas de violência, observou que o convívio familiar pode tornar-se bem difícil e problemático. Quase todos os membros da família passam a exibir mudanças acentuadas de comportamento, que podem ser bastante danosas, principalmente, quando envolvem o uso abusivo de bebidas alcoólicas e de medicações. A autora observou que com frequência as bebidas alcoólicas estavam sendo usadas como tentativa de minimizar dores e sofrimentos. A autora expõe:

Durante as entrevistas muitos declararam que ingeriam bebidas alcoólicas para tentar esquecer o trauma que estavam vivendo; para poder dormir e deixar de pensar na violência e não sentir com tanta profundidade a dor da ausência do ente querido (ARCOVERDE, 2005, p.70).

Problemas financeiros e econômicos para a família também podem ser causados em decorrência de uma morte violenta, principalmente, se a vítima tiver sido um importante provedor para a renda familiar. Como sugere Soares e colaboradores (2006), até mesmo os gastos com a burocracia, remoção, enterro e rituais afetam o orçamento de famílias pobres, podendo, frequentemente, causar rixas internas na família. Essas questões financeiras podem forçar a família a se reestruturar, levando a uma nova ordem de papéis familiares: “filhos e filhas mais velhos que estudavam podem ser solicitados a abandonar os estudos para trabalhar, sendo que alguns não se ajustam rapidamente a um padrão de vida mais baixo” (SOARES et al, 2006, p. 65).

Apesar das investigações nacionais focarem, de modo geral, na figura da mãe, como já mencionado, Arcoverde (2005) e Dalbosco (2006) nos oferecem informações importantes acerca da vivência dos adolescentes quando há uma morte por homicídio na família. Arcoverde (2005) verificou que, nesse contexto, os adolescentes tornam-se mais nervosos e inquietos, apresentando um comportamento que varia entre o medo e a coragem, vivenciados de modo exacerbado, diante de situações limítrofes. .

Comportamentos semelhantes foram observados por Dalbosco (2006), que sublinha a maneira peculiar com que os irmãos das vítimas lidam com o sofrimento: pelo impulso de agir, à passagem ao ato, resultando em comportamentos violentos, impulsionados pelo desejo de vingança, busca por justiça e alívio do sofrimento. A autora sugere que enquanto as mães parecem viver um sofrimento dentro (doenças psíquicas e físicas), os adolescentes vivenciam o sofrimento fora. Desse modo, violência e sofrimento estariam em ressonância, um podendo gerar o outro: “violência gera sofrimento, que gera violência, que gera sofrimento, num ciclo interminável” (DALBOSCO, 2006, p.150).

O desejo de vingança entre pessoas que perderam pessoas próximas por homicídio foi tema de uma investigação realizada por Van Denderen e colaboradores (2014) na Holanda. O estudo identificou que os participantes jovens reportavam significativamente mais desejo de retaliação contra o perpetrador do homicídio do que participantes mais velhos. Os autores se apoiam em Ehlers e Clark (2000) ao propor que nas vítimas indiretas do homicídio, a vingança pode bloquear o processo de luto, mantendo-os focados nas razões da perda e na punição merecida pelo homicida. De modo que, a preocupação com pensamentos e sentimentos de vingança pode servir como um mecanismo psicológico que dificulta a aceitação da morte, contribuindo para um luto complicado e para o desencadeamento do TEPT.

Dados sobre a vivência de crianças em relação à morte de um familiar por homicídio são trazidos por Hertz e colaboradores (2005) em um artigo de revisão. O autor descreve um estudo piloto conduzido por Clements e Burgess (2002) realizado com 13 crianças entre 9 e 11 anos de idade que vivenciaram esse tipo de perda na família. O estudo mostrou que as crianças costumavam exibir uma sensação de medo fundada na ideia de que outras pessoas da família e até elas próprias poderiam ser alvos do perpetrador do homicídio. Outro estudo desenvolvido com crianças e adolescentes (entre 7 e 19 anos de idade), irmãos de vítimas de homicídio, observou que eles costumavam esconder dos pais o seu sofrimento porque, frequentemente, reconheciam a intensidade da dor deles e evitavam adicionar mais preocupação. Além disso, o estudo concluiu que essas crianças e adolescentes apresentavam

altos níveis de estresse, ansiedade e sintomas compatíveis com TEPT (FREEMAN, 1998 apud HERTZ et al, 2005).

3.4 FATORES PESSOAIS, SOCIAIS E INSTITUCIONAIS COMO FACILITADORES DO PÓS-HOMICÍDIO

Estudos como o de Stretesky e colaboradores (2010) enfatizam que mesmo com o passar do tempo, muitas famílias continuam a sofrer pelo homicídio do ente querido, sem, talvez, nunca conseguirem superar essa perda. Para Clements e colaboradores (2004), ainda que os sobreviventes do homicídio apresentem uma melhora no modo de lidar com a morte, há momentos em que experimentam um sofrimento agudo. Isso somente significa dizer que, ao invés de viver uma dor intensa que se estende por dias, semanas ou anos, o sofrimento pela perda passa a ter uma característica mais pontual e efêmera. “Seguir em frente” ou lidar com a morte parecem, portanto, expressões mais otimistas do que propriamente, superá-la.

A despeito da dificuldade demonstrada pelos sobreviventes do homicídio em lidar com esse tipo de morte, um estudo conduzido por Parappully e colaboradores (2002) identificou pais e mães de vítimas de homicídio que conseguiram alcançar uma transformação positiva diante do evento traumático do homicídio. Na primeira etapa do estudo, 65 participantes (pais e mães de vítimas de homicídio) responderam um questionário chamado “*Human Tragedy and Parental Suffering*”. Na segunda etapa, do total de questionários respondidos, foram selecionados os sujeitos, cujos resultados apontavam sinais de uma transformação positiva. Esses sujeitos, 16 no total, foram entrevistados individualmente.

O estudo elencou uma série de variáveis, tanto individuais quanto sociais, associadas à superação do trauma pelos participantes da pesquisa. Esses fatores englobam algumas características pessoais (determinação, liderança, postura positiva e compaixão), a espiritualidade, o suporte social (familiares e amigos), o apoio da comunidade (grupos de suporte, acompanhamento psicoterápico), ter lidado positivamente com traumas anteriores, e o autocuidado (praticar atividades prazerosas e expressar os sentimentos).

Para Amour (2002), ao mesmo tempo em que setores tais como a imprensa e o sistema de justiça criminal apresentam potencial para influenciar negativamente no modo como a família experimenta o pós-homicídio, uma postura sensível e coesa no acolhimento às vítimas indiretas do homicídio nesses espaços, poderia estimular respostas mais positivas dessas pessoas diante de uma perda tão dramática.

Outro aspecto importante empreendido pelas famílias para lidar com a perda é o do apego à espiritualidade. Segundo Alarcão e colaboradores (2008), o homicídio desperta nos familiares da vítima sentimentos intensos de incompreensão, injustiça e revolta, que, muitas vezes, só conseguem ser apaziguados no terreno espiritual, no qual prevalece a crença de um mundo melhor, visto que o mundo físico está repleto de violência, desrespeito, dor e sofrimento.

O modo como as pessoas vivenciam a morte de uma pessoa próxima por homicídio pode diferir dadas as complexas interações humanas, tanto históricas quanto contemporâneas, baseadas nas influências socioculturais (raça, classe, cultura, entre outras). Partindo dessa concepção, Sharpe e Boyas (2011) ressaltam a questão da população negra norte-americana que, historicamente, encontra-se atravessada pela escravidão, pela opressão, pela discriminação e por uma série de desafios socioeconômicos que, em parte, se reproduzem até os dias atuais.

Esses autores esclarecem que mesmo com a super-representação dos negros nas taxas de mortes por homicídio nos Estados Unidos da América, pouca ênfase tem sido dada à vivência dessa população quando diante desse tipo de morte, posto que, em geral, a população caucasiana é a mais contemplada pelas investigações acerca dessa temática. Essa constatação levou Sharpe e Boyas (2011) a desenvolverem um estudo com o objetivo de conhecer a experiência de *coping*¹⁰ da população negra norte-americana sobrevivente do homicídio que, na hipótese dos pesquisadores, poderia diferir dos caucasianos. Os achados da pesquisa apontam para um padrão de enfrentamento da perda por homicídio marcado pelo apego espiritual e pelo esforço em dar algum significado à perda. Observou-se também, uma significativa relação de solidariedade entre os membros da família, ao mesmo tempo, que se destaca a necessidade de encobrir os sentimentos e as emoções relativas à vítima e ao evento do homicídio. Vale destacar, que esses padrões de comportamento revelados pela pesquisa são relacionados, pelos autores, aos contextos históricos e atuais vivenciados por essa população anteriormente assinalada.

Em razão das já conhecidas ressonâncias de uma morte por homicídio nas pessoas próximas à vítima de homicídio, a literatura tem descrito os efeitos positivos dos serviços especializados no atendimento dessas vítimas indiretas. O luto de um ente querido por

¹⁰ O conceito de *coping* é descrito como o conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas para se adaptarem a circunstâncias adversas e estressantes. Na língua portuguesa não há uma tradução precisa para esse termo, podendo significar “lidar com”, “enfrentar” ou “adaptar-se a” (ANTONIAZZI et al, 1998).

homicídio é relatado como sendo vivenciado, geralmente, com muita intensidade, é mais duradouro e mais complexo do que o luto por morte não violenta, o que indica, muitas das vezes, a necessidade de buscar assistência na tentativa de minimizar essa situação (SPRANG et al, 1989 apud HORNE, 2003). Apesar dessa constatação, apenas um número pequeno de pessoas acabam tendo acesso a esses dispositivos, como reconhece Williams e Rheingold (2014).

Considerando que a morte por homicídio gera um forte impacto na dimensão biopsicossocial das pessoas vitimadas indiretamente, alguns estudos têm concedido subsídios e modelos de intervenção para o manejo da terapêutica diante dessa especificidade (SHARPE et al, 2013; TUCK et al, 2012; EDWARD e RYNEARSON, 2012; MILLER, 2009b; HERTZ *et al*, 2005; HORNE, 2003; ASARO, 2001) .

Tuck e colaboradores (2012) observaram algumas intervenções específicas para sobreviventes do homicídio documentadas pela literatura: suporte grupal, terapia de família, terapia individual e, inclusive, justiça restaurativa. Os autores citam Spungen (1998) quando esta afirma que a terapia grupal e familiar pode ser especialmente útil nessa circunstância, pois, com frequência, as pessoas vivenciam tensões no sistema familiar e em outras redes de suporte social. Quanto à justiça restaurativa, Umbreit e Vos (2000) destacam que o diálogo mediado entre familiares da vítima do homicídio e o perpetrador do crime podem levar os familiares a experimentarem uma sensação de alívio e de leveza logo após o encontro, ainda que algumas questões sobre o homicídio permaneçam.

A necessidade das pessoas indiretamente vitimadas pelo homicídio encontrarem espaços de escuta é enfatizado por Domingues (2010) em seu estudo acerca dos processos de luto, enfrentamento e reorganização familiar de mães de jovens mortos por arma de fogo. A autora ao observar a incipiente oferta desses lugares, sugere a urgência de garantir a escuta para essas famílias visto que o suporte por meio da rede social de apoio é geralmente frágil e faltam serviços de saúde especializados. Nesse cenário de poucos recursos, a família carece de espaços apropriados para expor suas dúvidas, falar de suas angústias e repensar suas estratégias de sobrevivência.

O mesmo é constatado por Alarcão e colaboradores (2008), que frisam a inexistência de lugares preparados para lidar com as complexas vivências de dor e sofrimento experimentados pelas famílias de um jovem vítima de homicídio. Muitas situações desencadeadas por esse evento violento requerem uma assistência adequada que, em geral, não vem sendo garantida. Como conclui Domingues (2010), essas famílias, as vítimas ocultas da violência, se calam. Não por não terem o que dizer, mas por não terem com quem falar:

Por falta de políticas e de atenção, as famílias se calam, se fecham e se recolhem. Por medo, elas preferem se resignar. Por indiferença, preferem ser esquecidas. Apesar da tristeza e do sofrimento, não ousam procurar ajuda, pois bem sabem que o atendimento, quando existe, demora e elas têm pressa (DOMINGUES, 2010, p.103).

Segundo Schilling (2002), o trabalho de atendimento às vítimas indiretas da violência, principalmente dos familiares de vítimas de crimes fatais, representa um enorme desafio, pois requer que se leve em consideração uma compreensão ampliada de vitimização provocada pela violência. Dito de outra forma é preciso assumir que o evento violento gera repercussões em um grupo de pessoas muito grande, o que produz efeitos indiretos e difusos. A discussão sobre a morte decorrente de um homicídio nos leva a uma reflexão da própria noção de direito à vida, que Schilling (2002) justifica a partir da concepção de Direitos Humanos Universais, presente na Declaração dos direitos dos Homens de 1978 e na Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU) de 1948 que afirmam a todo ser humano, o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Lugares especializados em receber as vítimas indiretas da violência, especialmente os sobreviventes do homicídio, ainda são escassos no Brasil. Entretanto, algumas iniciativas foram referidas por trabalhos em diferentes estados nacionais. É o caso do Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI)¹¹, que encontra-se inserido na Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e oferece atendimento público e gratuito às vítimas e aos familiares de crimes violentos. O CRAVI tem duas cartilhas publicadas, uma chamada “*Quebrando o silêncio: memória, cidadania e justiça*”, que compartilha a experiência de atendimento às famílias de vítimas de violência (CRAVI, 2008) e, outra, chamada “*Da dor à busca por justiça: orientações para vítimas de violência*”, que propõe disseminar os direitos que as vítimas e seus familiares possuem, bem como esclarecer as dúvidas mais frequentes por eles enfrentadas.

Outros exemplos são os das associações, como a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo (AMAFVV/ES), que surgiu em 2001 do encontro de mães que compartilhavam a necessidade de discutir e encontrar soluções para os crimes que vitimaram seus filhos, tendo o apoio de integrantes dos movimentos de Direitos Humanos (BUSSINGER, 2010) e a Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência do Ceará (APVV/CE), criada em 1999 como organização não governamental, tendo por finalidade apoiar, orientar, assistir e assessorar parentes e amigos das vítimas e vítimas de violência no

¹¹ Informações obtidas na web site: <http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=45&Cod=45>

Ceará¹². Pertencer a uma associação tais como as descritas anteriormente, parece exercer um papel fundamental no modo como a família lida com a perda. Ao se unir a outras pessoas em situações semelhantes, a família consegue obter a energia necessária para dar continuidade àquele que, quase sempre, é o seu maior desejo: a busca por justiça. Nesse sentido, Bussinger (2001), ao falar das mães integrantes da AMAFAVV/ES, destaca:

(...) as mães começam a construir relações de solidariedade, calcadas no reconhecimento mútuo. Mais do que uma bandeira de luta por justiça, a Associação tem a função de reunir pessoas outrora isoladas e incompreendidas. A convergência desses fatores contribui para a construção, na Associação, do discurso de luta por justiça e pela vida (p.86).

¹² Informações obtidas na web site: <http://www.apavv.org.br/apresentacao.htm>

4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Como mencionado nas linhas iniciais, este estudo é parte da pesquisa “Mortes Violentas de Jovens: um olhar compreensivo sobre uma tragédia humana e social”, que vem sendo desenvolvido no Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ). A presente dissertação desdobra-se no sentido de conhecer as narrativas das famílias de jovens vítimas de homicídio com especial interesse nas repercussões dessa perda na família.

Trata-se de um estudo qualitativo ancorado na metodologia de história de vida e no pensamento sistêmico, que serão apresentados detalhadamente nas seções subsequentes. A investigação qualitativa responde a questões particulares que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis, ou seja, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com um universo permeado de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Quanto aos sujeitos do estudo, a pesquisa qualitativa concebe que esses devem ser considerados dentro dos contextos sociais e grupais nos quais estão inseridos (MINAYO, 1994b; 1999). Pelo exposto, o enfoque qualitativo se mostrou o mais apropriado considerando o objeto e os objetivos desse estudo, na medida em que buscou investigar uma dimensão imensurável da experiência das famílias que perderam um ente jovem por homicídio.

Tendo em vista a proposta de investigação desse estudo e o posicionamento da pesquisadora, algumas incursões e posturas metodológicas se mostraram coerentes. Primeiramente, vale destacar, que essa pesquisa é construída afastada do terreno tradicional e cientificista de exaltação da neutralidade, no qual ao enfatizar a sapiência e expertise do pesquisador, afirma-se a ignorância dos sujeitos. Pretende-se exatamente o contrário: apostar no potencial apresentado pelos sujeitos de falarem sobre os contextos nos quais estão inseridos, encarando essas falas como pistas que podem e devem ser seguidas. Partiu-se do pressuposto de que as famílias são impactadas pela perda violenta de um membro jovem e que escutar essas famílias permitiria a aproximação de suas histórias marcadas pelo evento do homicídio. Por fim, entende-se o ser humano como inscrito em um mundo de linguagem, constituído por narrativas, onde se constrói, transita e dá sentido as suas experiências.

4.1 A TEORIA SISTÊMICA

Teoria é uma espécie de grade ou de janela através da qual o cientista olha para a realidade que investiga. Isto quer dizer que ninguém consegue investigar um problema olhando-o diretamente, como se houvesse possibilidade de compreendê-lo e explicá-lo em si mesmo. A compreensão da realidade é sempre mediada: por teorias, por crenças, por representações (MINAYO, 2013).

A Teoria Geral dos Sistemas e a Cibernética são teorias sistêmicas que tiveram desenvolvimentos paralelos no decorrer no século XX. Entretanto, apesar de paralelos, nota-se o entrelaçamento entre as duas, que pode ser percebido em seus desdobramentos e aplicações tanto para lidar com os sistemas naturais, por exemplo, nas técnicas de gerenciamento, educacionais e de terapia familiar quanto como para embasar a construção de sistemas artificiais (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2013).

Esteves de Vasconcelos (2013) propõe que ambas as teorias tenham desempenhado um papel fundamental na construção das bases do que a autora reconhece e defende como o novo paradigma da ciência: o pensamento sistêmico. Assim, a autora pontua que o pensamento sistêmico como o novo paradigma da ciência marca a mudança dos pressupostos da ciência tradicional de simplicidade, estabilidade e objetividade para o de complexidade, instabilidade e intersubjetividade. Desse modo, a autora distingue os avanços da seguinte maneira:

1. Do pressuposto de simplicidade para o pressuposto de *complexidade*: o reconhecimento de que a simplificação obscurece as inter-relações de fato existentes entre todos os fenômenos do universo em todos os seus níveis. Daí decorrem, entre outros, uma atitude de contextualização dos fenômenos e o reconhecimento da causalidade recursiva;
2. Do pressuposto de estabilidade para o pressuposto de *instabilidade* do mundo: o reconhecimento de que “o mundo está em processo de tornar-se”. Daí decorre necessariamente a consideração da indeterminação, com a conseqüente imprevisibilidade de alguns fenômenos, e da sua irreversibilidade, com a conseqüente incontrolabilidade desses fenômenos.
3. Do pressuposto de objetividade para o pressuposto de *intersubjetividade* na constituição do conhecimento do mundo: o reconhecimento de que “não existe uma realidade independente de um observador” e de que o conhecimento científico do mundo é construção social, em espaços consensuais, por diferentes sujeitos/observadores. Como conseqüência, o cientista coloca a “objetividade entre parêntese” e trabalha admitindo autenticamente o *multi-versa*: múltiplas versões da realidade, em diferentes domínios linguísticos de explicações (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2013, p.101-102).

Ao trazer esses três eixos (complexidade, instabilidade e intersubjetividade) constituintes desse modo novo-paradigmático de ciência para a condução da presente pesquisa

assume-se então, a possibilidade de compreender a família como um sistema em relação, entendido a partir dos contextos nos quais está inserida, ou seja, um sistema em relação com outros sistemas. Essas relações são complexas, na medida em que apresentam características de multiplicidade e diversidade.

A instabilidade é também uma dimensão importante a ser considerada, devido às articulações e às mudanças que ocorrem constantemente no sistema familiar. A perda de um ente jovem por homicídio é um dentre tantos outros fatores que podem conduzir à família a assumir novas configurações.

Por fim, considera-se a noção de intersubjetividade na constituição do conhecimento acerca do sistema familiar e dos contextos que o cerca. As interações produzem múltiplas realidades e, nesse sentido, não é possível pensar em um conhecimento objetivo do mundo. Fato esse, que precisa ser reconhecido.

Esse modo de conceber a família permite compreender as ressonâncias do homicídio de um jovem em sua família, na medida em que assumimos que o contexto familiar influi no modo como o evento é vivenciado; que os comportamentos dos indivíduos afetam e são afetados pelos comportamentos dos outros; e que as interações familiares precisam ser trabalhadas (SCHENKER, 2011).

4.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta dissertação privilegiou a entrevista como técnica de coleta de dados e utilizou a abordagem de história de vida. O exercício de conhecer uma determinada realidade pode ser feita de vários modos, um deles é ouvindo os indivíduos que vivenciam ou vivenciaram a situação que se pretende analisar, e o que eles têm a dizer sobre ela. Em 1970, o sociólogo americano Dezin apresentou em seu livro intitulado *The Research Act*, o método de História de Vida como uma estratégia de compreensão da realidade dentro da abordagem de pesquisa qualitativa (DEZIN, 1973 apud MINAYO, 1999).

Segundo Minayo (1999), a História de Vida é utilizada quando se pretende conhecer e interpretar o processo social a partir das pessoas envolvidas, pois considera as experiências próprias do sujeito como fonte privilegiada de informação. Ao se empregar esse método em uma investigação, o pesquisador deixa para trás a clássica preocupação científica de confirmar a “veracidade” dos fatos e se reposiciona frente ao cientificismo ao afirmar a necessidade de se aproximar do ponto de vista do sujeito, seja ele qual for (GLAT e PLERSCH, 2009).

Pode-se dizer que esse método valoriza a experiência vivida como ponto de partida para se fazer a leitura do social. As experiências relatadas nas Histórias de vida iniciam-se no sujeito e, a partir daí incluem-se determinados fatos e momentos marcantes (ARPINI, 2003). Ou seja, “ao contar sua vida, o sujeito fala do seu contexto, fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido” (SILVA et al, 2007, p.32). Sendo assim, é possível dizer que cada história de vida permite tanto conhecer uma trajetória singular quanto um universo mais amplo, no qual esse percurso está inscrito.

Esse método rompe com um modelo tradicional de ciência constituído pelas noções de objetividade, simplicidade e estabilidade. A pretensão de alcançar uma história verdadeira não faz sentido na História de Vida e qualquer conhecimento produzido é entendido como provisório. Trata-se, portanto, de realidades ou de versões subjetivas. Colocar esses termos no plural significa concluir que todas as narrativas são válidas (ALBERTI, 2003).

Ao transitar pelo terreno da metodologia de história de vida é possível observar que se trata de um método com bases valiosas para a investigação de narrativas de experiência traumáticas, oportunizando o exercício de um papel ético diante da trajetória de vida de pessoas atravessadas por eventos dolorosos. Concede também, a possibilidade de reflexão acerca dos efeitos sociais da construção do conhecimento proveniente dessas escutas. Ao descortinar tais trajetórias, abrem-se alguns caminhos possíveis, sendo um deles, o de se potencializar políticas públicas de prevenção e reparação.

A narrativa da família de um jovem vítima de homicídio ganha notoriedade e legitimidade na História de Vida. Essa constatação vai ao encontro de um modo de ver o mundo e, portanto, também de fazer ciência, ancorado no pensamento sistêmico, no qual se assume que a realidade só existe enquanto uma narração construída por um observador.

Considerando que o principal objetivo deste estudo é conhecer os impactos do homicídio de jovens na família optou-se pelo modelo de história de vida temática que, segundo Alberti (2000), é adequada para as situações em que a questão a ser investigada apresenta um estatuto relativamente definido na trajetória de vida do depoente.

Além das narrativas dos familiares sobre a vivência da perda do jovem fez-se necessário também um resgate, em segunda voz, da história de vida e morte do jovem para fins de contextualização.

4.2.1 Campo do Estudo

Na pesquisa maior da qual o presente estudo se origina foram selecionados dez cidades brasileiras. O critério de escolha desses municípios nessa pesquisa decorreu de um estudo epidemiológico que selecionou duas cidades (exceto capitais), com mais de 100 mil habitantes, em cada uma das cinco regiões brasileiras (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste), sendo uma com taxas de homicídio juvenil com tendência de crescimento e outra com tendência de diminuição. No quadro abaixo é apresentado a localização geográfica e o número de habitantes das cidades¹³ selecionadas.

	Altas Taxas	Habitantes	Baixas Taxas	Habitantes
Sul	Cidade do Sudoeste do Rio Grande do Sul	125 435	Cidade do Oeste do Paraná.	119 313
Sudeste	Cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.	126 269	Cidade da região metropolitana de São Paulo, São Paulo.	1 221 979
Norte	Cidade do Sudeste do Pará.	233 669	Cidade do Oeste do Pará.	294 580
Nordeste	Cidade da região metropolitana de Salvador, Bahia.	163 449	Cidade do Semi-Árido do Estado de Pernambuco.	293 962
Centro-Oeste	Cidade da região metropolitana de Cuiabá, Mato Grosso.	252 596	Cidade da região metropolitana de Goiânia, Góias.	104 488

No presente estudo foram incluídas somente as entrevistas com familiares de jovens vítimas de homicídios de quatro (4) cidades onde a pesquisa original já tinha realizado a investigação durante o ano de 2014. Os nomes das cidades não são revelados neste estudo a fim de afastar a possibilidade de reconhecimento das histórias relatadas e resguardar a identidade dos sujeitos entrevistados. Entretanto, buscou-se situá-las regionalmente: duas cidades da região Nordeste (uma na região metropolitana de Salvador e outra do Semi-Árido do Estado de Pernambuco); uma cidade do Sudeste (região metropolitana de São Paulo); uma cidade da região Sul (no Oeste do Paraná,). O trabalho de campo nas demais cidades (6) não foi realizado em tempo hábil para que as entrevistas com familiares fossem incluídas nesta dissertação de mestrado. A escolha desses quatro municípios se deu, portanto, por conveniência, ou nas palavras de Gil (1987), uma amostra por acessibilidade.

Convém destacar que a pesquisa mãe contou com a participação de pesquisadores locais que, em relação às entrevistas com familiares de jovens vítimas de homicídio, ficaram responsáveis por identificarem em cada município a região onde a violência era mais evidente e os casos de homicídio recorrentes. Os pesquisadores locais contataram Agentes

¹³ Segundo dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE. Informações obtidas no web site: <http://www.ibge.gov.br/home/>

Comunitários de Saúde (ACS) dessas regiões que, por sua vez, localizaram o familiar a ser entrevistado.

4.2.2 Participantes da Pesquisa

Foi selecionado, para a participação na pesquisa, um familiar - residente em cada um dos municípios - que perdeu um ente jovem por homicídio na faixa etária de 15 a 29 anos. Seguindo as orientações dadas a um pesquisador local, integrante da pesquisa maior, o familiar foi identificado e contatado por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desses quatro municípios. A escolha das famílias se deu a partir do conhecimento do ACS na sua área de abrangência de casos de famílias que perderam um membro jovem por homicídio, cuja faixa-etária se enquadrava naquela estabelecida. O familiar deveria ser aquele que possuía vínculo mais próximo ao jovem vítima de homicídio e deveria conhecer a história de vida do jovem e estar disposto a falar sobre a sua trajetória de vida e sobre a experiência de perda. Foi obedecido um período médio de dois anos entre o homicídio do jovem e a realização da entrevista com o objetivo de preservar os aspectos emocionais do familiar, considerando que o resgate da memória acarreta sofrimento e faz aflorar emoções fortes.

4.2.3 Procedimentos

Foram selecionados trabalhos que tratam da temática aqui abordada. Esse procedimento é apresentado no segundo capítulo dessa dissertação, onde é descrita a visita feita à literatura nacional e internacional acerca da relação entre a família e a perda de um ente querido por homicídio. Entende-se que a revisão da literatura permita conhecer o caminho até então percorrido antes de seguir em frente.

Foram realizadas quatro entrevistas narrativas empreendidas na perspectiva do método de história de vida, apresentado anteriormente. Foi elaborado um roteiro de entrevista (ANEXO I) contendo questões norteadoras que serviram como guia para a compreensão do fenômeno aqui analisado. O roteiro foi composto por três partes. A primeira relativa à história de vida do jovem vítima do homicídio contado pelo familiar. Aqui, incluíam-se questões acerca da trajetória de vida do jovem (gravidez e nascimento; infância e posição na família; escola; lazer; trabalho; relacionamento com a família; relação com namorado(a), marido/esposa, amigos). A segunda parte constou de questões que pudessem informar as circunstâncias do homicídio (onde, quando, horário, se houve outra tentativa, se ele/ela falava

do risco, se tomava medidas de proteção; o que poderia ter levado o jovem a morrer; qual era o estilo de vida do jovem; imprevisibilidade ou não do evento; as possibilidades de futuro que o homicídio encerrou para o jovem). E por fim, a última parte, estimulava o participante a falar dos modos como o homicídio reverberou na família (se algo semelhante já havia ocorrido a outro membro da família; o que aconteceu na família depois da morte do jovem; de que modo os planos da família foram alteradas pelo evento; recorreu-se a alguma forma de ajuda/apoio de instituições/pessoas).

O familiar foi convidado a participar da pesquisa e somente foi entrevistado após autorização do mesmo e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Anexo II).

Três entrevistas foram conduzidas pela equipe da pesquisa “Mortes violentas de jovens: um olhar compreensivo para uma tragédia humana e social” e uma foi realizada pela presente pesquisadora, que também transcreveu todos os relatos. Três entrevistas foram realizadas na unidades de atenção básica à saúde mais próximas à residência dos entrevistados e uma no Centro de Referência da Juventude do município. As entrevistas duraram em média 1 hora e 30 minutos.

4.2.4 Tratamento e análise dos dados

A ferramenta utilizada para a compreensão dos dados do estudo foi a análise temática que consiste na descoberta dos “núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 1999, p.209).

Foi realizada a transcrição das entrevistas, preservando as falas dos entrevistados exatamente como expressas. Essa etapa foi de extrema importância por ter sido o primeiro encontro da presente pesquisadora com a totalidade do material das entrevistas. Em seguida, foi feita a leitura flutuante de cada entrevista que, segundo Minayo (1999), trata-se de um momento de impregnação do conteúdo a partir de um contato exaustivo com o material. Já nessa etapa foi possível levantar alguns temas principais e “ultrapassar a sensação de caos inicial” (MINAYO, 1999, p.209). Após esse mapeamento preliminar, foram realizadas leituras e releituras até a total codificação das entrevistas, que levou em consideração os significados constantes em cada depoimento e as recorrências das falas. Hoga e colaboradores (2010) comparam esse processo à elaboração de uma coreografia, na medida em que o esquema é delineado com alguma liberdade, porém certificando-se da preservação das principais representações acerca da experiência que emergem dos relatos. Ao final, foram

eleitas seis categorias relevantes ao objeto de estudo em questão: *A vivência da perda; o impacto do homicídio na saúde dos familiares; o impacto do homicídio na dinâmica familiar; justiça x impunidade; redes sociais de apoio e enfrentamento da perda.*

4.3 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética da ENSP enquanto subprojeto da pesquisa “Mortes Violentas de Jovens: um olhar compreensivo sobre uma tragédia humana e social” com os seguintes dados de identificação: CAAE: 17708813.8.000.5240. Número de parecer: 361.672 e data de relatoria de 13 de agosto de 2013.

Considerando a delicadeza do tema abordado nas entrevistas e com o intuito de cuidar dos possíveis riscos aos participantes, tomou-se como medida a identificação e o fornecimento do contato de um serviço de saúde ou de profissional, em cada uma das cidades onde foram realizadas as entrevista, como referência de assistência em decorrência de situações de crise, estresse psíquico ou qualquer outro tipo de desconforto experimentado pelos participantes.

CAPÍTULO 5: NARRATIVAS DE FAMÍLIAS DE JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO: O DESAFIO DE VIVER A PARTIR DA PERDA

Não se habita o mundo da mesma forma quando nos pomos a escutar o silêncio da noite, o farfalhar do vento nas folhas, as ondas do mar quebrando nas praias ou a gaivota revolvendo a areia, ao final do dia, para dali catar algum resto esquecido e depois, em voo preciso, se afastar lentamente, com quem tem preguiça ou apenas tem pressa para acompanhar o pescador em seu barco mar adentro.

Não se habita o mundo da mesma forma quando se escuta o lamento da terra seca, o leito vazio do rio, a mão suplicante que se estende em busca de alimento e abrigo, ou o olhar de um qualquer vivente em busca de simpatia, amizade ou compaixão (ARANTES, 2012, p.93).

A leitura e a compreensão das narrativas apontaram para a necessidade de apresentar cada relato separadamente, respeitando a singularidade e os contornos de cada história. A partir da análise das narrativas foi possível distinguir três grandes momentos, a saber:

a) **Contextualização** - diz respeito às falas dos entrevistados em relação aos fatores e situações antecedentes à morte do jovem.

b) **O homicídio do jovem** – refere-se à lembrança dos entrevistados acerca das cenas que compõem o evento do homicídio em si.

c) **As ressonâncias do homicídio** – revela as implicações da perda de um jovem por homicídio no âmbito individual, familiar e na relação com a comunidade.

Deter-se aos detalhes de cada história tem como propósito, em alguma medida, dar voz a quem não tem tido voz e a exibir a figura de quem tem sido submetido à invisibilidade. Segundo Cavalcante (2011) a ocultação tem sido a pena dada a muitos dos jovens vítimas de homicídio e a seus familiares: “são vidas breves, vidas sem memórias, vítimas invisíveis. A despeito do querer-não-saber da sociedade, elas teimam em existir” (p.138).

5.1 NARRATIVA I: “LUTEI TANTO E NÃO CONSEGUI”

Contextualização

A narrativa que abre este capítulo é a da Isabel¹⁴ (22 anos), ex- companheira e mãe do filho do jovem Matheus, assassinado aos 19 anos de idade em uma cidade da região metropolitana de Salvador. A entrevista foi realizada em uma unidade de saúde da família dessa mesma cidade. Isabel e Matheus se conheceram e começaram a namorar quando ambos

¹⁴ Todos os nomes que aparecem neste capítulo são fictícios.

tinham 14 anos de idade e é a partir do início do relacionamento dos dois que ela traz elementos acerca da vida pregressa e da configuração familiar do jovem. Atualmente, Isabel trabalha como manicura, seu filho tem 5 anos de idade e ela está em um novo relacionamento.

Matheus era filho de pais separados e o caçula de quatro irmãos (três meninos e uma menina) por parte de mãe e filho único por parte de pai. Isabel conta que Matheus sempre morou como o pai, Ezequiel, só depois de grande foi morar com a mãe, Judite. Judite vivia com seu atual companheiro e com os filhos dele. Quando Isabel e Matheus começaram a namorar, ele voltou para a casa do pai para que pudessem ficar mais próximos.

Quanto aos estudos, Matheus frequentou a escola até 6º série. Segundo Isabel, ela e o pai do Matheus tentaram de todo jeito fazer com que ele continuasse os estudos, mas mesmo com todo o esforço, ele desistiu. Para Isabel, *“a família assim, nunca teve essa coisa com ele de ficar puxando. Vamos para a escola! Na verdade só era mais o pai”*. Foi nessa mesma época que ele começou a se envolver com um grupo de amigos que ele conhecia desde a infância e que estava metido em *“coisas erradas”*. Daí em diante, passou a fazer uso de drogas e foi quando, segundo Isabel, começou toda a *“agonia”*. Isabel comenta que assim que ele começou a se envolver nesse meio houve um episódio em que dois homens armados apareceram na rua dela e a abordaram procurando pelo Matheus. Ao ver que os homens estavam armados, Isabel ficou desesperada e temeu que eles pudessem achar o jovem. O Matheus, que tinha visto os homens na rua, fugiu e se escondeu na casa de uma vizinha.

Algum tempo depois, em decorrência de uma rixa entre o seu grupo de amigos e um menino que morava na mesma rua do pai de Matheus, ele teve que optar por permanecer na casa do pai ou ir morar com os amigos na parte alta do bairro. Matheus decidiu ir morar com os amigos, ainda que Isabel e o pai tenham tentado convencê-lo do contrário.

Na tentativa de afastá-lo dessa situação, o pai alugou uma casa para ele em outro lugar, mobiliou e o ajudava financeiramente. Isabel conta que sempre depois da escola ia pra lá na tentativa de mantê-lo longe das drogas. Entretanto, algum tempo depois, os mesmos meninos começaram a ir pra lá também. Isabel conseguiu convencê-lo a morar com ela e o irmão na casa da mãe, que tinha comprado outra casa e havia se mudado. Nesse período que estavam morando juntos, Isabel engravidou. Ela estava com 17 anos de idade. Quando Isabel estava no sétimo mês de gestação, Matheus sofreu uma primeira tentativa de homicídio. Ele e um amigo foram alvejados na porta de casa por um homem que apareceu *“do nada e deu um monte de tiro nele, mas aí não agarrou”*. Matheus levou um tiro na perna, foi hospitalizado e ficou bem.

Depois desse episódio, Matheus foi morar com a mãe. Conseguiu alguns trabalhos como ajudante de pedreiro. Ele fazia uns bicos de vez em quando, mas nunca trabalhou de carteira assinada. O filho deles nasceu e com 15 dias de nascido, Isabel passou a frequentar a casa da sogra. Isabel conta que a mãe demonstrava muito carinho pelo filho, pelo neto e por ela, dizia que a Isabel era a filha que ela não teve, que *“a filha dela não era o que eu era com ela”*. No entanto, Isabel acredita que passado algum tempo, a mãe começou a se sentir pressionada pela presença do filho em casa. Não pelo filho em si, mas pela casa não ser dela e sim do atual companheiro e com o fato de que ele poderia se sentir incomodado. Judite, sempre dizia para o Matheus que ele precisava trabalhar, construir uma casa e ir morar com sua esposa e filho.

Matheus voltou a se relacionar com os mesmos amigos de antes e a se envolver em atividades ilegais. Isabel acredita que isso tenha sido desencadeado, pelo menos em parte, pela pressão que a mãe vinha exercendo sobre ele. Isabel já muito cansada dessa situação diz ter tido uma conversa com o Matheus, na qual expõe sua insatisfação com o que estava acontecendo: *“Falei com ele que se ele continuasse eu ia desistir porque eu era nova estava perdendo a minha juventude toda com ele, estava ajudando ele e ele não estava fazendo por merecer. Ele não estava ouvindo nada. Não mostrava que queria mudar. Mudava um pouquinho e depois voltava para o mesmo meio. E o pai dele sempre ajudando, sempre ajudando. Só que o pai dele é assim nunca reconhecia o meio em que o filho dele estava”*.

O pai do Matheus é apontado por Isabel como muito presente e que sempre fez o possível e o impossível para ajudar o filho. Nunca deixava faltar nada e, inclusive, auxiliava financeiramente nos cuidados do neto sempre que necessário. Por essa razão, ela diz não entender o porquê dele ter ido se meter com o tráfico de drogas, uma vez que se precisasse de dinheiro poderia contar com o pai. Ela atribui esse envolvimento mais aos relacionamentos de amizade do Matheus, *“porque ele tinha o pai dele. Eu tenho para mim que ele foi no pensamento: Ahh meus amigos. Vou ficar que vou ajudar os meus amigos”*.

Ainda quanto ao pai de Matheus, Isabel conta que ele, muitas vezes, se negava a reconhecer os erros do filho, *“nunca queria abrir o olho para ver que o filho dele estava naquele meio. (...) eu não sei se ele sabia e fingia que não sabia ou se ele não sabia mesmo, não estava entendendo mesmo aquilo ali. Mas sempre assim, para ele o filho dele sempre foi certo, não fazia nada de errado”*. Foi assim quando ela deu parte do Matheus na polícia por agressão. Na ocasião de uma discussão entre os dois, Matheus tentou agredi-la, algo que até então nunca tinha acontecido. Ezequiel ficou do lado do filho e acusou a nora de ter ido dar queixa do Matheus porque ele era vagabundo: *“O pai dele esteve lá na minha casa, me disse*

um monte de coisa. Eu disse um monte de coisa para o pai dele. Aí depois que ele reconheceu, que ele viu que estava errado, ele veio até a mim e me pediu desculpa”.

Circunstâncias do homicídio

Na versão de Isabel, a morte do Matheus foi desencadeada por uma briga com um menino mais novo que era colega dele. Ela não sabe precisar o motivo da briga, mas suspeita que tenha sido por causa de “droga”. Eles já estavam separados e segundo Isabel, “já tinha desistido dele de vez”. Quando ocorreu o homicídio, ele estava namorando outra menina.

A morte do Matheus aconteceu por volta das 18 horas, nas proximidades do lugar onde vivia. Nos momentos que antecederam o evento, Matheus encontrou com o pai, que antes de ir pra a igreja, deu dinheiro pra ele comprar acarajé. Na volta, passou por um caminho que costumava passar sempre e segundo Isabel, os “meninos já sabiam que ele andava por ali”. Na altura de um terreno baldio levou o primeiro tiro, não conseguiu mais avançar. Em seguida, levou mais dois. “(...) um agarrou na cintura, outro aqui assim... na nuca e outro nas costas”.

Sabendo do risco que corria, o jovem passou a ter uma circulação restrita aos limites do seu bairro. A partir do envolvimento dele no tráfico de drogas, Isabel destaca que eles deixaram de sair, de frequentar outros lugares. “A gente já não ia para lugar nenhum”. O comportamento dele indicava a suspeita de que a qualquer momento alguém poderia tentar algo contra si, mas não imaginava que viria do seu próprio colega, como aconteceu.

Duas pessoas foram suspeitas de terem assassinado o jovem, um maior de idade e outro menor de idade. O maior de idade chegou a ser preso duas vezes, mas culpa o menor de idade pelo ocorrido e por falta de provas acaba sendo solto. Há testemunhas, mas essas se negam a depor, pois temem represálias. Passados dois anos e oito meses do ocorrido, o caso não foi solucionado. O pai permanece indo a delegacia e buscando por novas informações, mas nunca obtém respostas.

Matheus costumava dizer que tinha vontade de fazer um curso de “manusear máquinas” e o pai o apoiava, dizia que podia ajudá-lo, pois queria que ele fosse alguém na vida. “Só que não deu tempo dele fazer. Ele estava com 19 anos, ele ia fazer 20 anos”. Isabel conta que o pai era a pessoa que o Matheus dizia que mais amava, e talvez, se tivesse escutado ele, poderia ter tido um futuro diferente. “Ele ia conseguir se estabelecer, estudar e ser alguém na vida. Porque às vezes com estudo você não é nada, sem estudo é pior ainda”.

Ressonâncias do homicídio na família

A notícia da morte de Matheus pegou a todos de surpresa, ainda que se soubesse dos riscos que corria. Isabel recebeu a notícia pelo seu irmão e desmaiou em seguida. Quando voltou a si, foi acompanhada por familiares do Matheus até o lugar onde ele estava, disse ter ficado em choque e muito abalada. Assim descreve esse momento: *“Naquele momento que eu o vi ali, eu sabia que tinha perdido ele para as drogas”. (...) eu lutei tanto e não consegui. Eu o perdi para as drogas porque, no momento, a única coisa até que vem na minha cabeça é que com certeza deve ter sido uma briga de droga, por droga. Na minha cabeça não vem outra coisa”*.

Dona Judite ficou desesperada e na tensão do momento acusou Isabel de ter mandado matar o jovem, já que ela tinha dado parte dele na polícia recentemente. Isabel ficou bastante ofendida, negou a acusação e ao perceber a gravidade do que tinha dito, Dona Judite pediu desculpas à Isabel e ambas se abraçaram. O pai do Matheus foi o que se mostrou mais forte ao receber a notícia, pois mesmo sofrendo muito se manteve firme durante o velório e o enterro, surpreendendo a todos. Por outro lado, Isabel acredita que a demonstração de força do pai apenas serviu para mascarar o seu sofrimento, aumentando, assim, a sua dor.

Nos meses que se seguiram ao homicídio, Isabel achou que não fosse conseguir seguir em frente. Tinha vários acessos de choro e passava grande parte do dia na internet, inclusive as madrugadas, conversando com as amigas, mas sem nunca falar sobre o ocorrido. No computador, ficava olhando as fotos deles juntos e as fotos do Matheus com o filho. Sonhava frequentemente com o jovem e tinha a sensação de estar vendo ele na sua frente. Chegou a pensar que poderia estar ficando louca. Na internet conversou com um primo do Matheus com quem conseguiu desabafar e falar de todas as coisas que vinha sentindo. O rapaz recomendou que ela buscasse a ajuda de um psicólogo, mas ela não julgou necessário. Como disse: *“É só porque está no começo. Vai passar...”*. Isabel se apegou a Deus e foi na religião que buscou as respostas para o que aconteceu. Ela acredita que Deus permitiu que o Matheus sofresse o homicídio, pois ele estava levando uma vida que não estava de acordo com os preceitos de Deus. Alguns meses depois, Isabel arrumou trabalho como manicura, fez novas amizades e iniciou um novo relacionamento, o que segundo ela, ajudou a se distrair e a minimizar o seu sofrimento.

A mãe do Matheus se distanciou da convivência com a nora e com o neto, justificando que toda vez que olhava para a criança lembrava do filho falecido. Isabel conta que quando o filho pergunta pela avó, ela fica sem saber o que dizer. Já quando o menino pergunta pelo pai, ela pode dizer que ele agora está no céu. Após a morte do Matheus, Isabel e a ex-sogra só se

encontraram duas vezes: no enterro da mãe da Dona Judite, que ocorreu sete meses depois da morte do Matheus e quando o neto sofreu um acidente. Caiu, se machucando bastante. Dona Judite culpou duramente Isabel pelo ocorrido e depois disso nunca mais se falaram.

Por outro lado, a relação do pai do Matheus com a nora e o neto que já era bem próxima ficou ainda mais. O neto passou a ocupar um lugar central na vida do Seu Ezequiel: *“ele buscou força no neto dele. O neto dele é a razão dele, tudo dele”*. A Isabel acredita que o pai foi o que mais sentiu a perda do Matheus, o que mais sofreu. Ele permanece indo ao cemitério e levando flores. Vai sempre à delegacia em busca de novas informações sobre a investigação do homicídio e não desiste de lutar por justiça. Assim como para a Isabel, a religião também exerceu um papel fundamental no modo como o pai do jovem lidou com a perda do filho, pois apesar de sofrer muito, o Seu Ezequiel se apoiou em Deus, tendo convicção de que as coisas só acontecem com a permissão dele: *“Porque hoje, ele bota a cabeça no travesseiro e dorme tranquilo. Dorme com pensamento que perdeu o filho, mas ele dorme tranquilo. Ele não dorme assim: a qualquer hora alguém vai me ligar para dizer que meu filho morreu. Ele dorme tranquilo hoje”*.

Síntese compreensiva

O relato da trajetória de vida do Matheus demonstra que sua história pregressa esteve marcada por situações de conflitos e transgressões. Abandonou os estudos, fez uso abusivo de drogas, envolveu-se com o tráfico e participou de roubos. Nesse contexto, o jovem sofreu perseguições e uma tentativa de homicídio. Isabel, a ex-companheira de Matheus, ao falar da família do jovem apresenta a mãe como distante e pouco participativa na vida do filho. Já o pai aparece em sua narrativa a todo o momento como uma figura muito próxima ao jovem, sempre o incentivando a estudar e lutando para afastá-lo do contexto da criminalidade e da drogadição no qual estava inserido. O esforço do pai para que o filho saísse do mundo das ilicitudes, transgressões e violências não encontrou eco suficiente em seu filho. Também não estiveram presentes políticas institucionais e sociais contextuais (escola, lazer, esporte, programas de geração de trabalho e renda, entre outros) que lidassem com temas tão candentes.

A relação entre Isabel e Matheus era bastante conflituosa, terminaram e reataram o relacionamento algumas vezes. Matheus não ajudava financeiramente no sustento do filho deles. O envolvimento dele com o tráfico de drogas também era fonte de desavenças entre o casal e a gota d'água foi quando o Matheus tentou agredi-la, o que a levou a dar parte dele na polícia. A denúncia feita por Isabel, não foi bem recebida pelo pai do jovem, estremecendo a

relação entre ambos. Segundo Zaluar (2004), o jovem usuário de drogas costuma se afastar da família, da escola, do emprego e acaba mergulhando na miséria ou na criminalidade para sustentar o vício. Nesse contexto, o jovem fica vulnerável à violência tanto como vítima quanto como agressor. Na concepção da autora, a relação do jovem com o tráfico de drogas precisa ser considerada ao analisar a questão da violência, pois atravessa todas as classes sociais. Faz parte da dinâmica do tráfico o estímulo à competitividade desenfreada, levada às últimas consequências. Sem a presença de mediadores institucionais para tais conflitos vê-se multiplicar aos milhares histórias que muito se assemelham a do jovem Matheus e que mais parecem crônicas de uma morte anunciada.

Ao lançar um olhar compreensivo, especialmente às falas da entrevistada acerca da trajetória de vida do jovem, observa-se uma descrição tecida a partir do ponto de vista daquilo que o levou a morrer. Nesse sentido, na narrativa construída por Isabel, o homicídio aparecia o tempo todo como uma possibilidade real. Em 2010, aos 19 anos de idade, Matheus foi assassinado a tiros, perto de casa, por outros meninos que também eram jovens e que foram seus colegas. O motivo exato do homicídio é desconhecido, mas acredita-se que tenha sido por conta de uma rixa por drogas.

No que concerne ao fator justiça, o crime não foi solucionado. A família, principalmente o pai, continua lutando pela justiça que ainda não havia chegado. A questão de um dos suspeitos ser um jovem menor de idade aparece como um complicador para a resolução do caso segundo os familiares, bem como a lei do silêncio, já que há testemunhas, mas essas não querem se envolver porque temem sofrer represálias.

Apesar da possibilidade da morte do Matheus estar presente, a notícia do homicídio foi recebida com surpresa. Cada membro vivenciou a perda de um modo particular após o homicídio. Isabel entrou em estado de choque, ficou profundamente abalada e pensou estar ficando louca. A mãe do jovem ficou desesperada e o pai mostrou-se forte, optando por não demonstrar publicamente os seus sentimentos. Um fator importante é o sentimento de derrota que acompanha a fala da Isabel. O homicídio é visto como a perda da batalha contra as drogas. Repetidas vezes durante a entrevista, ela falou do quanto lutou para que ele desse outro rumo à sua vida, mas acabou morrendo tragicamente em consequência dos caminhos que tomou. Para Isabel, a morte do Matheus representou também o rompimento com qualquer possibilidade dela criar o seu filho junto ao pai, formando assim, a família que desejava. Já para o pai de Matheus, apesar de viver com intensa tristeza a perda do filho, o homicídio também significou o fim da preocupação de que algo poderia lhe acontecer a qualquer momento, apontando para a vivência da perda a partir de um misto de sofrimento e alívio.

Nessa história, destaca-se a ressonância do homicídio no âmbito das relações familiares, principalmente em razão da relação entre a avó e o neto (filho de Matheus) que antes próxima e afetuosa tornou-se distante e enfraquecida. Segundo Walsh e McGoldrick(1998), o impacto perturbador de uma morte sobre o equilíbrio funcional de uma família é intensificado em razão do nível de integração emocional da família no momento da perda, que nesse caso estava marcada por tensões e conflitos, a julgar pela desconfiança de que Isabel poderia ter alguma relação com o ocorrido e o próprio desgaste familiar acarretado pelas situações limítrofes aos quais todos estavam expostos pela inserção do jovem no tráfico de drogas.

Nos primeiros meses após a morte de Matheus, Isabel relata ter se isolado e optado por não falar do assunto, assumindo uma postura de negação diante do ocorrido. Entretanto, foi possível depreender do seu relato a importância assumida por seus amigos e pela igreja como valiosas fontes de apoio na superação da perda. Ao se sentir mais forte, Isabel conseguiu retomar alguns de seus projetos de vida, começou a trabalhar, fez novas amizades e iniciou um novo relacionamento. Essa postura proativa é interessante, na medida em que amplia a rede de apoio e reposiciona o sujeito diante do seu próprio futuro, dando lugar a novas crenças, planos e prioridades. O apego à religião também aparece com uma importante estratégia de enfrentamento da perda utilizada tanto por Isabel quanto pelo Seu Ezequiel, pai de Matheus. Para Walsh e McGoldrick (1998) até mesmo uma perda traumática pode ser suportada, desde que ela possa ser aceita e os relacionamentos reestruturados, possibilitando, dessa forma, seguir em frente.

A literatura mostra que em situações de luto por homicídio há uma tendência da família em se isolar socialmente, principalmente, quando a vítima estava envolvida em situações de transgressões. As famílias se sentem desconfortáveis diante do ocorrido e a comunidade se retrai ao não dar à morte a sua devida consideração. Nesse sentido, o relato da Isabel reforça a importância da construção e do fortalecimento dos vínculos sociais na superação de uma perda traumática. Uma rede social de apoio acolhedora faz toda a diferença no modo como um indivíduo lida com uma morte por homicídio em sua família. Além disso, é preciso considerar o potencial de resiliência de cada um diante de situações limites. De acordo com Assis e colaboradores (2008), a resiliência envolve processos sociais e intrapsíquicos em constante transformação, que contribuem para a capacidade do indivíduo de lidar com problemas e superar obstáculos sem comprometer sua saúde mental. Essa combinação de elementos pode ser determinante para que os sobreviventes do homicídio consigam resignificar a perda e, assim, obterem alguma transformação positiva diante desse

evento grave. Considerando que os estudos sobre o tema têm focado, principalmente, nos aspectos patológicos da vivência da perda, como apontou a revisão da literatura, a investigação desses fatores positivos desponta como um importante eixo de análise ainda pouco explorado.

5.2 NARRATIVA II – “ARRANCARAM DE NÓS AQUELA ALEGRIA”

Contextualização

A segunda história é contada por Dona Marta e pelo Joaquim (23 anos), mãe e irmão respectivamente do jovem Silas morto em 2012, aos 18 anos de idade, em uma cidade da região metropolitana de São Paulo. A princípio somente a mãe participaria da entrevista, mas por ela se encontrar bastante fragilizada, o filho preferiu participar também.

Dona Marta é doméstica e casada com o Seu Antônio, que é pastor. Tiveram oito filhos, cinco homens e três mulheres. O mais velho tem 27 anos de idade e o mais novo 11. O jovem, vítima de homicídio, era o sexto filho. Todos vivem juntos na mesma casa. Silas foi descrito tanto pela Dona Marta quanto pelo irmão como um rapaz sossegado, tranquilo e amigável. Durante a infância foi um menino “*bonzinho e obediente*”. O Silas estava sempre feliz e trazia muita alegria para dentro de casa. A família é descrita como muito unida. O Joaquim destaca a boa relação que tinha com o irmão, pois estavam sempre se ajudando mutuamente: “*Quando eu não tinha tênis, ele me emprestava o dele. Sempre foi de dividir as coisas. Nunca foi moleque que tinha raiva, tinha ódio de alguma coisa*”.

O Silas frequentava a escola e trabalhava como entregador de pizza. A família já passou por momentos de dificuldades financeiras, principalmente na época em que só o pai estava trabalhando. E sempre que podia, o Silas ajudava financeiramente. Dava dinheiro à mãe para ajudar a comprar coisas para dentro de casa.

Para a família, Silas não era usuário de drogas, não tinha nenhum vício e nem andava com bandidos. No entanto, o jovem gostava muito de moto e por andar sem habilitação acabou entrando, por diversas vezes, em conflito com a polícia. Costumava pegar as motos dos colegas emprestadas e quando a polícia pedia para parar, ele não parava, porque tinha medo do policial prender a sua moto e não ter dinheiro para tirá-la do pátio. Joaquim relata um episódio em que o Silas foi abordado pela polícia, tentou correr, mas conseguiram derrubá-lo da moto. O colega que estava junto fugiu. Silas acabou retido. Os policiais bateram muito no Silas e o Joaquim acredita que só não o mataram naquela ocasião porque foi

avisado por um amigo que o irmão tinha sido pego pela polícia e resolveu ir ver o que estava acontecendo. Naquela noite, os policiais cortaram os pneus do carro do Joaquim e ameaçaram o Silas de morte. O Joaquim acredita que o Silas estava sendo perseguido pela polícia.

Circunstâncias do homicídio

No dia em que o homicídio aconteceu, horas antes, o irmão e a mãe do jovem contam que Silas apresentou um comportamento diferente em casa, estava com uma aparência entristecida. Segundo Joaquim, parecia que o mundo tinha acabado para ele: *“você olha para a pessoa e ela não está normal, está triste”*. Não se sabia o motivo da tristeza, mas Joaquim comenta que o irmão sempre gostou de moto e queria muito comprar uma, mas estava difícil porque não conseguia um bom trabalho. Naquele dia, Dona Marta, não queria que ele saísse para entregar pizza antes de jantar, mas Silas insistiu, saiu com o amigo André e disse que não iria demorar.

Mais tarde, Joaquim foi informado por um de seus primos que não estava conseguindo falar com o Silas pelo celular, pois outra pessoa atendia a ligação. Era dia de partida de futebol entre o Corinthians e o São Paulo e havia muitos fogos e tumulto na rua. Imediatamente, Joaquim achou que o irmão havia perdido o celular e que alguém o tinha achado. Em seguida tentou ligar para o número e a pessoa que atendeu disse ser o Silas, mas o Joaquim negou, pois sabia que não era o irmão. Pediram que ele descrevesse fisicamente o Silas e o amigo que estava junto com ele e, friamente, disseram que ambos estavam mortos: *“já era já. Está morto”*. A pessoa também disse o local onde eles estavam e o Joaquim, desesperado, correu para lá. Quando, finalmente, encontrou o lugar, o SAMU já tinha ido lá socorrer, mas os dois jovens já estavam sem vida.

A família relata que o amigo, que estava conduzindo a moto, foi o primeiro a ser baleado. O Silas, que estava na garupa, desceu da moto e tentou fugir, mas acabou sendo também baleado em seguida. O Silas levou quatro tiros, sendo um no rosto. O tiro na face deixou o jovem descaracterizado o que foi motivo de grande sofrimento para a família.

Segundo a família, o jovem estava sendo perseguido pela polícia, o que os levaram a crer que o perpetrador do homicídio fosse um policial. Para o Joaquim, a polícia vivia na cola do seu irmão que só de ver uma viatura, já saía correndo de medo. Conta que após o jovem ter sido baleado e caído no chão, tiraram a sua roupa para ver a tatuagem que tinha, pois queriam confirmar se mataram a pessoa certa.

Outra possível versão é a de que na rua onde os jovens foram assassinados mora um policial e que esse policial teria se assustado com a presença deles, pois era noite, os jovens estavam entregando pizza e pararam para pedir informação. O policial achou que estavam querendo roubar e os matou no susto.

O caso ainda não foi solucionado. Existe um inquérito, mas a família não tem informações sobre o andamento da investigação. Dona Marta indaga sobre a presença de câmeras na rua onde o filho foi morto, mas que não foram averiguadas até o momento.

Segundo o Joaquim, o maior sonho do Silas era trabalhar, comprar uma moto e uma casa para a mãe. Conta que o irmão não chegou a dizer para a família sobre uma atividade específica que gostaria de exercer, mas desejava ter uma melhor condição financeira para poder ajudar a família a ter uma situação mais confortável.

Ressonâncias do homicídio na família

A notícia da morte do jovem foi um choque para a família e a vivência da perda é carregada de intenso sofrimento. Tanto a mãe quanto o irmão falam da tristeza que sentem. Demonstrem também muita revolta pelo ocorrido, principalmente, pelo fato de atribuírem à polícia a responsabilidade pelo homicídio.

O modo como a morte se deu é visto pela mãe como muito cruel, pois *“parece que morreu um cachorro na rua”*. Dona Marta diz sentir muita saudade do filho e com frequência, se pega lembrando dele. Não consegue mais olhar as fotos do filho porque sente uma dor muito grande. Não entende como pôde criar o filho tão direitinho, ensiná-los boas coisas e perdê-lo dessa maneira. Às vezes, está fazendo suas tarefas domésticas e escuta a voz dele ou sente a sua presença. Na rua, tem a impressão de tê-lo visto. Diz saber que isso não é real, mas a saudade que sente mexeu muito consigo. Dona Marta tem frequentes crises de choro desde que perdeu o filho. O sofrimento vivenciado pela mãe é motivo de sofrimento para o Joaquim que afirma ser muito duro, chegar em casa e ver a mãe nesse estado.

Quanto ao pai do jovem, ele prefere não demonstrar o seu sofrimento. Mas, para Joaquim, só de olhar para ele é possível perceber o quanto ficou abalado. Um dia, Dona Marta o pegou na porta do quarto do Silas, meio escondido, com o pensamento distante. Joaquim acredita que o pai sente muita tristeza pela perda do filho, mas que ao não demonstrar está fazendo mal para si mesmo.

Dona Marta conta que as irmãs sentem muito a falta do Silas, inclusive, a Aline de 26 anos, tem tido, desde o homicídio, problemas no trabalho. Pois, às vezes, durante o expediente, ela precisa procurar um canto para chorar. A família também destaca mudanças

no comportamento do irmão caçula de 11 anos, Nicolau. Na escola, ele não tem conseguido se concentrar nas lições e começa a chorar durante as aulas, dizendo sentir saudades do irmão. Nicolau está fazendo acompanhamento psicológico por indicação da escola.

Joaquim acredita que a perda do jovem abalou a estrutura da família, tirando deles a alegria de viver. Não se sentem mais à vontade na própria casa pelas lembranças que o ambiente faz emergir: *“A gente chega em casa e não é a mesma coisa”*.

Afirmam encontrar conforto na religião. Dona Marta refere que Deus alivia a dor que ela sente e para Joaquim somente Deus pode confortar os corações. Na igreja, eles sentem-se bem, sentem-se preenchidos, pois lá *“a gente canta, a gente louva”*.

Dona Marta acredita que conversar com os outros, até mesmo com um psicólogo, não ajuda, pois a perda de um filho é algo que mancha para sempre uma mãe, *“não sai de dentro da gente”*. Joaquim diz que, geralmente, as pessoas ficam dizendo para eles esquecerem o que aconteceu, mas para ele *“não existe você esquecer uma pessoa que conviveu dezoito anos com você”*. A família recebeu bastante apoio dos vizinhos que também sentiram muito a morte do jovem. Dona Marta e Joaquim comentam que todos gostavam muito do Silas e por isso, no dia em que ele morreu, muita gente procurou a família para oferecer apoio.

A família busca por justiça. Querem que os responsáveis sejam punidos tanto pela justiça do homem quanto pela justiça divina. Para Joaquim *“ele derramou sangue e o sangue que ele derramou, Deus vai cobrar com o sangue dele”*. A família aponta que se ele tivesse feito algo errado, deveria ter sido preso e não morto, pois *“ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém”* e passar a *“frente de Deus”*. Dona Marta teme que o responsável pelo homicídio possa fazer algo contra mais alguém da sua família, principalmente, contra o seu filho mais novo que é uma criança. Por isso prefere não ficar falando da morte do filho para não por em risco a segurança da sua família. Já Joaquim diz não ter medo de morrer e temer só a Deus.

Síntese compreensiva

Nas falas iniciais dos entrevistados, Dona Marta (mãe) e Joaquim (irmão), notou-se uma necessidade de apresentar as características positivas do jovem e o quanto ele era amado pela família. Bom filho e irmão querido, Silas ocupava um lugar de extrema importância na família como aquele que trazia a alegria para dentro de casa. A família é descrita como muito unida, pautada na relação de companheirismo e cuidado entre os irmãos e de obediência aos pais. A união é um fator importante no que diz respeito às reações da família diante da perda. Como sugere Walsh e McGoldrick (1998), uma família mais integrada pode mostrar mais

reações explícitas no momento imediato à morte e conseguir se adaptar rapidamente. Em contrapartida, uma família menos integrada pode demonstrar pouca reação imediata e mais tarde, apresentar problemas físicos e emocionais. Ainda, segundo Domingues e colaboradores (2011), a união familiar pode constituir-se como um fator de proteção para o enfrentamento das adversidades.

No desenrolar da entrevista, referências ao histórico de conflitos entre o jovem e a polícia começaram a aparecer na fala do irmão, desvelando uma trajetória, na qual o homicídio era uma ameaça real. A família nega que o jovem tenha tido qualquer envolvimento com o tráfico de drogas ou outro tipo de atividade ilegal, salvo o uso recorrente de moto sem habilitação, prática que o colocou em conflito com a polícia, tendo sofrido, algumas vezes, violência policial. A possibilidade de que algo de ruim poderia acontecer com o jovem rondava a família, tanto pelos boatos que corriam de que a polícia tinha marcado ele quanto pela visão do homicídio através de um sonho que o irmão teve e a mensagem de um membro da igreja em caráter de pressentimento do que poderia vir a acontecer com o jovem. Horas antes do homicídio, Silas também exibiu um comportamento diferenciado que chamou a atenção da família para a possibilidade dele saber que algo poderia lhe acontecer.

Silas foi morto a tiros, aos 18 anos de idade no ano de 2012 juntamente com outro amigo da mesma idade quando estavam de moto entregando pizza. As circunstâncias da morte não estão esclarecidas, o que abre espaço para a especulação da família que culpabiliza a polícia pelo ocorrido, ainda que não haja nenhuma prova consistente sobre isso. Segundo Dona Marta e Joaquim, ele estava estudando e trabalhava entregando pizza. Entretanto, o fato do jovem não usar nenhum uniforme que identificasse a pizzaria e nem a família saber informar para que pizzaria ele trabalhava revela lacunas na história pregressa do jovem, deixando no ar o questionamento sobre os reais motivos que levaram ao assassinato e até que ponto o jovem não estaria envolvido em situações desconhecidas ou, até mesmo, omitidas pela família. Para Dalbosco (2006), essa postura assumida pela família tem muito a ver com a necessidade de manter a imagem idealizada do jovem. Existe uma dificuldade de ver o ente querido como também parte de um ciclo de violência, sendo preferível enxergá-lo somente como vítima.

Destaca-se no relato da família a relação delicada estabelecida com a polícia. A figura do policial é encarada negativamente por suas abordagens violentas e abusivas presentes na trajetória de vida do jovem o que, certamente, reforça a concepção da família de que seria um policial o responsável pelo homicídio. Para a família restam poucas dúvidas de que o crime foi motivado por um acerto de contas entre polícias e o jovem. Nesse sentido, a compreensão

do papel da polícia assume uma posição inversa para essa família: ao invés de ser vista como uma fonte de proteção à população é temida e considerada como fator de risco. A mãe e o irmão do jovem declararam que prefeririam que ele tivesse sido preso a ser morto, caso tivesse feito algo contra a lei. O homicídio, por sua vez, encerrou a vida do jovem e, juntamente, qualquer possibilidade dele se defender ou ser julgado legalmente por seus atos. A situação descrita por essa família permite uma reflexão acerca das práticas policiais de abuso da força e do poder. Conduzidos por preconceitos e estereótipos negativos projetados em seguimentos específicos da população, tais como os jovens, negros e pobres, os agentes da repressão acabam agindo de modo precipitado e, não raro, vidas são abreviadas. A ilegitimidade do uso da violência praticada por policiais no exercício da função é amplamente verificada no Brasil e reflete uma tradição histórica da sociedade brasileira de legitimação do excesso de poder e do autoritarismo da polícia (GUIMARÃES et al, 2005). Apesar disso, muito pouco tem sido feito na tentativa de reverter esse quadro.

O crime está sendo investigado, mas a família não tem nenhuma informação sobre o andamento do inquérito. Há um grande descrédito quanto à possibilidade de resolução do caso pelo sistema criminal, o que dá lugar à crença em uma justiça divina como a única que realmente funciona.

O homicídio deixou um rastro de dor nessa família. A vivência da perda tanto pela mãe quanto pelo irmão está marcada por uma tristeza profunda, pelo desespero e pela sensação de que ficou lhes faltando o chão. Revolta, raiva e desejo de vingança fazem parte do repertório de sentimentos experimentados pela família que convive, ao mesmo tempo, com valores cristãos, tais como o perdão e a resignação. Esse conflito ético, como foi nomeado por Rangel (2012), está relacionado a uma ruptura brusca no sistema de valores da família, no qual os sobreviventes do homicídio passam a se confrontarem com sentimentos negativos e destrutivos em relação aos perpetradores do homicídio. A vingança é descrita como um sentimento bastante comum entre as vítimas indiretas do homicídio, podendo prejudicar o processo de elaboração da perda e contribuir para o desencadeamento de quadros psicopatológicos graves, tais como o transtorno de estresse pós-traumático (ELHERS; CLARK, 2000 apud VAN DENDEREN, 2014).

Outro importante agravante no quadro emocional dessa família deve-se ao fato do homicídio, da maneira como foi perpetrado, ter assumido um caráter desumanizado tanto pela forma como a notícia da morte foi dada quanto pelo estado degradante em que se encontrava o corpo do jovem após o homicídio. O homicídio por si só já representa uma morte violenta, mas que ganha um caráter ainda mais brutal quando deixa no corpo as marcas da deterioração

e da mutilação. A literatura tem reportado que a tarefa de reconhecimento do corpo da vítima ou somente a visão do corpo tem um grande peso sobre as reações emocionais da família (SOARES et al, 2006).

Do relato também foi possível depreender a sensação de medo e de insegurança que ronda Dona Marta, principalmente, por temer que algo de ruim aconteça a mais alguém da família. Com medo de represálias, prefere se silenciar, ao invés de tornar pública sua indignação com o ocorrido. A difusão do medo e da insegurança, que já pode ser considerado um problema grave em muitas cidades brasileiras, ganha contornos mais perversos nas famílias que perderam entes queridos por homicídio. Desse modo, a violência transforma-se em um verdadeiro pesadelo, dificultando o convívio social dessas pessoas (ARCOVERDE, 2005). No caso dessa família, o medo ainda se apresenta como um entrave na busca por justiça.

A lembrança do jovem povoa o pensamento de Dona Marta de modo tão intenso que ela é capaz de sentir a presença do filho e até mesmo vê-lo pelos cantos da casa e na rua. Teve também sua rotina de vida alterada, com dificuldades de realizar as atividades domésticas, às quais estava acostumada, devido as constantes crises de choro que vem apresentando desde o homicídio. Essa situação vivenciada por Dona Marta ressoa em Joaquim fazendo-o sofrer duplamente: pela perda propriamente dita e por assistir ao sofrimento de sua mãe.

O pai do jovem assumiu uma postura mais contida em relação à perda, evitando demonstrar para o resto da família os seus sentimentos. A dor estampada em seu rosto e o fato de evitar falar do assunto revela o caráter silencioso do sofrimento por ele vivenciado. Os outros irmãos também foram impactados pelo homicídio, apresentando dificuldades em se concentrarem no trabalho e no estudo.

Chama à atenção no relato dessa família o teor corrosivo desencadeado pelo homicídio na vida desses sobreviventes. A alegria que antes estava presente deu lugar a uma nuvem de tristeza que paralisa toda a família. O lar, anteriormente visto como lugar de felicidade, tornou-se espaço de sofrimento e de tristeza, sendo preferível por todos ficarem fora de casa, na igreja, por exemplo, do que em um ambiente repleto de lembranças do jovem falecido.

A igreja aparece como uma fonte importante de apoio para essa família por, nesse espaço, se sentirem aliviados. Na narrativa, o apego espiritual é apresentado como a única possibilidade verdadeira de conforto e é na crença religiosa que a família encontra um modo de enfrentar a perda e ter esperança de que a tão desejada justiça seja feita. A vizinhança também lhes ofereceu um importante suporte, principalmente, logo após o homicídio. Entretanto, nem sempre esse suporte dado pela comunidade mostrou-se adequado, como

revela a fala do Joaquim sobre a insistência das pessoas em dizer que eles devem seguir com suas vidas e esquecerem o que passou. A perda de um ente querido por homicídio não é algo que se possa deixar para lá, tampouco, pode ser esquecida. A dificuldade de lidar com o sofrimento é uma marca da sociedade atual que tende a estrangular e cercear a vivência do luto e o necessário tempo para chorar daqueles que sofrem a perda de alguém.

5.3 NARRATIVA III : “ISSO NÃO ERA PARA TER ACONTECIDO”

Contextualização

Dona Adália é a mãe do Pedro, morto aos 21 anos de idade no ano de 2009, em uma cidade do semiárido pernambucano. Dona Adália teve 10 filhos, mas três morreram ainda bebês. Do primeiro casamento são quatro filhos e do segundo, três. Ela fala de uma trajetória de vida difícil, na qual teve que trabalhar duro para sustentar a prole. Chegou a trabalhar descarregando caminhões e correndo risco de morrer, pois, às vezes, o caminhão virava e muita gente ficava embaixo dele. Teve que criar os filhos deixando-os sozinhos em casa e acredita que teve sorte de tê-los visto crescer.

Pedro é o primeiro filho do segundo casamento com o Seu Otávio com quem vive até hoje. Dona Adália conta que o Pedro quase morreu depois de nascer. Teve uma infância complicada, pois foi uma criança muito doente, mas, fora isso, não deu trabalho e não era um menino chorão. Quando o Pedro era criança, o deixava em casa com os outros irmãos porque tinha que sair para trabalhar. O pai trabalhava de gari na prefeitura, mas o contrato era temporário e, por vezes, ficava desempregado: “*Sempre foi assim, trabalhava um ano, dois na prefeitura. Saía, depois entrava de novo*”.

Pedro sempre foi um menino alegre, adorava rir e fazer amizades. “*O negócio dele era gandaia*”. Porém, quando o assunto era estudos, Pedro não queria nem saber. A mãe conta que o menino deu muito trabalho na escola, pois não gostava de estudar e era sempre o que mais demorava a terminar os exercícios. Quando tinha 12 anos, uma professora que gostava muito dele, o levou para ficar com ela. Segundo Dona Adália, Pedro tomava conta da casa quando ela ia para a roça. A professora carregava o menino para onde ia. Foi assim, quando mudou para Juazeiro e quando comprou lote em Recife.

Pedro era um rapaz muito querido na região, não se metia em briga e não tinha envolvimento com drogas. Ao contrário do filho mais velho que desde os 17 anos tomou os “*caminhos errados*” e aos 19 anos de idade foi preso com sentença de 9 anos. Dona Adália

conta que esse filho deu muito trabalho e tirou o sono dela por várias noites. Na época que a entrevista foi realizada, ele estava em regime semiaberto.

Pedro chegou a trabalhar na colheita de tomate e de manga e transportando crianças para a escola, mas nunca teve “*carteira fichada*”. Quando completou 20 anos conheceu uma moça, chamada Jaqueline, com quem começou a se relacionar. Eles alugaram um ponto, onde ficaram morando e também abriram um bar. A relação dos dois era tumultuada, marcada por muitas brigas. Durante muitas discussões, Pedro encontrava-se alcoolizado o que o deixava alterado. Jaqueline chegou a dar parte dele na polícia. Segundo Dona Adália, a maioria das brigas eram por ele não querer ajudar a companheira na administração do bar, fato que ela não aceitava. Por inúmeras vezes, se separaram e depois voltaram. Dona Adália conta que gostava muito da Jaqueline, não gostava quando eles brigavam e dizia para o filho não tratá-la mal.

Circunstâncias do homicídio

Era dia das mães e a família toda estava reunida na casa da Dona Adália para o almoço. Ela relata que naquele dia, o Pedro almoçou e depois foi dormir. Quando acordou disse que ia sair e o sobrinho Lucas de 6 anos de idade insistiu que o tio não fosse ou que o levasse junto. Pedro não deu muita ideia para o apelo do menino e saiu só vestindo um short. Pouco tempo depois, ela se deu conta de que não achava o seu celular e começou a ligar para ele. Após muita insistência, Pedro atendeu a ligação e Dona Adália pediu que o filho lhe devolvesse o celular. O celular foi entregue por um menino a pedido do Pedro. Ao olhar o celular, Dona Adália viu o registro de várias ligações feitas para a Jaqueline e ficou preocupada. Nessa época, os dois já estavam há uns quinze dias separados.

As horas foram passando, suas irmãs e cunhados foram embora e a mãe começou a ter uma sensação estranha. Ficou agoniada e se perguntando onde estaria o filho. Toda hora chamava o marido e dizia que achava que seu filho estava morto. Tentou rezar o terço, mas não conseguia se concentrar. Sentia que o filho estava passando por uma situação difícil e se desesperava. Já no fim da noite, duas vizinhas que não tinham o costume de ir a casa dela, chamaram-na no portão. Naquele momento Dona Adália teve a certeza de que algo muito ruim estava acontecendo.

Na casa onde Pedro e Jaqueline moravam, um homem esfaqueou a Jaqueline e depois jogou água quente em cima do Pedro. Ele conseguiu correr, mas foi alcançado e recebeu 25 facadas. Acabou morrendo em frente à prefeitura da cidade.

O homem responsável pela morte do Pedro era amante da Jaqueline e morava no mesmo bairro que a família do jovem. Ele foi preso pela polícia no mesmo dia, mas quando a família chegou na delegacia, já tinha sido solto.

Dona Adália acredita que a principal responsável pela morte do filho tenha sido Jaqueline. Não sabe o quê, exatamente, desencadeou a morte do jovem, mas afirma que foi por causa dela. Depois do ocorrido, Dona Adália ficou sabendo que Pedro já tinha brigado com o amante e que mesmo assim, Jaqueline chamou o filho dela para ir a sua casa. Para a mãe do jovem esse tipo de morte é comum na região onde vive. Diz ela: *“foi uma coisa que eu já vi muito aqui no Juazeiro”*.

Pedro estava há um ano fazendo parte do programa ‘jovem aprendiz’ quando morreu. Havia largado os estudos na 5ª série, mas tinha retomado. Segundo Dona Adália, seu filho sonhava em trabalhar, fazer cursos. Queria fazer cursos no Senai. Tinha vontade de comprar uma moto e de dar uma geladeira para a mãe. Alguns meses após o homicídio, Dona Adália, conseguiu um dinheiro e comprou uma geladeira: *“Eu vou comprar uma geladeira porque o Pedro vai ficar muito feliz. Porque o sonho dele era ter uma geladeira”*.

Ressonâncias do homicídio na família

Dona Adália ficou muito triste com a notícia da morte do filho. Diz sentir muita saudade e falta dele. Ela acredita que *“isso não era para ter acontecido”*. Também se sentiu culpada porque gostava muito da moça que, para ela, foi a responsável pela morte do Pedro. Durante muitos meses após a perda do filho, Dona Adália não conseguia sair de casa, não tinha coragem de andar. E quando estava em casa, sofria, porque vinha sempre a lembrança do filho. Conta que durante um bom tempo ficou revivendo a rotina que o filho tinha em sua casa, como a hora de chegar do trabalho, o momento do banho, ela pedindo para ele desligar o chuveiro e o jeito carinhoso como os dois se tratavam passando o nariz de um no outro. Com a perda do filho, Dona Adália teve muitas crises de hipertensão, tendo que ir várias vezes ao posto de saúde.

Para ela todos da família sentiram igualmente a perda. Durante três meses, ninguém conseguia comer direito. Os três filhos mais novos de Dona Adália deixaram a escola, dois porque não conseguiam se concentrar nos estudos e o outro porque a escola era perto da onde morava a família do responsável pelo homicídio e, por isso, tinha medo de ir à escola.

O pai do jovem, apesar de calado, sente a perda do filho. Diz que gostaria de vingar a morte dele. Dona Adália comenta que o marido diz isso, principalmente, quando alguém

comenta ter visto o agressor, deixando-o revoltado e com muita raiva. Mas geralmente é um homem tranquilo que não fala muito.

A morte do Pedro impactou financeiramente a família, pois segundo a mãe, ele *“ajudava muito dentro de casa. Hoje não tem mais ele”*. Ele ajudava a pagar as contas, principalmente, quando o pai estava desempregado.

Logo após o homicídio, um dos cunhados de Dona Adália tomou a frente da organização do funeral e uma vizinha auxiliou a família em alguns procedimentos burocráticos necessários. Para Dona Adália, ambos foram muito importantes nesses primeiros momentos após o homicídio. Posteriormente, essa mesma vizinha ofereceu trabalho a Dona Adália em sua padaria para que tivesse como pagar suas contas, e a ajudava quando tinha crises de hipertensão, acalmando-a e dando-lhe remédio. Também lhe fazia companhia quando estava sozinha em casa ou Dona Adália ia para a casa dela, porque, às vezes ficar dentro de casa era muito difícil.

Além do Pedro, mais dois sobrinhos da Dona Adália foram assassinados. Um anterior à morte do Pedro e o outro um ano depois. A morte de ambos estava relacionada com o uso de drogas. Para Dona Adália deveria haver mais empregos, principalmente para os jovens, porque com o uso da tecnologia na agricultura muita gente perdeu os seus empregos. Segundo ela, *“antigamente pegava-se na enxada, agora não é mais. Hoje é o trator dando remédio para matar o mato”*.

Síntese compreensiva

Na narrativa de Dona Adália chama a atenção o contexto de pobreza e de privações que atravessa a história de sua família. O desemprego, o trabalho difícil e arriscado, a dificuldade em criar a prole e a situação de um dos seus filhos que teve problemas com a justiça desvelam situações duras enfrentadas pela entrevistada. Nesse cenário, a morte do jovem emergiu como mais um problema em meio a tantos outros.

Pedro é descrito pela mãe como tendo sido um bom filho, alegre e que gostava de fazer amizades. Tinha uma boa relação com os irmãos e ajudava financeiramente a família. Estudou até a 7ª. série e não chegou a trabalhar de carteira assinada. Para Dona Adália, o desemprego é um problema muito sério na região onde vive e afeta, principalmente, os mais jovens. Por essa razão, muitos acabam se envolvendo com coisas erradas. Foi o que aconteceu com o seu filho que cumpre sentença e com dois sobrinhos assassinados em decorrência do uso de drogas. Isso, no entanto, não se aplica ao Pedro que, segundo ela, nunca fez uso de drogas ou se meteu em crimes. Destaca-se em seu relato o inconformismo com a morte do

filho, uma vez que isso não tinha porque ter acontecido com ele. É comum no senso comum associar a ocorrência do homicídio a alguma característica transgressora da vítima, sendo esse um dos principais motivos pelo qual esse tipo de morte acaba sendo estigmatizada.

Apesar de não estar envolvido com atos infracionais, a violência era uma prática usada por ele na resolução de conflitos conjugais, o que levou a companheira a denunciá-lo algumas vezes à polícia. O uso abusivo de álcool pelo jovem aparece discretamente no relato da mãe, sem que ela tenha desenvolvido esse aspecto. Fica, portanto, a incógnita acerca do peso desse uso na trajetória de vida do jovem.

Pedro foi morto, brutalmente, aos 21 anos de idade pelo suposto amante de sua companheira. O modo como a morte se deu gerou intenso sofrimento em Dona Adália que não se conformou com o fato do filho ter tido uma morte tão cruel. Desse modo, a convicção da mãe de que a morte foi um processo doloroso gerou nela muita angústia.

O relato de Dona Adália revela uma dimensão de seu sofrimento ancorado, sobremaneira, no sentimento de culpa em relação à morte do filho. Ela responsabiliza a companheira do jovem por tê-lo envolvido em um triângulo amoroso de fim trágico, mas culpa, principalmente, a si mesma por não ter feito nada para impedir o relacionamento dos dois, quando, na verdade, incentivava-os a ficarem juntos mesmo com todos os conflitos que existiam entre eles. Dona Adália se penaliza por ter gostado tanto da pessoa que, segundo ela, levou o filho a perder a vida. De acordo com Rangel (2005) o sentimento de culpa entre pais que perderam seus filhos é desencadeado pelo aspecto cultural de que são eles os responsáveis por zelarem pelo bem-estar físico e psicológico dos filhos. A morte repentina gera nos pais um sentimento de culpa e de questionamento acerca do “e se”, ou seja, do que de diferente poderia ter sido feito para evitar o homicídio, mesmo que não estivessem envolvidos com o fato da morte.

A morte do jovem teve ressonância direta na saúde de Dona Adália, que somada a tantas outras preocupações parece ter contribuído para o seu atual quadro hipertensivo. Perder um ente querido por homicídio, uma morte de caráter traumático, pode deixar diversas sequelas naqueles que sobrevivem a ela, sendo o comprometimento da saúde uma das mais graves. Essa questão tem sido o foco de alguns estudos que advertem para a intensidade e progressividade dos agravos à saúde física e mental dos sobreviventes do homicídio (DOMINGUES, 2010).

O pai não fala muito do ocorrido, mas guarda dentro de si a raiva e o desejo de vingança. A vingança quando levada a cabo alimenta um ciclo de violência sem fim que não raro é observado nas histórias de assassinato. No caso do pai do jovem, a vingança não foi

efetivada, mas está sempre espreitando como uma sombra, como um resquício doloroso da perda, atualizada toda vez que novidades sobre o agressor chegam até ele. Por outro lado, Dona Adália não quer saber de vingança e se esforça para afastar esse sentimento do marido.

O abandono dos estudos por dois irmãos de Pedro, também jovens, aparecem atrelados ao homicídio. É possível que a perda de um ente querido gere um importante prejuízo cognitivo, na medida em que pode diminuir a habilidade dos sobreviventes em se manterem focados na escola ou no trabalho e, também, de reter novas informações (CONNOLLY; GORDON, 2014). Outrossim, é preciso considerar que em contextos de pobreza, a manutenção da vida escolar já é por si só difícil dada as pressões sociais que forçam os jovens a abandonarem os estudos com o objetivo de exercerem uma atividade remunerada. Além disso, a morte de um jovem nessas circunstâncias pode produzir nos irmãos a ideia de que eles próprios podem vir a ser vítimas da mesma violência, fazendo com que sintam que não há razão alguma para permanecerem na escola ou para fazerem planos para o futuro.

Mudanças significativas foram apontadas em relação ao dia-a-dia da família após o homicídio, como a dificuldade de fazer as refeições e de permanecer dentro de casa. Para Dona Adália, o ambiente doméstico adquiriu um caráter nocivo, já que evocava fortes lembranças do filho. A dificuldade de permanecer no mesmo espaço onde antes o jovem circulava e onde tantos momentos foram compartilhados fez com que a família procurasse ficar mais tempo fora de casa, cada um cuidando individualmente de suas obrigações. Essa evitação acabou por reduzir a convivência diária entre eles. Não restam dúvidas de que o dia das mães dessa família nunca mais foi o mesmo depois do homicídio.

A morte do jovem também implicou em um impacto financeiro, já que ele tinha um papel importante na composição do orçamento familiar. Essa nova configuração forçou a família a se reorganizar e contando com a ajuda de uma vizinha, Dona Adália iniciou uma atividade remunerada que ajudasse a pagar as despesas da casa.

Um ponto importante que perpassa o relato de Dona Adália refere-se ao conformismo diante da não resolução do homicídio perante o sistema legal. Apesar de ter sido preso em flagrante, o agressor foi liberado poucas horas depois e nada mais se sabe sobre a repercussão do crime no âmbito da justiça. Nota-se na fala da mãe uma quase que indiferença em relação a essa situação. Pode-se hipotetizar que a vida dura e tumultuada de Dona Adália esgotou tanto a suas energias que ela já não tem mais forças para buscar por justiça e prefere deixar por isso mesmo. Mesmo com o empenho das famílias em garantir justiça junto aos órgãos responsáveis, sabe-se que muitos casos acabam engavetados sem que nem mesmo uma investigação tenha sido realizada. Sem a pressão da família, as chances de que haja alguma

justiça são reduzidas drasticamente, refletindo no contexto de impunidade tão bem conhecido pelas famílias que vivenciam o homicídio em seu seio.

O relato de Dona Adália revela a importância do apoio que recebeu da família extensa, através do cunhado e de uma vizinha logo após a morte do jovem. A necessidade de cuidar dos arranjos do velório e do funeral, por exemplo, podem ser especialmente desgastantes para a família, por isso a relevância de contar com uma rede social que ofereça um suporte adequado. A presença desse suporte parece ter sido essencial para Dona Adália, que passado quatro anos do homicídio, tem conseguido seguir em frente, ainda que a tristeza pela perda do filho continue presente.

5.4 NARRATIVA IV: “EU NÃO TENHO MAIS RAZÃO DE VIVER”.

Contextualização

A última narrativa a ser apresentada é a da Dona Lourdes, mãe de um jovem de 20 anos de idade morto no ano de 2011 em uma cidade do oeste do Paraná. Dona Lourdes é casada há 30 anos com o Seu José e dessa união tiveram quatro filhos: três mulheres e um homem. Carlos, o jovem vítima de homicídio, era o segundo filho. Quando o Carlos tinha 8 meses de vida, em uma visita a avó paterna que morava distante, a avó disse que o menino era “aleijado”, pois tinha um problema na perna. A mãe ainda não tinha percebido e ficou muito chateada com a sogra. Quando retornou para casa, levou o filho ao médico que confirmou que o menino tinha o tendão do calcanhar rompido e precisava fazer uma cirurgia. Depois da cirurgia, Carlos ficou com uma pequena diferença entre as pernas, o que não comprometeu a função de andar.

Os filhos de Dona Lourdes sempre estudaram em boas escolas no centro da cidade, onde o ensino é melhor. Carlos era muito inteligente e tinha ótimas notas. Tinha um dom especial para a pintura e ainda com 11 anos de idade começou a trabalhar como grafiteiro. Os pais pagaram vários cursos para que fosse o “*verdadeiro grafiteiro*”. Sempre teve o apoio dos pais que faziam o possível para dar ao jovem tudo o que queria: “*Se queria um par de tênis, podia custar 900 reais, o pai dele dava um jeito de comprar.*”

Quando adolescente trabalhava desenhando, principalmente, em quartos de bebês, que era o que ele mais gostava. Não chegou a trabalhar de carteira assinada. Não gostava de esportes e, segundo Dona Lourdes, sempre que caía uma bola no quintal da casa, seu filho a cortava. Gostava de colecionar carrinhos, motos e helicópteros em miniatura. Frequentava a igreja, onde era muito querido e gostava de escutar música gospel.

Carlos era um jovem que não tinha amigos, dizia sempre para a mãe: “*amigo só leva a gente para o mau caminho*”. Tinha uma relação muito próxima e boa com os pais e as irmãs, mas não era ligado aos parentes. Carlos costumava dizer que a família dele era apenas quem estava em volta da mesa com ele: “*pai, mãe e irmãs*”. Não saía à noite e não se interessava por baladas, o que deixava Dona Lourdes bem tranquila. Até os 18 anos de idade, quando o Carlos começou a namorar Luiza, uma moça da escola, Dona Lourdes “*desconfiava que ele torcia para o outro time*”, ou seja, achava que ele era gay.

Carlos e Luiza começaram a namorar e alguns meses depois construíram uma casa em um lote cedido pela mãe de Luiza. Depois disso foram morar juntos. Dona Lourdes conta que não tinha uma boa relação com a nora e que nos dois anos que eles ficaram juntos, só a viu duas vezes. Mesmo já não morando com a família, Carlos tinha o costume de visitar os pais todos os dias.

Circunstâncias do homicídio

Era sábado e a família estava envolvida na mudança de uma das filhas de Dona Lourdes que tinha ganhado bebê recentemente. Ao final da mudança, Dona Lourdes ligou para o Carlos para pedir que ele passasse em sua casa. Depois de muitas ligações não atendidas, a companheira do Carlos atendeu ao telefone para a surpresa de Dona Lourdes que a indagou sobre o filho. Nesse momento, Luiza dá a notícia de que o Carlos havia sido baleado, na altura de um posto de gasolina da cidade, por homens desconhecidos que vinham de moto na direção contrária a deles que também estavam de moto retornando do centro da cidade. O jovem teve seus dois braços e suas duas pernas quebradas e recebeu oito tiros, um em cada braço e os outros cinco no resto do corpo. O jovem chegou a ser socorrido e contou para os policiais quem eram os responsáveis pelo crime, mas acabou morrendo horas depois no hospital.

Alguns dias depois, a polícia apresentou uma versão do ocorrido, diferente da que Luiza havia relatado. Antes de morrer, o jovem conseguiu dizer para os policiais quais eram os responsáveis e com a ajuda de testemunhas anônimas constatou-se que, na verdade, ele tinha sofrido uma emboscada a mando da própria companheira. Entre os agressores havia um ex-namorado e um ex-marido dela.

Dona Lourdes não sabia, mas o jovem já tinha recebido ameaças e estava muito assustado. Chegou a contar para o pai e para uma das irmãs, que pediram para que não contasse para a mãe, pois ela tinha problemas de coração. A família se organizava para conseguir dinheiro para o Carlos sair da cidade.

Dona Lourdes acredita que a principal responsável pela morte do filho tenha sido a companheira dele, pois só depois do homicídio é que ficou sabendo sobre o falecimento de outros três maridos de Luiza. A companheira sumiu na semana seguinte ao homicídio e não se teve mais notícias dela. Dona Lourdes conta que o delegado disse para a família se tratar de um crime passional, entretanto, ela desconhece o significado dessa palavra: “*eu falo passional, mas eu não sei o que é isso*”.

Os detalhes do inquérito acerca da morte do filho são desconhecidos por Dona Lourdes, pois o marido prefere poupá-la desse processo, prometendo lhe contar tão logo fique melhor de saúde.

Donas Lourdes acredita que o futuro do filho tinha tudo para dar certo e seria muito bom, pois Carlos era um rapaz interessado, “*não gostava de dinheiro à toa*” e não era de briga. Tinha opinião e era genioso como o pai. Por essas razões, Dona Lourdes não entende como o filho foi morrer dessa forma: “*isso não entra na minha cabeça*”.

Ressonâncias do homicídio na família

A notícia da morte do jovem foi totalmente inesperada para Dona Lourdes, levando-a a um profundo sofrimento. Ela sentiu como se tivessem arrancado o filho dela “*sem dó nem piedade*”. Como se tivessem pisado nela. Não se conformou com a perda e queria esclarecer o quê de fato havia levado-o morrer. Ela e o marido chegaram a se colocar em risco de morte indo a pontos de venda de drogas para saber se Carlos tinha algum envolvimento com drogas, pois ouviam algumas histórias e queriam descobrir a verdade. Nada foi descoberto, entretanto, Dona Lourdes conta que tem algo sobre o Carlos que o marido diz que ela “*vai ficar muito sentida*” quando souber.

Dona Lourdes desenvolveu uma depressão profunda, precisou deixar o emprego e começou a receber auxílio doença. Em meio à depressão, tentou se matar várias vezes e quase foi internada em um hospital psiquiátrico. Desde então, passou a fazer uso de antidepressivos. Ficou com a saúde bastante debilitada, chegando a pesar apenas 30 quilos: “*Só estava couro e osso*”. O seu quadro cardíaco, que já era delicado, se agravou e precisou fazer uma cirurgia. Conta que quando chegou ao hospital não queria que mexessem no seu coração e disse para a médica: “*Eu não tenho mais razão de viver*”. Nessa mesma época descobriu que estava com câncer na garganta e no estômago.

O pai do jovem também descobriu um câncer após a perda do filho e a Dona Lourdes acredita que a doença tenha se desenvolvido pelo impacto emocional que sofreu. As irmãs também ficaram depressivas. As três tinham ganhado bebê recentemente. O mais novo tinha

apenas 16 dias de nascido quando o jovem foi assassinado. Para Dona Lourdes, a morte de Carlos foi um evento que abalou toda a família, principalmente, porque ela era muito unida.

Dona Lourdes ainda sente muita falta do filho e tem momentos do dia que a saudade fica ainda mais forte. Quando vai se aproximando a hora que ele costumava chegar em casa, ela diz conseguir vê-lo chegando, entrando no quarto, indo tomar banho e voltando para o quarto. O marido diz que não existe isso, mas ela afirma que não é mentira.

Devido ao quadro psiquiátrico que desenvolveu, Dona Lourdes foi encaminhada para um serviço de saúde mental, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), aonde vem fazendo tratamento. Quando iniciou o acompanhamento estava muito mal, mas agora se sente melhor. Na religião também tem buscado forças para superar a depressão que para ela é “*uma doença terrível*”.

Síntese compreensiva

Se a vivência da perda do filho por Dona Lourdes pudesse ser resumida em uma única palavra esta seria ‘devastadora’. O relato é tão carregado de sofrimento que qualquer tentativa de mensurar a sua dor seria impossível. Já no início da entrevista, observou-se a necessidade de Dona Lourdes compartilhar a sua tristeza, o que exigiu do entrevistador um grande esforço para resgatar referências da vida pregressa do jovem.

À medida que a entrevista foi avançando dados importantes acerca da posição do Carlos na família foram surgindo. Único filho homem e portador de uma discreta deficiência são características que parecem ter contribuído para uma relação de superproteção do filho pela mãe e de grande dependência afetiva entre ambos. Até os 17 anos, Carlos vivia só para a família, mas as coisas começaram a mudar quando ele iniciou um relacionamento amoroso que para Dona Lourdes já significou uma grande perda. Ao final da entrevista, ela confidenciou que não era o jovem que não queria saber de namorada, mas era ela que não deixava o filho namorar.

As qualidades do Carlos foram enfatizadas por Dona Lourdes, que tinha muita expectativa em relação ao seu futuro brilhante, mas que acabaram frustradas com o fim inesperado do jovem. Na visão dela não havia nada na história do Carlos que a levasse a imaginar que um dia ele poderia morrer assassinado. Segundo Dalbosco (2006), a família fica completamente perdida nos casos em que o jovem não estava em conflito com a lei. É como se não houvesse uma explicação real para o ocorrido e a família acaba sendo pega de surpresa pela tragédia. Nesse caso, a família sente como se não tivesse mais certeza sobre quem era aquela pessoa. Todas as referências caem por terra.

Carlos foi morto aos 20 anos de idade em 2011. Apesar da intensidade da violência com que foi agredido (teve seus membros quebrados e recebeu vários tiros), ele não morreu na hora, tendo tido tempo de passar para a polícia os nomes dos responsáveis pelo ocorrido que, segundo Dona Lourdes, tratavam-se de ex-companheiros da namorada do jovem. Em seu relato, as circunstâncias da morte e as razões que desencadearam o crime são apresentadas de modo confuso, impedindo que se tenha uma apreensão clara da história. Fala-se de um crime passional, mas, ao mesmo tempo, parece haver algo de sórdido sobre o passado do jovem que a Dona Lourdes não tem acesso. Ao que parece, o resto da família tenta proteger a imagem do filho idealizada pela mãe e por isso é negado a ela algumas informações.

De acordo com Wash e McGoldrick (1998) a vivência e o reconhecimento da perda são facilitados pela informação clara e por uma comunicação aberta sobre os fatos e circunstâncias da morte, sendo a comunicação entre a família vital no curso do processo de perda. No caso dessa família, observa-se que a comunicação está prejudicada e na tentativa de proteger a mãe de maior sofrimento, a família acaba produzindo exatamente o inverso: o sofrimento é intensificado em razão dos segredos e das lacunas que ela não consegue preencher na história da morte do seu filho.

Ao mergulhar nas vivências relatadas pela entrevistada observa-se que o homicídio do jovem deixou marcas profundas, reverberando em sua saúde física e mental. Dona Lourdes ficou irreversivelmente abalada, apresentando um quadro de depressão crônica, chegando ao extremo de atentar contra sua própria vida. Para ela, a perda do filho também significou a total perda do sentido da vida. O câncer para esta família ganhou o status de doença da tristeza, pois tanto a mãe quanto o pai do jovem desenvolveram a doença após o homicídio. As irmãs, todas com bebês pequenos, vivenciaram a perda com tristeza profunda. De fato, a morte do jovem deixou sequelas em toda a família.

Por meio do relato de Dona Lourdes é possível conjeturar que a morte do jovem deixou um vazio no seio familiar difícil de ser preenchido. Duas fontes de apoio foram apontadas por Dona Lourdes: a religião e o suporte do CAPS. O tratamento psicológico que ela está fazendo mostrou-se de extrema importância para amenizar a crise pela qual vinha passando. Ter um lugar de escuta e a possibilidade de compartilhar a vivência traumática é fundamental para a elaboração da perda de um sobrevivente do homicídio.

6. REFLEXÕES SOBRE AS RESSONÂNCIAS DA PERDA DE UM JOVEM POR HOMICÍDIO NA FAMÍLIA

Uma vez apresentadas as narrativas das famílias e tecidas as devidas considerações acerca da singularidade e da complexidade inerente a cada história, no presente capítulo parte-se para a análise das entrevistas a partir do levantamento de temas centrais que emergiram dos relatos. Foram resgatados, portanto, aspectos marcantes que atravessam e constituem a vivência da perda de um jovem por homicídio nas famílias estudadas.

Ao todo foram entrevistados cinco familiares que correspondem a quatro famílias. Os graus de parentescos foram os seguintes: uma ex-companheira, um irmão e três mães. Apesar das entrevistas terem sido realizadas com apenas um sobrevivente do homicídio, com exceção de uma entrevista que foi feita concomitantemente com mãe e irmão, a vivência da perda por outros membros da família foram suscitadas nos relatos permitindo acessar as reverberações do homicídio nos membros da família individualmente e na dinâmica familiar. Dentre os cinco familiares entrevistados, três eram mães de jovens vítimas de homicídio. Independente da maior presença de mães no estudo, convém sublinhar que nenhuma distinção foi feita em relação ao grau de parentesco na ocasião dos convites para participação na pesquisa. Exigiu-se apenas que fosse um familiar próximo ao jovem e capaz de falar sobre sua trajetória de vida.

Durante os relatos muitos entrevistados se emocionaram, demonstraram grande pesar e tristeza pela perda. Observou-se que falar sobre o assunto é também revivê-lo com intensidade máxima, o que aponta para a carga emocional presente na temática abordada. Nesses momentos, os pesquisadores se mantiveram em silêncio, porém acolhendo e posteriormente orientando alguns familiares para caso necessitassem de algum serviço de apoio psicológico.

A vivência da perda por essas famílias representa uma dimensão da experiência sem precedentes, sendo, muitas vezes, necessário um grande esforço para falar daquilo que é do âmbito do “indizível”.

6.1 A VIVÊNCIA DA PERDA

As histórias das mortes de jovens apresentadas neste estudo estão inseridas em múltiplos contextos e foram desencadeadas por diferentes razões: pela dinâmica perversa do tráfico de drogas, por conflitos com a polícia e por questões passionais. Esse dado reforça o apresentado pelos pesquisadores Cano e Ribeiro (2007) ao afirmarem que o fenômeno do homicídio no Brasil não é unívoco, mas fruto de conflitos diversos.

Apesar das peculiaridades de cada morte, todas as histórias partilham um aspecto em comum: a trágica e dolorosa perda de um ente querido por homicídio. Nos casos estudados, características relativas à vida pregressa dos jovens, tais como comportamentos transgressores, mesmo quando presentes, parecem não influenciar a vivência da perda pela família, que de uma forma ou de outra experimenta a morte do jovem com sofrimento intenso.

Verificou-se que nos relatos nos quais o homicídio tinha acontecido mais recentemente, o entrevistado conseguia demonstrar com mais facilidade o pesar e a revolta pelo ocorrido. Nesses casos, a ferida da perda, ainda totalmente aberta, parece dificultar a elaboração da morte. Por outro lado, as falas mais elaboradas e organizadas cronologicamente, respeitando a sequência dos fatos, foram observadas nos entrevistados que narraram histórias de perdas ocorridas há mais tempo. Outras características relativas à vivência da perda, no entanto, não pareceram influenciadas pelo tempo transcorrido. Thompson e colaboradores (1998) assinalam que o sofrimento da família em relação à perda não diminui drasticamente com o passar do tempo como se poderia supor.

No estudo das narrativas ganharam contornos os discursos acerca do caos emocional experimentando pelas famílias no momento logo após o homicídio. A notícia da morte violenta de um ente querido, mesmo quando o homicídio se apresentava como uma possibilidade real, acabou pegando a todos de surpresa, gerando abalo e desespero.

Na hora que ele falou assim: 'Está morto'. Eu já fiquei sem chão. (...) Bateu um desespero em mim (Narrativa II, irmão).

"Quando eu cheguei lá eu vi que realmente era ele. Ai, eu choquei muito, fiquei muito abalada. Ela [a mãe do jovem] falou comigo: 'eu estou desesperada. Meu filho! Como aconteceu um negócio desse com o meu filho?'" (Narrativa I, ex-companheira).

Segundo Clements e Burgess (2002) o período imediato à notificação da morte é caracterizado pelo choque intenso e descrença no ocorrido pela família da vítima. No presente

estudo constatou-se que nesse momento a família é tomada por um estado de caos e confusão que dificulta a compreensão clara das circunstâncias do homicídio. Essas primeiras emoções sentidas de modo imediato como reação à perda marcam o início de um processo longo de vivência da perda, no qual mudanças bruscas em relação à vida de quem fica são duramente impostas.

Passado esse momento inicial, as famílias relatam um amálgama de sentimentos e sensações que as acompanham mesmo após anos do ocorrido. O homicídio é visto como perda, ruptura e separação brusca. Traz ausência, vazio e saudade. Desencadeia sentimentos intensos que vão desde a tristeza mais profunda aos sentimentos de raiva, inconformismo e revolta. As falas a seguir dão bem a medida do que a perda representa para essas famílias:

“Dói dentro da gente que é mãe. A gente cria o filho da gente com tanto amor, tanto amor e tiram o filho da gente. Ninguém tira a vida de ninguém não. Só Deus. E ele passou a frente de Deus. Isso foi muito duro com a gente” (Narrativa II –mãe).

“Mudou muito a lembrança, a saudade, a falta. Eu acho que eu sofri mais do que tudo(...) Porque eu fiquei muito triste. Era uma pessoa muito boa, muito servidor. Eu não sei não...isso não era para ter acontecido” (Narrativa III, mãe).

“Eu não sei até a hoje o certo assim, a verdade. Para mim, chegar e falar: ‘meu filho é isso, isso, isso’. Não tem explicação. Meu filho não mexia com drogas, não bebia.(...) Para mim, ele vai voltar. Porque para mim foi tipo, arrancaram de mim sem dó nem piedade” (Narrativa IV- mãe).

O sentimento de medo também está presente nas famílias de vítimas de homicídio adicionando mais sofrimento à já dolorida vivência da perda. A morte por homicídio é uma violência que atinge à família de modo insidioso, transformando o que era apenas um pesadelo em uma realidade insuportável.

O medo é desencadeado, principalmente, pelo sentimento de insegurança e incerteza que uma morte por homicídio incita naqueles que ficam. As famílias temem que outros membros sofram represálias caso algo sobre o crime seja dito:

“Eu fico com medo. Tenho que tomar cuidado. Nunca falar nada. Porque, às vezes, não sei, ele [o agressor] pode vir aqui. Mandar alguém fazer alguma coisa com o caçula” (Narrativa II- mãe).

O medo é também a razão pela qual os familiares passam a evitar lugares e a ficarem mais isolados. Em uma das famílias o irmão do jovem vítima de homicídio acabou largando os estudos, pois não se sentia seguro na localidade onde ficava a escola:

“O outro [irmão] saiu da escola, porque a família do outro [agressor] morava lá. Ai, ele tinha medo de ir para a escola. Passou o ano todo sem estudar” (Narrativa III, mãe).

Essa constatação corrobora a investigação de Arcoverde (2005) que também observou nas famílias uma sensação de completa insegurança após o homicídio. Segundo a autora, em geral, as famílias acabam trocando de moradia e evitando frequentar lugares públicos, barulhentos e movimentados. Há prejuízos, inclusive, no convívio com os amigos e na prática de atividades prazerosas. Nas famílias estudadas, no entanto, todas permaneceram na mesma residência. Por questões financeiras mudar de casa nem sempre é uma possibilidade, assim, com frequência, as famílias acabam tendo que continuar em seu local de moradia e a frequentar os mesmos lugares, o que significa, em muitos casos, ter que conviver com os responsáveis pelo homicídio. Em relação à permanência dos agressores na vizinhança Soares e colaboradores (2006) destacam ainda a questão da impunidade que fomenta o medo e a insegurança experimentados pelos familiares das vítimas.

Outro ponto a ser destacado é que todos os entrevistados moram em localidades onde a violência é uma questão problemática. Trata-se de famílias de classes populares que precisam conviver diariamente com a violência na comunidade, cujas mazelas tornam-se partes constituintes de suas vidas. Nesses bolsões de pobreza e violência, a morte violenta pode ser facilmente naturalizada, na medida em que as pessoas tendem a se habituar com essas vivências. Para as famílias de vítimas de homicídio inseridas nesse contexto, as consequências podem ser severas, pois como destaca Dalbosco (2006), a banalização da morte pode levar a um luto complicado. Um luto não elaborado faz com que a dor permaneça intensa, causando danos aos sobreviventes. Além do mais, essas famílias não são apenas sobreviventes do homicídio, mas da violência generalizada a que estão expostas. Nos relatos analisados, a violência na comunidade foi pouco abordada pelos entrevistados suscitando o questionamento sobre em que medida essas pessoas não estariam naturalizando a violência que as cercam e enxergando a morte violenta do seu ente querido enquanto uma tragédia particular e não como parte de um processo perverso da sociedade.

Um fator importante que parece influenciar a vivência da morte do jovem pela família intensificando o sentimento de raiva e gerando angústia é o modo como o homicídio foi perpetrado e pelo estado em que ficou o corpo. As falas dos entrevistados ganham intensidade ao descreverem passo a passo a maneira como a violência foi infligida ao ente querido:

“(...) um em cada braço e mais cinco no corpo. Quebraram as duas pernas dele e os dois braços. (...) um tiro pegou na veia artéria. Mas, diz essa minha menina que

estava com ele, que atrás dava para ver bastante tiro nas costas. Tipo, descarregaram nele. Um revolver que tinha bastante...Não foi só um que atirou". (Narrativa IV, mãe).

São relatos que trazem a violência e a brutalidade com a qual uma vida é subtraída. A mutilação e a intencionalidade de provocar dor e sofrimento no outro deixam marcas não só no corpo da vítima, mas também imprimem um traço inquietante ao sofrimento daqueles que permanecem. Uma efusão de sentimentos e sensações são desencadeados pela (in)certeza do quanto a morte pode ter sido dolorosa e pelo aspecto do corpo da vítima após o homicídio. Assim, declaram os familiares:

"Minha filha viu até o pedaço daqui [da cabeça do jovem]. Estava caído no chão. Esse lado aqui estava caído no chão. Ela até começou a chorar. Parece que morreu um cachorro na rua. Eu fico triste, sabe"(Narrativa II, mãe).

"O que me doeu mais foi ele ter furado meu filho todo. Ele deu 25 facadas no meu filho" (Narrativa III, mãe).

É nessa direção que vão também as reflexões de Alarcão e colaboradores (2008) acerca do impacto da violência física contra o corpo na vivência da perda de mães de vítimas de homicídio. Segundo os autores, esse aspecto brutal da violência desperta revolta e desespero nos sobreviventes. Também influencia a memória e as lembranças que se têm, tornando-as insuportáveis. Esses fatores que cercam o homicídio contribuem para que os familiares o considerem uma "morte não digna".

Ainda em relação à vivência da perda, constatou-se que o sofrimento dos sobreviventes do homicídio tem um caráter inesgotável, capaz de perdurar por muito tempo. Nos relatos foram feitas menções às lembranças de momentos partilhados com o jovem. As lembranças permanecem vivas e fazem parte do dia-a-dia da família:

"Às vezes, eu estou lavando louça, parece que eu escuto ele assim, falando. Não é ele, mas aquela saudade deixou...de a gente sentir, ver ele. Mas não é ele. Eu sei que não é ele. A saudade mexeu muito e deixou muita lembrança. Muita saudade. Às vezes, eu saio para a rua parece que vou vê-lo" (Narrativa II- mãe).

"Via a hora quando ele chegava em casa, batia na porta. Ele tinha um negócio de eu estar deitada, ele chegar e deitar (...). Aí ele chegava, deitava em cima de mim, passava a perna em cima do outro e ficava. Ele tinha um negócio de ficar passando o nariz dele assim no meu. (...) Demoro tempo para tirar. Toda vez que eu ficava deitada eu via ele passando o nariz no meu"(Narrativa III- mãe).

"Sinto a falta. Eu vejo a hora que ele chega. Ele entrando no quarto dele. Eu vejo ele saindo com a toalha enrolada na cintura. Vai para o banheiro. Vejo a hora que chuveiro liga e desliga. Meu marido fala que não existe isso. Que não é mentira. Eu vejo a hora que ele volta para dentro do quarto e vejo a hora que ele fecha a porta e sai" (Narrativa IV- mãe).

Pode-se, de fato, encontrar nessas falas fortes referências aos laços existentes entre a vítima do homicídio e o familiar. A rememoração intensa do jovem falecido remete à saudade esmagadora que acomete os familiares. É, portanto, através do caminho da memória que os familiares mantêm duradouros o vínculo e a presença dos jovens assassinados. Para Domingues (2010), o ato de recordar -se do ente falecido provoca sentimentos que costumam oscilar entre a satisfação em reviver os instantes felizes e o desespero de não mais contar com a pessoa. Assim, as lembranças transformam-se no “alimento” que relança na família a todo o momento a situação de intensa dor pela perda, ou seja, a vivência da perda, mantendo sempre acesos os questionamentos sobre o homicídio.

Outro tópico importante desvelado a partir dos discursos das famílias diz respeito ao modo como a figura paterna é apresentada. Quanto a isso dois fatores ganham relevo: a forte presença do pai nas histórias narradas e o modo como eles lidam com a dor da perda. O primeiro aspecto refere-se ao papel desempenhado pelos pais na trajetória de vida dos jovens. Notou-se que eles mantinham uma relação próxima com os filhos, oferecendo apoio, trocas e afeto. Essa observação difere do que vem sendo apresentado em outros trabalhos, na medida em que se destaca a ausência e a fragilidade da figura paterna nos contextos familiares de jovens assassinados.

Dalbosco (2006), por exemplo, ao estudar famílias de jovens vítimas de homicídio destacou a ausência paterna tanto por já terem sido mortos quanto por terem abandonado a família. Nos casos analisados por essa autora, os pais apareceram como distantes e, em alguns casos, violentos levando-a a concluir que essa postura paterna pode ser, inclusive, um fator de risco para o homicídio entre os jovens.

O segundo ponto refere-se à apresentação dos pais nas narrativas como aquele que mesmo tendo sofrido com a morte acaba exibindo uma postura contida, sem manifestar grande consternação. Eles preferem “evitar a dor da perda” e sofrem silenciosamente. Esse aspecto da experiência dos pais pode ser capturado nas seguintes falas:

“Ele [pai do jovem] foi até forte. Eu não imaginei que ele ia estar daquele jeito no enterro e na hora lá...Ele sofreu, mas eu achei que ele foi forte. Eu acho assim, que aquela pessoa que mostra ser forte é a pior, sabia? É a pior dor, porque está ali dentro e eu acho que tem que botar para fora o que você está sentindo, porque se deixar para dentro é pior. Até hoje...” (Narrativa I- ex-companheira).

“Ele [o pai do jovem] é assim caladão e tudo, mas até hoje ele é desesperado. Ele se revoltou muito, mas ele é caladão assim. Ele não fala nada” (Narrativa III- mãe).

“O meu pai não demonstra para a gente assim não. Mas você olha para ele...um dia minha mãe pegou ele, tipo, meio escondido na porta do Silas. Ele sentiu muita tristeza, porque ele não quer mal para nós. Mas eu acho que ele não demonstrando, acho que pode fazer mal para ele, porque às vezes... escondido né, ele fica muito triste e o meu pai é pastor” (Narrativa II- irmão).

Na tentativa de elucidar essa questão um dos caminhos possíveis é o da compreensão das construções históricas dos papéis tradicionais de gênero. As concepções de homem como o “sexo forte” e, contrariamente o de mulher como “sexo fraco” remontam às sociedades patriarcais e ainda hoje influenciam na maneira peculiar como homens e mulheres lidam com a perda de um ente querido. No âmbito familiar, os pais, por exemplo, tendem a ser mais inibidos na expressão de sua dor, uma vez que historicamente são criados e educados sob a égide das noções de força e de impassibilidade (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2012). Já as mães encontram socialmente maior espaço e apoio para a manifestação da dor diante da perda. Expressões de sofrimento que para os homens podem ser facilmente consideradas exageradas e desmedidas, tais como crises de choro, desmaios e inconformismo são totalmente esperadas e aceitáveis em relação às mães.

A crença em uma fortaleza inata dos homens acaba por torná-los mais moderados em relação à forma como demonstram suas emoções, o que em geral acaba, até mesmo, por furtar muitos pais do direito de vivenciar plenamente a morte dos seus filhos. Como observado nos trechos das narrativas destacados anteriormente, ao falarem da maneira como os pais dos jovens vítimas de homicídio vivenciam a perda, os entrevistados não deixam de mencionar que acreditam que essa postura possa ser danosa a eles. De fato, segundo Miller (2009a), homens enlutados costumam sofrer mais de problemas do coração e mortes prematuras enquanto as mulheres, na mesma situação, estão mais propensas a sofrerem de ansiedade e depressão. O autor também associa esse quadro aos papéis tradicionais de gênero que levam os homens a internalizarem e reprimirem suas emoções com mais frequência.

O silêncio exibido por eles mesmo sofrendo com a perda aponta para uma problemática que precisa ser amparada e mais bem cuidada no âmbito da vivência dos sobreviventes do homicídio. Pode-se dizer que o que diferencia, por exemplo, pais e mães/homens e mulheres na vivência da perda em termos sociais é a expressão das emoções e dos sentimentos, mais livre e permitida entre as mães e mais contida ou, até mesmo, suprimida entre os pais (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2012).

Conjectura-se, portanto, que a posição secundária dada aos pais diante da perda de um filho explica, pelo menos em parte, a centralidade dada à fala da mãe nos estudos da área. Consequentemente maior legitimidade é atribuída ao sofrimento materno em contraposição ao

sofrimento dos pais e, até mesmo, dos outros membros da família nuclear e da família extensa.

Considerando a vivência da perda pelos membros da família há outro ponto interessante a ser sublinhado: o sofrimento dos irmãos dos jovens assassinados. Nas narrativas das famílias fica evidente que esses irmãos, igualmente jovens, não estão, de modo algum, isentos do infortúnio que é a morte de um ente querido por homicídio. Clements e Burgess (2002) atentam para o fato de que a expressão do sofrimento experimentado por crianças e adolescentes diante de tal perda pode diferir das dos adultos. Nas histórias analisadas evidencia-se a expressão do sofrimento dos jovens irmãos enlutados, principalmente, através do impacto em suas atividades escolares e no trabalho como esclarecem as falas de uma mãe e de um irmão da mesma família sobre os outros irmãos da vítima do homicídio:

“As moças [irmãs do jovem] até hoje sentem muita tristeza. A Areta, que é a mais velha. Tem 26 anos. Até hoje ela não se conforma. Ela está trabalhando, lá ela tem que ter uma paradinha para chorar. Porque vem, vem aquela vontade de chorar, a gente chora. Não na frente dos outros né?! De quem a gente não conhece. Eu não. Eu choro toda hora. Nunca parei de chorar (Narrativa II, mãe).

“Às vezes a diretora liga para lá, fala assim: ‘Vem buscar o Nicolau. O Nicolau está chorando que está lembrando-se do irmão dele’. (...) Às vezes, ele não consegue fazer a lição, pois tudo lembra ele. Tudo lembra o meu irmão. (...) Às vezes não consegue, fica chorando, fica lembrando. Aí a gente tem que buscar ele na escola. Muito duro isso” (Narrativa II, irmão).

Esse achado ratifica o observado por Clements e Burgess (2002) ao observarem que para os sobreviventes jovens a tarefa de permanecer durante horas na escola é particularmente difícil, pois durante esse período é comum serem tomados por lembranças tristes do ocorrido. Assim, podem facilmente apresentar dificuldades em se concentrar e completar tarefas escolares.

6.2 O IMPACTO DO HOMICÍDIO NA SAÚDE DOS FAMILIARES

Como visto, a morte de um jovem por homicídio é um evento dramático capaz de gerar sentimentos e sensações intensas nos familiares. Pelo teor traumático que exhibe, muitos acabam tendo sua saúde física e mental abalada. Os relatos abaixo ilustram bem essa constatação:

“A gente sofreu bastante. Eu mesmo, até hoje estou de auxílio doença. Depressão profunda que deu. Tentei me matar várias vezes. Não estava nem chegando a 30 quilos. Só estava cora e osso”.

“Até o pai dele pegou um câncer depois que ele faleceu. Porque mexeu com o estado emocional dele. Eu também peguei câncer: na garganta e no estômago” (Narrativa IV, mãe).

“Eu sou hipertensa, quando eu me agoniava muito, às vezes, minha pressão subia. Eu vivia mais aqui no posto” (Narrativa III, mãe).

Há nessas falas indícios do quanto a qualidade de vida das famílias fica prejudicada ao se depararem com a morte precoce e violenta de um ente querido. Os familiares acabam se vendo debilitados fisicamente e psicologicamente, o que pode muitas vezes os conduzir a uma situação incapacitante. Em alguns casos é possível que haja a necessidade do familiar se afastar do trabalho, como referido em uma das falas destacadas acima, de outras atividades e, inclusive, do convívio social. O familiar passa a necessitar com mais frequência dos serviços de saúde e, conseqüentemente, a fazer um uso mais intenso de medicamentos. Quanto a isso, Arcoverde (2005) adverte:

A vida dessas pessoas passa a ser um pesadelo, pois as doenças vão aparecendo alternadas e de forma contínua. A busca de remédios para a cura de suas enfermidades e sofrimentos se transforma em verdadeira rotina, criando um círculo vicioso de conseqüências danosas à saúde física e emocional de todos (p.63).

Em algumas narrativas o comprometimento da saúde dos membros da família é expressa de modo mais claro, em outras, no entanto, essas alterações ficam obscurecidas, ainda que se possa supor que estejam presentes. De fato, nem sempre o sobrevivente do homicídio consegue associar o seu adoecimento e de outros membros à perda violenta. No presente estudo foi possível observar, a partir da experiência desta autora, alguns quadros psicopatológicos que os entrevistados associaram à perda: crises de hipertensão, desenvolvimento de câncer e depressão. Mas, a lista é ainda mais longa quando se volta para o que vem sendo reportado pela literatura. Arcoverde (2005), por exemplo, encontrou nas famílias que investigou múltiplas manifestações ligadas ao impacto emocional da perda como a labirintite, anorexia, obesidade, insônia, problemas gástricos, problemas cardíacos, perda da memória, estresse e várias fobias. Tratam-se, portanto, de agravos intensos, resistentes e progressivos.

Dalbosco (2010) acredita que muitos familiares sobreviventes do homicídio passam por um processo de somatização. A autora se apoia em Turato (2003) ao esclarecer que esse processo se dá na medida em que conflitos de foro psíquico, não resolvidos satisfatoriamente,

encontram no corpo uma via para dar vazão ao sofrimento. Desse modo, as famílias abaladas emocionalmente pela morte do jovem acabam apresentando, com frequência, transtornos que se manifestam no corpo.

O impacto na saúde pode ser tão devastador que já há alguns estudos que apontam um número significativo de familiares de vítimas de homicídio mortos nos primeiros anos após o crime (MILLER, 2009a). Considerando o cenário crítico que se apresenta para as famílias do presente estudo uma reflexão de Martins (2001) ganha lugar:

O senso comum tradicional (...) compartilha da ideia de que se pode ser esmagado pelo pesar e morrer por causa de um grande sofrimento. Contudo, não aparecerão em nenhum atestado de óbito como *causa mortis* o pesar e o sofrimento (p.71).

Em uma das histórias aqui analisada, a morte tornou-se um fardo tão grande que desencadeou sérios problemas psiquiátricos na mãe de um jovem assassinado. Em depressão, como foi diagnosticada, viu a sua vida ruir. A literatura tem mostrado que a probabilidade de desenvolver um quadro de depressão após a perda de um ente querido é muito maior entre aqueles que vivenciam uma morte por homicídio (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2012). Essa mesma senhora cometeu sucessivas tentativas de suicídio, o que para Soares e colaboradores (2006) é a reação mais extrema à perda de um ente querido. Essa situação crítica dá sinais do quanto a morte de um jovem nessas circunstâncias pode desencadear uma situação insuportável marcada por um impasse profundo.

Considerando os agravos à saúde física e mental nos indivíduos ocasionados pela morte violenta de um ente jovem fica clara a necessária implicação do setor saúde nesse debate. Os quadros de adoecimento levam muitos familiares a procurarem postos de saúde, hospitais, entre outros estabelecimentos sem que, muitas vezes, o profissional responsável pelo atendimento se atente para as circunstâncias por trás daquele acometimento.

Não há dúvidas de que pelas altas taxas de homicídios observadas no Brasil a extensão de famílias impactadas por esse tipo de perda seja proporcionalmente grande. Assim, torna-se imperativo que esse debate saia do âmbito individual e privado e ganhe visibilidade e respaldo na esfera pública, especialmente no âmbito da saúde coletiva, partindo da compreensão de que a morte por homicídio desencadeia na família danos à saúde física e mental de seus membros e que o processo saúde-doença se situa sempre na fronteira entre o individual e o coletivo.

É nessa direção que vão também as considerações de Soares e colaboradores (2006) ao destacarem que o impacto sobre o entorno da vítima fatal permanece esquecido e ressaltarem

a necessidade de um olhar ampliado que não se restrinja aos consultórios médicos, psicológicos e psiquiátricos, tornando essa questão um objeto de pesquisa, de atenção social e de política pública. Para os autores:

Mal conseguimos atentar para os mortos que se multiplicam no nosso solo; quanto aos sobreviventes, que também morrem um pouco junto à pessoa que enterraram, são condenados a um longo sofrimento, silencioso e solitário. E que deem graças a Deus por estarem vivos (SOARES et al, 2006, p.12).

Como discutido no capítulo de revisão da literatura, uma série de estudos internacionais vêm apresentando dados consistentes que associam o homicídio ao desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEP) entre os familiares da vítima. Cabe lembrar que poucos estudos se dedicam a estudar essa associação nos países ditos em desenvolvimento. O livro de Soares e colaboradores (2006) sobre as vítimas ocultas da violência é o que se tem de mais próximo deste campo ainda pouco explorado no Brasil. No presente trabalho, a presença de TEP não foi aferida, pois não era um objetivo do estudo, mas alguns sintomas relacionados ao transtorno, tais como medo intenso, impotência, memórias recorrentes do evento traumático, sensação de isolamento e de afastamento dos lugares e dificuldade de concentração apareceram nas narrativas sugerindo que, talvez, em algumas famílias poderia haver pessoas sofrendo desse problema. Apesar dos efeitos deletérios à saúde dos familiares, na maioria dos casos não há relatos de que eles tenham recebido apoio profissional especializado.

O que foi exposto até o momento evidencia uma dimensão da violência que demanda um aprofundamento do ponto de vista da saúde: as sequelas resultantes do homicídio não se restringem à vítima direta, mas se estendem aos familiares e, até mesmo, aos amigos próximos. As ressonâncias do homicídio observadas no âmbito da saúde dos familiares apontam para o fato de que esse crime violento além de tirar a vida de um indivíduo também deteriora e coloca em risco a vida daqueles que sobrevivem.

É possível ir além e supor que o ônus social do homicídio é compartilhado não somente entre as pessoas próximas às vítimas, mas entre todos os indivíduos de uma sociedade, estando eles ligados ou não diretamente ao sujeito vitimizado. Assim, episódios como o assassinato de um jovem ou até mesmo de outras formas de violências urbana gera um fenômeno de ‘covitimização’ entre aqueles que testemunharam ou apenas ouviram falar do ocorrido (CARDIA, 2003).

6.3 O IMPACTO DO HOMICÍDIO NA DINÂMICA FAMILIAR

Na maioria das famílias estudadas observaram-se alterações acentuadas no comportamento dos seus membros no pós-homicídio. Essas mudanças mostram-se potenciais para o empobrecimento da vida em família com consequências na manutenção dos vínculos e na organização do sistema familiar. O rompimento de laços familiares é apontado pela ex-companheira de um jovem assassinado ao falar da relação entre a mãe e o filho da vítima, ou seja, da relação entre avó e neto:

“Até hoje eu só a vi duas vezes depois que aconteceu isso. Ela não quis mais vir ver o neto. Não quis mais estar com a gente porque ela disse que toda vez que olhava para o meu filho, lembrava dele” (Narrativa I- ex-companheira).

Uma morte violenta pode desgastar as relações interpessoais, principalmente nas famílias que experimentam situações de tensão mesmo antes do homicídio como é o caso da história ilustrada acima, na qual o jovem vinha sendo perseguido e correndo risco de morte.

Os impactos na saúde dos membros da família também podem gerar abalos na família. Como referido em outro momento, um dos entrevistados desenvolveu um quadro grave de depressão que mobilizou toda a família. Segundo Soares e colaboradores (2006), os custos humanos da depressão são socializados, pois lidar com uma pessoa acometida por uma doença mental é tão desgastante quanto cuidar de familiares com sérios comprometimentos físicos. Não é possível, portanto, subestimar os efeitos de uma doença grave desencadeada por uma perda por morte violenta na dinâmica das relações familiares.

Outro aspecto marcante observado na maioria das narrativas é a maneira como a família passa a se sentir esquisita dentro do próprio lar. Antes, local de acolhimento e conforto passar a ser visto como lugar de estranhamento e fonte de sofrimento.

“Mudou muito. A gente chega em casa não é a mesma coisa (...). Parece que passou um vento assim, sabe?!Levou o nosso jeito de viver, a nossa... Tirou tudo” (Narrativa II, irmão).

“Eu acho que todo mundo sentiu porque lá em casa, passou três meses...servia o almoço ninguém almoçava, ninguém jantava. Agora eu passei onze meses não conseguia nem entrar dentro de casa. Eu não conseguia entra (...).Às vezes, eu não queria ficar assim...dentro de casa. Não me sentia bem. Passava o dia mais do lado de fora do que dentro de casa. Meu marido também ficava dentro de casa, mas pouco” (Narrativa III, mãe).

As falas evidenciam como a casa se torna desconfortável, o que leva os familiares a evitá-la o máximo possível. Tarefas como compartilhar as refeições ou ter momentos agradáveis em família tornam-se raros. Esse resultado é compatível com o encontrado em outros estudos (DALBOSCO, 2006; DOMINGUES, 2010), nos quais é destacada a inabilidade dos familiares em lidar com as lembranças do jovem tanto em virtude das imagens da cena do homicídio quanto em relação às recordações do falecido na casa.

Além dos fatores até o momento referidos, o impacto financeiro desencadeado pelo homicídio na família apareceu em três das quatro narrativas como um fator de extrema relevância. Apesar dos jovens não trabalharem de carteira assinada, o trabalho informal lhes proviam condições de auxiliar a família no sustento do lar. Nas histórias analisadas o homicídio também significou a perda de um importante provedor.

“Assim, às vezes, quando o pai não estava trabalhando, ele saía, ele ia trabalhar... E ajudava muito dentro de casa. Hoje não tem mais ele, né. Se tinha uma conta atrasada e ele trabalhasse, ele chegava e pagava” (Narrativa III, mãe).

“E ele ajudava dentro de casa a comprar uns negócios. Às vezes, minha mãe estava sem dinheiro. Dava um dinheiro para minha mãe” (Narrativa II, irmão).

Problemas financeiros são comuns em famílias que perdem jovens por homicídio, principalmente, nas famílias de classes populares que já se organizam a partir de uma renda limitada. A falta de provimentos e o excesso de despesas com uma morte inesperada podem desestabilizar a família, gerando ainda mais tensão. A perda de um provedor também acarreta um declínio do status econômico e do estilo de vida anteriormente adotado pela família (ASARO, 2001). Segundo Soares e colaboradores (2006) quando um familiar morre e a família se vê com o orçamento prejudicado, faz-se necessário uma reestruturação familiar na tentativa de substituir a renda do falecido. Essa mudança exige uma nova ordem de papéis familiares que nem sempre é fácil de executar.

6.4 JUSTIÇA VERSUS IMPUNIDADE

As famílias fazem referência em suas falas ao desejo e a busca por justiça como uma dimensão elementar da vivência de cada um em relação à perda do jovem por homicídio. A vontade de que o infortúnio da morte possa ser, de alguma forma, reparado por meio da justiça (seja a do homem ou a de Deus) é expresso nos recortes abaixo:

“A única coisa que a gente desejaria é que a pessoa que fez isso com ele fosse...tipo, a gente não deseja o mal para a pessoa. Só que a gente quer que a pessoa...Deus faça ela pagar também. Ser preso, ser julgado aqui na terra e por Deus também”(Narrativa II- irmão).

“Eu sei que eu posso até está errada. Que Deus me perdoe. Nem ia nem falar isso. Mas eu, eu quero que eles paguem por isso. Eu quero que eles paguem na justiça” (Narrativa II- mãe).

Entretanto, nem sempre esse desejo é alcançado. A resolução das mortes nos casos estudados mostrou-se uma realidade distante, denunciando um grave cenário de impunidade:

“Ele [pai do jovem] lutou muito e luta até hoje para prender as pessoas que fizeram isso. Ele hoje vai à delegacia, busca justiça. Mas a justiça não vem. Porque vai fazer três anos e até hoje nada” (Narrativa I- ex-companheira).

“O cara no dia que matou ele, foi preso. Na hora que ligaram, ele estava preso quando chegamos lá, ele já tinha sido solto. Tinha botado advogado e já tinha saído. E até hoje...” (Narrativa III- mãe).

Como indica Souza e colaboradores (2013), o descrédito da população em relação às instituições públicas é patente, cujos serviços prestados, principalmente à população de menor renda, carecem de qualidade. Essa situação é perceptível não somente na área da justiça, mas se estende à saúde e à educação revelando o modo como o Estado vem historicamente atuando no país. Os autores citam Caldeira (2000) ao atrelarem a falta de confiança no sistema de justiça à morosidade na resolução dos processos e a dificuldade de uma grande parcela da população em acessá-lo. Para a família de uma vítima de homicídio, o luto pode ser sem fim se, por exemplo, os membros acreditam que não foi feita justiça (WALSH e MCGOLDRICK, 1998).

No Brasil, a taxa de resolução de homicídios gira em torno de 5% (contra 85% no Reino Unido e 65% nos Estados Unidos)¹⁵. Esse contexto endossa os discursos de ódio e de revolta dos familiares de vítimas de homicídio, ao mesmo tempo em que incita práticas de justiça privada e perpetuação de um ciclo constituído pela tríade violência-vingança-violência:

“Ele [pai do jovem] diz que se pudesse o matava [o agressor]” (Narrativa III- mãe).

¹⁵ Informações obtidas em matéria publicada pelo jornal O Globo online em 12 de janeiro de 2013. Disponível no endereço eletrônico: <http://oglobo.globo.com/brasil/no-brasil-so-5-dos-homicidios-sao-elucidados-7279090>. Acesso em: 10 nov. 2014.

As narrativas revelam uma relação conflitante entre as famílias e a justiça, pois não conseguem obter dessa instituição as respostas que necessitam. Ao ser negado à família o seu direito de clarear dúvidas, confrontar informações e formular perguntas também lhe é negado um componente importante do processo de elaboração da perda que se refere ao recolhimento coerente da história do jovem assassinado (WALSH, 2006 apud DOMINGUES, 2010).

Segundo Kamimura (2007), o sistema judicial pode ser uma importante fonte de revitimização para os familiares de vítimas de homicídio ao exibir “condutas ou comentários discriminatórios, demoras excessivas na finalização do processo, ausência de orientação sobre providências necessárias, dentre outros exemplos” (p.4). Entende-se, portanto, que essas famílias são constantemente violadas em seus direitos mesmo após a morte do ente querido.

Em todos os casos do presente estudo, o homicídio não foi solucionado, também não houve sentença. Nenhum agressor foi julgado ou preso. A falta de uma investigação oficial dá lugar aos boatos e às fantasias das famílias acerca do homicídio. Em uma das narrativas, a família acusa a polícia de ser responsável pela morte do jovem, ainda que não haja nada de concreto sobre o fato. No entanto, a ausência do sistema criminal, a falta de informação e o distanciamento da família em relação ao processo abrem margem para a especulação.

Há dois movimentos claros que aparecem nas histórias narradas acerca da relação da família com o sistema criminal. O primeiro, no qual a família exhibe um comportamento proativo, buscando por conta própria desvendar os mistérios e os pontos não esclarecidos do homicídio do jovem. Essa postura mostrou-se, inclusive, perigosa, na medida em que expõe os familiares a situações de risco. O segundo, em que a família assume uma postura conformada com pouco ou nenhum protagonismo em relação à resolução do caso no âmbito do judiciário. Quanto a esse segundo movimento, Caritá (2010) afirma que muitas famílias acabam ficando em um lugar passivo, vitimizador, sem esperança e perspectivas, mas, ao mesmo tempo, estão cheias de medo, impotência e sofrimento. Os dois movimentos concorrem para a noção de um sistema criminal que não faz valer sua função. Revela, portanto, a prevalência da injustiça nos casos de homicídio de jovens relatadas neste estudo.

A autora acima referida sustenta que entre as vítimas indiretas do homicídio, o isolamento e o silêncio têm sido as respostas individuais mais frequentes como forma de resistência e enfrentamento da violência. Essa postura, no entanto, parece criar e reforçar barreiras na busca pela legitimação dos direitos das famílias que se encontram nessa situação.

Outra dimensão importante a ser considerada no que tange ao fator justiça desvelada nas narrativas é a ausência de testemunhas dispostas a falarem sobre o homicídio como retratada na fala a seguir:

“Tem testemunha (...), mas a testemunha tem medo de dizer. Tem medo de morrer também” (Narrativa I, ex-companheira).

E mesmo quando alguém tem algo a dizer sobre as circunstâncias do ocorrido, o relato acaba não adquirindo um caráter oficial, pois as possíveis testemunhas temem pela sua segurança. Informações que poderiam ser de grande valor para a investigação acabam relegadas à condição de boatos, apenas. Nesse sentido, Dalbosco (2006) ressalta que mesmo diante de uma situação grave como o homicídio, muitas pessoas optam pelo silêncio. Esse silenciar evidencia o medo e a insegurança a que estão submetidas, uma vez que o aspecto protetor da justiça não está posto e não há nenhuma garantia de que ao revelarem o que sabem estarão seguras.

O sentimento de que a autoria da morte do jovem dificilmente será descoberta e mesmo que conhecida não haverá condenação adiciona mais um pesado fardo a ser carregado pelos sobreviventes do homicídio, provavelmente, pelo resto de suas vidas.

6.5 REDE SOCIAL DE APOIO E MODOS DE ENFRENTAMENTO DA PERDA

Todos os participantes da pesquisa mencionaram ter recebido algum tipo de suporte que os ajudaram a amenizar o impacto da tragédia vivida. Nos relatos, os entrevistados fizeram referência ao apoio recebido de parentes, amigos e vizinhos. Esse suporte oriundo de pessoas próximas mostrou-se valioso para as famílias em diferentes aspectos: por serem bons ouvintes, por estarem presentes em momentos críticos e por ajudarem nas questões burocráticas e financeiras pós-homicídio.

“Essa colega minha sempre acompanhou tudo. Todo momento ela esteve do meu lado. Ajudando-me com palavras” (Narrativa I- ex-companheira).

“Meu marido estava desempregado (...), meu cunhado foi quem agiu com tudo do enterro dele . Os vizinhos também me ajudaram muito, porque se não fosse meus vizinhos, hoje eu não estaria mais aqui (...). Depois que ela viu que eu estava desesperada mesmo. Ela tinha uma padaria e disse: ‘Não, Adália, você vai me ajudar para você pagar as suas dívidas’ ” (Narrativa III, mãe).

De acordo com Rangel (2005), a morte enquanto um evento está inserido em um contexto sociocultural. Desse modo, a vivência da perda pelos familiares das vítimas de

homicídio é avaliada pelo entorno social e validada tanto no que diz respeito à morte quanto à continuidade da realidade que advém da perda. É, portanto, dessa validação que decorre a extensão do apoio social, sua qualidade e as contribuições de cada um sobre os modos de enfrentar a dor baseadas em experiências similares. A constatação de que essas famílias estão, em alguma medida, recebendo apoio das pessoas que os cercam é particularmente importante, principalmente por se saber, através da literatura, que em muitos casos de homicídio a família da vítima acaba sendo negligenciada em seu sofrimento, pois, não raro, a morte é recoberta de estigma impedindo uma validação social do luto dos familiares (ASARO, 2001; CLEMENTS e BURGESS, 2002).

Em geral, os entrevistados demonstraram estarem abertos ao apoio proveniente das suas redes sociais de suporte. Entretanto, nem sempre esse apoio foi considerado adequado como aponta o irmão de um jovem assassinado:

“Às vezes, as pessoas falam assim: ‘Ah não, que vocês têm que esquecer’. Não, não é esse negócio de esquecer. Não dá. Não existe isso. Não existe você esquecer uma pessoa que conviveu dezoito anos, dezenove anos com você ali. É difícil. (...) Isso aí é coisa da boca para fora, porque a gente pode um dia até desabafar e tudo só que é difícil a gente tirar. Vai ser muito difícil” (Narrativa II, irmão).

Somente quem passou por essa experiência sabe como se sente, sendo impossível para outras pessoas ter a medida exata da perda. A delicadeza das circunstâncias que envolvem uma morte por homicídio para a qual nem os familiares das vítimas, nem as pessoas próximas estão preparadas exige, como advertido por Miller (2009a), cuidados especiais, principalmente no que tange às abordagens feitas por profissionais. Nesse sentido, o autor sugere evitar comentários que indiquem que a situação será “resolvida” ou que a família irá “superá-la”.

A igreja também é apontada como um espaço dentro da comunidade, onde as famílias conseguem encontrar a paz e a tranquilidade que lhes faltam em casa. Elas se sentem acolhidas e respeitadas pelos membros da igreja. Lá conseguem se distrair e se afastar, pelo menos temporariamente, do sofrimento que os cercam.

“A gente consegue ficar mais tranquilo quando a gente chega da igreja. (...) a gente fica mais aliviado, porque a gente vai na igreja, a gente canta, a gente louva e a gente sente um, tipo... um preenchimento. Que Deus preenche os nossos corações por inúmeras vezes. Só que a gente chega dentro de casa, muda tudo” (Narrativa II, irmão).

Apesar das múltiplas implicações de uma morte por homicídio na família, clarificadas nos relatos analisados, apenas um entrevistado referiu ter recebido apoio psicológico em um serviço de saúde, neste caso do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da sua cidade:

“Eu tenho ajuda lá no Caps(...). Porque lá tem um negócio: ‘Voltando para a cidadania’. Agora estou às quintas-feiras só com a psicóloga. Daí, eu já melhorei bastante” (Narrativa IV- mãe).

Convém sublinhar que esse familiar foi o que chegou mais próximo de um acompanhamento especializado, tendo encontrado no CAPS não só um lugar para cuidar da sua saúde mental, mas também da sua inserção social outrora prejudicada pelo isolamento que a perda desencadeou. O CAPS, no entanto, se configura com um serviço de saúde voltado para o atendimento de pessoas com transtornos mentais com atuação limitada no que se refere às necessidades dos familiares das vítimas de homicídio. Como se sabe, esse público específico demanda um apoio que não se restringe ao âmbito da saúde. Assim, a rede social de apoio formal deveria ser capaz de oferecer não somente assistência psicológica, mas também, jurídica e financeira.

Como destacado na revisão da literatura, a existência de lugares que atuem no sentido de prover um suporte que contemple a amplitude das necessidades dos sobreviventes do homicídio é ínfima em comparação à demanda e, em geral, são organizações não governamentais (ONGs) chamadas de “associações” que cobrem um pequeno território.

Arcoverde (2005), ao analisar a importância da participação dos familiares de vítimas de homicídio em uma ONG, constatou que os sentimentos dos familiares mudam após a entrada na instituição, pois, muitas vezes, chegam debilitados, cheios de ódio e com o pensamento de vingança. Com o passar do tempo e recebendo ajuda, orientação e partilhando experiências com outras pessoas em situações semelhantes, as famílias conseguem resignificar a perda e transformar o sentimento antes de raiva em solidariedade, amor e busca por um mundo melhor.

Cabe sublinhar que nas histórias estudadas nenhum participante da pesquisa mencionou fazer parte de alguma dessas associações ou que outros familiares o fizessem. A partir desse dado é possível supor que a falta de referência de lugares especializados reforça o estado de isolamento, prostração e imobilismo verificado em algumas famílias deste estudo. Falta, talvez, uma orientação no sentido de conscientizar essas pessoas dos seus direitos e da possibilidade de transformar o luto em luta.

Além da rede social de apoio, um ponto importante que perpassa a experiência da perda são os modos de enfrentamento utilizados pelos sobreviventes do homicídio na tentativa de seguir com as suas vidas. Verificou-se que uma das estratégias empregadas é a de retomada da rotina e do reinvestimento em novos projetos de vida. Como ilustra a verbalização a seguir:

“Quando eu comecei a trabalhar foi quando eu fui me distraíndo mais. Fiz novas amizades (...) e conheci uma pessoa. (...) Estamos juntos até hoje” (Narrativa I, ex-companheira).

Segundo Miller (2009a) retomar a rotina, as responsabilidades familiares e, até mesmo, se inserir em novas atividades ajuda o sobrevivente do homicídio a se distanciar mentalmente, mesmo que por breves períodos, dos pensamentos relativos à perda.

Ao percorrer os relatos constatou-se que o apego à espiritualidade é também um modo de enfrentamento bastante recorrente entre as famílias estudadas. Reflete o esforço de dar algum sentido àquilo que se apresenta como totalmente desprovido de sentido porque, em geral, para as famílias a perda que sofreram não é nem justa, nem razoável, sendo assim, somente um propósito maior que vem de Deus para dar significado ao homicídio. Portanto, a religião mostra-se como uma fonte transcendente tanto de busca do sentido da vida quanto da morte. Na fala que se segue observa-se como a entrevistada encontrou na religião a explicação pelo ocorrido:

“Ele chegou a ir para a igreja. Ele foi. Ele ia. Ele conhecia as doutrinas. Ele conhecia a palavra, mas ele não se afirmou. Ele não levou a sério. Ele não deu crédito à palavra de Deus. Creio que foi por isso que Deus permitiu que isso acontecesse com a vida dele” (Narrativa I, ex-companheira).

A expressão *“Deus permitiu que isso acontecesse com a vida dele”* traz à tona uma reflexão que coloca em xeque o papel da religião enquanto uma fonte de resignação, que ao oferecer uma resposta transcendental para o homicídio, exime a sociedade da sua responsabilidade diante do fato. Observa-se que fatores de cunho sociocultural, político e econômico que constituem a sociedade e que historicamente contribuem para situações de violência, de perda e de privações de toda ordem que afetam principalmente às camadas mais empobrecidas da sociedade passam a ser interpretadas e, até mesmo, enfrentadas como algo maior e além de suas possibilidades. Esse contexto aponta para um importante paradoxo: ao tornar Deus o responsável pelo problema reforça-se por um lado uma atitude de aceitação

diante do fato e por outro de negação paralisante, na medida em que se deixa de buscar alternativas para enfrentar a situação que se coloca.

Além de auxiliar as famílias a dar significados à perda, a religião também é encarada como uma fonte de conforto e consolo, como algo que atenua a dor e traz alento:

“O único apoio mesmo...Só Deus para confortar o nosso coração porque nessa terra aqui, eu acho que só Deus conforta” (Narrativa II, irmão).

“Só Deus que me consola. Dentro de Deus... Deus sempre tira essa dor de dentro de mim” (Narrativa II, mãe).

“Eu estou tendo fé em Deus. Estou escutando padre Marcelo, padre Reginaldo para ter uma ajuda. (...)A gente precisa de ajuda, não é? (..)A gente tem que se apegar com o santo também”. (Narrativa IV- mãe).

A posição central assumida pela religião nas falas das pessoas que perderam entes por homicídio é amplamente apontada pela literatura. Domingues (2010), por exemplo, destacou que as crenças religiosas, o apoio na fé e a participação em cultos e missas são aspectos protetivos que servem de base para o enfrentamento da situação e para a reorganização familiar.

Durante as narrativas das histórias foi possível observar que para os entrevistados, de fato, a fé é um fator importante, pois além de conduzir os sobreviventes do homicídio a uma sensação de apaziguamento do sofrimento, também os incentiva a acreditar que a morte do ente querido não foi totalmente em vão ao ser alimentada a esperança de que nem que seja somente no plano divino a justiça pelo crime será feita.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita pode transformar a coisa vista ou ouvida em batalhas. Ela transforma-se em um princípio de ação. Em contrapartida, aquele que escreve se transmuta em meio a esse emaranhado (MACHADO, 2004).

Embora os estudos a respeito do homicídio de jovens sejam relativamente vastos, a investigação focada nas famílias e suas narrativas diante da morte de um jovem assassinado, nem tanto. Esse cenário permitiu transformar a execução deste trabalho em um encontro com um tema ainda em recente desenvolvimento no Brasil, e conseqüentemente, as reflexões aqui esboçadas se juntam a outros estudos, contribuindo para a produção do conhecimento na área e para dar visibilidade às famílias que se encontram nessa situação de perda. A maneira como a pesquisa foi estruturada, e os referenciais teóricos e metodológicos empregados, emergiram como um caminho possível a ser tomado, possibilitando, uma imersão nas profundezas, nuances e particularidades do tema discutido.

Em um primeiro momento, objetivando se aproximar do tema, foi empreendida uma revisão exaustiva da literatura. Como adverte Soares e colaboradores (2006), “as pesquisas não são feitas num vazio cognitivo, não começam do zero. Existe uma herança deixada por outras pesquisas, teóricos, pensadores, literatos e pessoas comuns” (p.197). A busca bibliográfica mostrou que as pesquisas sobre as implicações do homicídio nas pessoas próximas à vítima se concentram nos países desenvolvidos, principalmente, nos Estados Unidos da América, país de origem da maioria dos estudos localizados. Esse quadro é reflexo de um maior incentivo dado às pesquisas nesses países. Apesar do grande esforço em localizar estudos elaborados em países em desenvolvimento, cujas características estruturais da sociedade se aproximassem, pelo menos em parte, do contexto brasileiro, somente um trabalho, colombiano, foi recuperado.

Nesta dissertação, as pesquisas internacionais foram usadas como forma de preencher algumas das lacunas que ainda persistem nos estudos nacionais, tendo o cuidado de analisá-los criticamente e de considerar os contextos específicos. Pelo esforço na realização da revisão da literatura, este estudo reúne uma gama considerável de trabalhos nacionais e

internacionais que versam sobre o tema e que podem ser consultados por outros pesquisadores para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Um segundo momento da pesquisa refere-se à análise das construções narrativas de familiares de jovens vítimas de homicídio. Quatro histórias de perda correm as linhas deste trabalho e apesar de apresentarem características peculiares entre si, guardam aspectos universais que se assemelham a tantas outras histórias, principalmente, no que se refere à vivência da perda pela família.

A pesquisa se propôs a responder algumas questões inaugurais e neste momento de fechamento convém retomá-las. Quanto ao significado da morte de um jovem por homicídio na família, pode-se dizer que essa forma de morrer carrega um significado que é unânime: a de uma morte “fora do lugar”, tanto pela prematuridade da vida que é perdida quanto pela natureza intencional do ato que levou à morte. O homicídio por ser fruto do ato intencional de alguém não pode ser considerado um acidente, uma fatalidade. Trata-se de uma morte evitável. Essa característica inerente ao homicídio é o que parece alimentar mais intensamente os sentimentos de revolta e de inconformismo que permeiam a vivência da perda. Para a família da vítima, o homicídio significa a perda irreversível e prematura de um ente querido, a ruptura de um destino, a quebra de planos desenhados.

Sob quaisquer circunstâncias, a morte de um jovem por homicídio é um evento doloroso, que deixa marcas profundas e irreversíveis na família. O homicídio é sempre uma morte violenta e o teor dos relatos demonstra como esse evento impõe desafios específicos aos familiares que, sem dúvidas, não são os mesmo suscitados por uma perda por morte natural, por exemplo. Viu-se que o homicídio provoca impactos graves no âmbito da saúde, podendo gerar comprometimentos físicos e mentais. Altera a dinâmica familiar ao verificar-se uma mudança acentuada no modo dos familiares se relacionarem e interagirem entre si. A morte do jovem exige que novos papéis sejam delimitados dentro do sistema familiar, forçando a família a se reorganizar diante dessa nova realidade. O homicídio por ser um evento muito estressante pode gerar tensões e conflitos difíceis de serem solucionados no seio familiar.

Também desencadeia dificuldades financeiras, pois o homicídio, em alguns casos, pode significar a perda de um provedor. O evento torna as pessoas mais amedrontadas e inseguras com tendência a se isolarem. O isolamento pode contribuir para o enfraquecimento dos laços sociais e para o sentimento de despertencimento em relação à comunidade onde se vive. A ausência de relações mútuas de apoio dificulta a criação de novas redes sociais, especialmente importantes, em momentos de crise, com consequências no âmbito familiar e

da comunidade. Esse retraimento pode também influenciar numa baixa produtividade para a construção de uma vida social, podendo gerar, por exemplo, dificuldades em relação aos vínculos empregatícios, na formação de laços de qualidade e na ampliação do círculo de amizades.

É possível afirmar que o homicídio enquanto expressão da violência na sociedade ameaça a qualidade de vida dos familiares da vítima ao gerar impactos no nível físico, emocional, financeiro e social. Esta constatação reforça a necessidade de se observar o fenômeno a partir de uma ótica interdisciplinar, voltada para os pressupostos da saúde coletiva de prevenção e promoção da saúde.

O trabalho também revelou um aspecto perverso típico dos casos de homicídio no Brasil: a impunidade. O sistema judiciário, enquanto mecanismo regulador da convivência coletiva, falha constantemente em sua função, gerando descrédito e revolta. Desta feita, a impunidade nos casos de homicídio se apresenta como um dos principais fatores de revitimização dessas famílias. Neste ponto, é possível fazer um paralelo com a literatura internacional que ao discutir a questão do sistema criminal preocupa-se, principalmente, em investigar as implicações do processo judicial na vida dos sobreviventes do homicídio e o nível de satisfação com a condenação dada (CONNOLLY; GORDON, 2014; MALONE, 2007; ASARO, 2001; UMBREIT; VOS, 2000), enquanto no Brasil, a preocupação ainda é com os casos de homicídio que se multiplicam e se acumulam sem nenhuma resolução. As famílias diante desta (in)justiça sentem-se, e não poderia ser de outro modo, irrelevantes, invisibilizadas e negligenciadas diante do seu sofrimento. A gravidade desta questão aponta para a necessidade de uma investigação mais profunda a respeito da relação entre as famílias de vítimas de homicídio e a justiça no contexto brasileiro.

Observou-se que viver a partir da perda de um ente querido por homicídio não é uma tarefa fácil, mas parece ser facilitada quando a família pode contar com uma rede social de apoio. Em relação a essa rede social se destacou o papel fundamental desempenhado pela família extensa, pelos amigos, pelos vizinhos e pelos membros da igreja. A morte violenta de um jovem, com requintes de crueldade vistos em muitos casos, é um evento extremo para o qual a família não está preparada; por isso, a participação da comunidade diante dessa adversidade ajuda às famílias a lidarem melhor com as mudanças que lhe são impostas. Apesar dos impactos à saúde dos sobreviventes do homicídio, por exemplo, a rede social mostrou-se mais eficiente em oferecer atenção e cuidado do que a própria área médica.

Em regiões onde os homicídios são mais frequentes como, por exemplo, nos bolsões de miséria e pobreza das grandes cidades (FILHO; MARINHO, 2007), o fortalecimento dessa

rede social mostra-se fundamental, na medida em que as famílias das vítimas podem se beneficiar da solidariedade e do acolhimento proveniente das pessoas que os cercam. Entretanto, para que esse fortalecimento seja possível é preciso, antes de tudo, desconstruir os estigmas e os preconceitos associados à morte por homicídio.

Quanto às estratégias de enfrentamento da perda pelas famílias, o apego à espiritualidade despontou como a mais utilizada, corroborando com os resultados de outros estudos. Entretanto, as falas dos entrevistados evidenciaram que a crença religiosa exerce um papel duplo: ora como fonte de conforto e alento para o sofrimento e como meio de dar significado à morte, ora como justificativa paralisante e de conformismo diante da perda.

Como destacado pela literatura, de modo geral, há uma carência de espaços especializados na sociedade para que essas vítimas indiretas do homicídio possam falar da sua experiência de perda, compartilhar o sofrimento que vivenciam e receberem suporte em suas necessidades. Esse fato foi também verificado nas famílias estudadas por meio da ausência, nos relatos, de menções à lugares de acolhimento com essas características. Pelas necessidades exibidas pelas famílias, pode-se dizer que elas demandam apoio psicológico, médico, financeiro e jurídico.

Um exemplo importante de intervenção junto às famílias e demais pessoas afetadas por essa forma de violência encontra-se na publicação do Manual Caronte, desenvolvido em Portugal pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2012)¹⁶. Esse manual objetiva instrumentalizar os profissionais que estão ou que possam vir a estar em contato com pessoas afetadas pelos efeitos negativos da perda de algum ente próximo, vítima de homicídio. O manual é dirigido à profissionais como: agentes policiais, profissionais da saúde em geral, médicos legistas, advogados, funcionários da justiça, magistrados, assistentes sociais, entre outros, ou seja, “todos os que, um dia, possam ou já foram confrontados com uma família e/ou com um grupo de amigos de uma vítima de homicídio” (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2012, p.7). O manual ressalta que as vítimas indiretas do homicídio necessitam ser acompanhadas por profissionais capacitados e que é possível construir estratégias específicas para esse tipo de abordagem. O documento encontra-se dividido em duas partes. Na primeira é tecida uma discussão teórica acerca da vivência da perda por homicídio pelas pessoas próximas à vítima com destaque para o desenvolvimento do transtorno de estresse pós-traumático e de um luto não elaborado. Na segunda são apresentadas as estratégias de apoio às vítimas secundárias do

¹⁶ Disponível no web site: http://www.apav.pt/pdf/Caronte_PT.pdf

homicídio que incluem tanto a intervenção na crise quanto a intervenção continuada. Assim, de forma detalhada, o manual orienta, por exemplo, como o homicídio deve ser notificado, os meios de apoio a serem oferecidos no momento imediato à perda e, até mesmo, as tarefas a serem estimuladas a longo prazo pelos profissionais na tentativa de ajudar os sobreviventes do homicídio a lidarem com a perda. Esse manual serve como fonte de inspiração para a elaboração de instrumentos semelhantes no âmbito brasileiro, onde, certamente, muitos profissionais, principalmente nas áreas que mais sofrem com este tipo de violência, enfrentam dificuldades em oferecer um atendimento eficaz e de qualidade a este público.

De todo modo, acredita-se que a melhor maneira de prevenir que as pessoas passem por essa dolorosa experiência de perda é criando estratégias que reduzam a ocorrência dos homicídios. Mas para que isso efetivamente ocorra se faz necessária uma mudança de consciência pública. Observa-se, como aponta Cardia (2002), uma maior indignação em relação aos delitos violentos contra a propriedade privada do que em relação ao crescimento dos crimes contra a vida. A morte por homicídio, tão banalizada, principalmente quando acomete determinados grupos sociais como os jovens pobres, negros e que habitam as áreas periféricas das grandes cidades, ainda não sensibiliza a sociedade e governantes a ponto de se construir medidas eficazes de redução desse tipo de violência. As políticas voltadas para a juventude ainda são frágeis e incapazes de promover mudanças sociais importantes.

Importante sublinhar que como qualquer pesquisa esta também teve algumas limitações que precisam ser consideradas. Somente uma entrevista foi realizada pela presente pesquisadora, embora a mesma tenha sido responsável pela transcrição das quatro entrevistas analisadas e em constante diálogo com os demais pesquisadores da pesquisa tenha conseguido dirimir dúvidas sobre as narrativas e sobre o *setting* das entrevistas. Entretanto, compreende-se que detalhes importantes podem ter sido perdidos, principalmente no que tange às expressões corporais dos participantes durante as mesmas. Outro ponto a abordar é que as entrevistas foram realizadas, em sua maioria, com apenas um membro da família e, provavelmente, entrevistas com mais membros permitiria uma visão ainda mais ampliada das ressonâncias de uma perda por homicídio na família. A família, sob a ótica sistêmica, é entendida como um sistema constituído por uma rede de relações através da qual os sujeitos se movem e que provê os recursos tanto materiais quanto afetivos com que contam (SARTI, 2008). Desse modo, considera-se que o comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento dos outros. Ao olhar a família como unidade de análise é possível observar os impactos da morte violenta de um ente jovem na dinâmica das relações familiares.

As dúvidas, as muitas idas e vindas do processo de pesquisar, a página na tela do computador que insiste em permanecer em branco e as transformações do pesquisador no curso da escrita estão sempre presentes nas entrelinhas do texto, mesmo que encobertos pela escrita que se busca acadêmica. Como adverte Machado (2004): “na maioria das vezes a escrita ‘científica’ deixa poucos rastros das inúmeras implicações que a teceu” (p.147). Desde a elaboração do projeto de pesquisa até o presente momento, muitas inquietações e questionamentos ganharam corpo, fazendo a presente pesquisadora repensar suas próprias crenças, valores e preconceitos. Diante de um estudo que aborda um tema tão delicado como é a morte de um jovem por homicídio, como não ficar tocado e impelido a refletir sobre as marcas dessa violência na própria vida? Ao reconstruir as narrativas das famílias analisadas, foi possível enumerar histórias próximas à da pesquisadora que em muito se assemelham às retratadas neste estudo. Essa observação aponta para o fato do homicídio não ser uma realidade distante ou fechada em certos grupos, mas de ressonâncias significativas capazes de refletir em maior ou menor grau na vida de todos.

Aposta-se que este trabalho carregue, mesmo que timidamente, um pouco da potência de transformação que a sociedade brasileira necessita ao contribuir para a quebra do silêncio em torno das famílias de jovens assassinados. “Pesquisar é sempre movimento; é produção” (SCHEINVAR, 2012, p.196) pelas perspectivas que abre, pelo o que cria, articula e compõe. Acredita-se que este estudo possa contribuir para a intensificação do debate sobre o homicídio de jovens e os impactos nas famílias das vítimas, para a criação de políticas públicas voltadas à reparação e garantia de acompanhamento às vítimas indiretas do homicídio e, também, para a criação de lugares especializados no atendimento a esse público, bem como para a capacitação de seus profissionais.

8 REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, A. J.; CARVALHO, M. D.; PELLOSO, S. M. A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v.16, n.3, p.341-347, 2008.
- ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- ALBERTI, V. **Narrativas na história oral**. In: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História: João Pessoa, 2003.
- AMOUR, M. P. Journey of family members of homicide victims: A qualitative study of their posthomicide experience. **American Journal of Orthopsychiatry**, v.72, n.3, p. 372-382, 2002.
- ANDRADE, S. M. et al. Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 20004. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v.16, n.1, p.1281-1288, 2011.
- ANTONIAZZI, A. S; DELL' AGLIO, D. D; BANDEIRA, D. R. O Conceito de *coping*: uma revisão teórica. **Estudos em Psicologia**, v. 3, n. 2, p.273-298, 1998.
- APINI, D. M. **Violência e Exclusão: Adolescência em grupos populares**, São Paulo: EDUSC, 2003.
- ARANTES, E. M. M. Escutar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L; MARASCHIN, C. (ORG). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 93- 96.
- ARCOVERDE, M. L. V. **Cotidiano dos familiares vítimas de violência**. Dissertação [mestrado]. Centro de ciências da saúde, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2005.
- ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ASARO, M. R. Working with adult homicide survivors, part II: helping family members cope with murder. **Perspectives in Psychiatric Care**, v.37, n.4, p.115–124, 2001.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. **Manual Caronte: Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídios**. Lisboa: APAV, 2012.
- BALIKO, B; TUCK, I. Perceptions of survivors of loss by homicide: opportunities for nursing practice. **Journal of Psychosocial Nursing and Mental Health Services**, v. 46, n.5, p. 26–34, 2008.
- BARBER-MADDEN, R; SABER, B. A A situação dos Jovens no Mundo. In: BARBER-MADDEN, R; SANTOS, T.F (ORG). **A Juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro**, Brasília: UNFPA, 2010, p17- 39.

BARBOSA, C. G. **A família e a morte:** estudo fenomenológico com adolescentes, genitores e avôs. Dissertação [Mestrado]. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2010.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências.** Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BUSSINGER, V. R. **Nem Que a Morte os Separe:** Trajetória de Mães de Filhos Assassinados e Representação Social de Justiça. Curitiba: Juruá, 2010.

CANO, I. Prefácio. In: SOARES, G. A. D.; MIRANDA, D.; BORGES, D. (ORG). **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.11-15.

CANO, I; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (ORG). **Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 51-78.

CARDIA, N. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças. **Lusotopie**, p: 299-328, 2003. Disponível em: < <http://www.nevusp.org/downloads/down066.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2003.

CARDIA, N. The impact of exposure to violence in São Paulo: accepting violence or continuing horror? In: ROTKER, S (org). **Citizens of fear.** Urban violence in Latin America. New Brunswick: Rutgers University Press, 2002, p. 152-186.

CARITÁ, K. P. **Do luto à luta:** notícias do serviço social sobre uma guerra particular. Dissertação [mestrado]. PUC-SP, São Paulo, 2010.

CAVALCANTE, R. M. B. **Vidas breves:** investigações acerca dos assassinatos de adolescentes em fortaleza. Dissertação [mestrado]. CESA, Universidade do Estado do Ceará, Ceará, 2011.

CLEMENTS, P. T; BURGESS, A.W. Children's responses to family member homicide. **Family Community Health**, v.25, n.1, p. 32-42, 2002.

CLEMENTS, P. T. et al. Life after death: grief therapy after the sudden traumatic death of a family member. **Perspectives in Psychiatric**, v. 40, n. 4, p.149-154, 2004.

CONNOLLY, J; GORDON, R. Co-victims of homicide: a systematic review of the literature. **Trauma, violence e abuse**, 2014.

CORREDOR, A. M. Estudio cualitativo del duelo traumático de familiares de víctimas de homicídio según la presencia o ausencia de castigo legal. **Revista Colombiana de Psicología**, n.11, p. 35-55, 2002.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, suppl, p. 1163-1178, 2006.

DALBOSCO, C. **Ressonâncias da morte violenta de adolescentes e Jovens**: Estudo teórico clínico de famílias em sofrimento. Dissertação [mestrado]. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DOMINGUES, D. F. **Homicídio Juvenil por arma de fogo**: Luto, Enfrentamento e Reorganização na Família Vitimada. Dissertação [Mestrado]. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

DOMINGUES, D. F.; VILLAS BOAS, A. C. V. B.; DESSEN, M. A. Homicídio Juvenil por arma de fogo e reorganização familiar: um estudo de caso. **PSICO**, v. 42, n. 1, p. 51-58, 2011.

EDWARD, K; RYNEARSON, M. D. The narrative dynamics of grief after homicide. **Omega**, v. 65, n.3, p. 239-249, 2012.

ESTEVES DE VASCONCELOS, J. M. **Pensamento Sistêmico**. O novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2013.

FILLHO, C. B.; MARINHO, F. C. Padrões regionais de homicídio no Brasil. In: CRUZ, M.V.G.; BATITUCCI, E.C. (ORG). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 177- 190.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GLAT, R; PLETSCH, M. D. O método de história de vida em pesquisa sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Revista educação e saúde**, v. 22, n.34, p. 139-154, 2009.

GUIMARÃES, J. G.; TORRES, A. R. R.; FARIA, M. R. G. V. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 263-271, 2005

HERTZ, M.F; PROTHROW-STITH, D; CHERY, C. Homicide Survivors. Research and practice implication. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 29, n.5, p. 288- 295, 2005.

HOGA, L. A. K; BORGES, A. L. V.; REBERTE, L. M. Razões e reflexos da gravidez na adolescência: narrativas dos membros da família. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.14, n.1, p. 151-57, 2010.

HORNE, C. Families of homicide victims: service utilization patterns of extra-and intrafamiliar homicide survivors. **Journal of family violence**, v.18, n.2, 2013.

KALTMAN, S; BONANNO, G. A. Trauma and bereavement: examining the impact of sudden and violent deaths. **Journal of Anxiety Disorders**, v.17, n. 2, p. 131-147, 2003.

KAMIMURA, A. Linguagem e efetivação dos direitos humanos: o desafio do Direito no atendimento às vítimas de violência. **Revista Urutágua**, v.7, 2007.

KÓVAS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LOLIS, D. **Um jeito jovem de morrer**: homicídio de jovens por arma de fogo em Londrina, 2000-2003. Tese [Doutorado]. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araquara, 2008.

MACHADO, L. D. O desafio ético da escrita. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n 1, p.146-150; Número Especial, 2004

MANSUR, T. S. **Problematizando experiência de vítimas de violência**: Indagações e análises. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, UFES, Vitória, 2009.

MALONE, L. In the aftermath: listening to people bereaved by homicide. **Probation Journal**, v.54, n. 4, p. 383-393, 2007.

MASCARENHAS, M. D. et al. Epidemiologia das causas externas no Brasil: morbidade por acidentes e violências. In: Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde**. Brasília: MS, 2011, p. 203-225.

MASTROCINQUE, J. M. et al. I'm Still Left Here With the Pain: Exploring the Health Consequences of Homicide on Families and Friends. **Homicide Studies**, p. 1-24, 2014.

MCGOLDRICK, M. Ecos do passado: ajudando as famílias a fazerem o luto de suas perda. In: WALSH, F.; MCGOLDRICK, M (ORG). **Morte na família**: sobrevivendo as perdas. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 76- 104.

MILLER, L. Family survivor of homicide: I.Symptoms, syndromes, and reactions patterns. **The American Journal of Family Therapy**, v. 37, n.1, p. 67-79, 2009a.

_____. Family Survivor of homicide: II. Pratical therapeutic strategies. **The American Journal of Family Therapy**, v. 37, n.2, p. 85-98, 2009b.

MINAYO M. C. S. Introdução. In: MINAYO M.C.S.; DESLANDES, S. F. (ORG). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 17-27.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

_____. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 29, n 1, p.55-63, 2005.

_____. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M.C. S.; SOUZA, E. R. de. (ORG.). **Violência sob o olhar da saúde**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p.23-47.

_____. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

_____. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 7- 18, 1994a.

_____. Ciência, tecnologia e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO M.C.S (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994b, p. 9-29.

MURPHY, S. A. et al. Bereaved parents' outcomes 4 to 60 months after their children's deaths by accident, suicide, or homicide: a comparative study demonstrating differences. **Death Studies**, v. 27, n. 1, p. 39-61, 2003.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência e saúde coletiva**, v. 7, n. 2, p. 285-297, 2002,

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PARAPPULLY, J. et al. Thriving after trauma: the experience of parentes of murdered children. **Journal of humanistic psychology**, v. 42, n. 1, p. 33-70, 2002.

PERES, M. F. T; CARDIA, N; SANTOS, P. C. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002**. São Paulo: NEV/USP, 2006.

RANGEL, A. P. F. N. Dilemas éticos na morte de filhos. **O mundo da Saúde**, v. 36, n. 1, p. 11-26, 2012.

_____. **Do que foi vivido ao que foi perdido: o doloroso luto parental**. Tese [Doutorado]. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.

REDMOND, L. M. *Surviving: When someone you know was murdered*. Clearwater: **Psychological Consultations and education Services Ltd**, 1989.

RHEINGOLD, A. A. et al. Prevalence and mental health outcomes of homicide survivors in a representation U.S. sample of adolescents: Data from the 2005 National Survey of adolescents. **Journal of child psychology and psychiatry**, v. 53, n. 6, p.687-694, 2012.

RUOTTI, C.; MASSA, V. C.; PERES, M. F. T. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 37, p.377- 389, 2011.

SANTOS, J. V. T. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (ORG). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 11- 24.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R; VITALE, M. A. F (ORG.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008, p. 21-36.

SCHEINVAR, E. Produzir. In: In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L; MARASCHIN, C. (ORG). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p.195- 197.

SCHENKER, M. **Valores familiares e uso abusivo de drogas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

SCHENKER, M.; CAVALCANTE, F. G. Violência, família e Sociedade. In: NJAINE, K.; ASSIS, G. S.; COSTANTINO, P. (ORG.). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013, p.57- 77.

SCHILLING, F. Cidadão, cidadã: o direito à vida. O Centro de Referência e Apoio à Vítima-CRAVI. In: OLIVEIRA, I. M. C.; PAVEZ, G. A.; SCHILLING, F. (ORG.). **Reflexões sobre Justiça e Violência: o atendimento a familiares de vítimas de Crimes Fatais**. São Paulo: EDUC; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.5-21.

SHARPE, T. L.; BOYAS, J. We fall down: the African American experience of coping with the homicide of a loved one. **Journal of Black studies**, v. 42, n. 6, p. 855-873, 2011.

SHARPE, T. L. Understanding the sociocultural context of coping for african american family members of homicide victims: a conceptual model. **Trauma, Violence & Abuse**, v.16, n. 1, p. 48-59 , 2003.

SILVIA, A. P. et al. “Conte-me sua história”: Reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico, Estudos em psicologia**. Minhas Gerais, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, J. G. **Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a consequência fatal da violência**. Tese [Doutorado]. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, R. S; SILVA, V. R. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n.63, p. 663-678, 2011.

SOARES, G. A. D; MIRANDA, D; BORGES, D. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOARES, L. E.; ATHAYDE, C.; BILL, M. B. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, E. R. Homicídios no Brasil: O Grande Vilão da Saúde Pública da Década de 80. **Cadernos de saúde pública**, v.10, n. 1, p. 45-60, 1994.

_____. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciências e saúde coletiva**, v.10, n. 1, p. 59-70, 2005.

SOUZA, E. R. et al. Análise temporal da mortalidade por causas externas no Brasil: décadas de 80 e 90. In: MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. (ORG.). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p.83-107.

SOUZA, E. R. et al. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. **Ciências e saúde coletiva**, v.17, n.12, p.3183-3193, 2012.

SOUZA, E. R. et al. **Jovens em risco social: avaliação**. Brasília: Ministério da Saúde; Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES; São Paulo: Hucitec, 2013.

STRETESKY, P. B. et al. Sense- making and secondary victimization among unsolved homicide co-victims. **Journal of Criminal Justice**, v. 38, n. 5, p. 880-888, 2010.

THOMPSON, M. P; NORRIS, F. H; RUBACK, R. B. Comparative distress levels of inner-city family members of homicide victims. **Journal of Traumatic Stress**, v. 11, n. 2, p. 223-242, 1998.

TUCK, I. et al. A pilot study of a weekend retreat intervention for family survivors of homicide. **Western Journal of Nursing Research**, v. 34, n. 6, p. 766-94, 2012.

UMBREIT, M. S.; VOS, B. Homicide survivors meet the offender prior to execution restorative justice through dialogue. **Homicide Studies** , v. 4, n.2, p.63-87, 2000.

VAN DENDEREN, M et al. Revenge and psychological adjustment after homicidal loss. **Agressive Behavior**, v. 40. n. 6 p. 1-8, 2014.

VIANO, E. C. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (ORG). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

WASELFISZ, J. J. **O mapa da violência 2006**. Jovens do Brasil, 2006. São Paulo: Instituto Sangari, 2006.

_____. **O mapa da violência 2011**. Jovens do Brasil, 2011. Brasília: OEI, 2011.

_____. **O Mapa da Violência 2013**. Homicídios e Juventude no Brasil. Brasília, 2013.

_____. **O Mapa da Violência**. Juventude brasileira. Brasília, 2014

WALSH, F.; MCGOLDRICK, M. A perda e a família: uma perspectiva sistêmica. In: _____. **Morte na Família: Sobrevivendo às Perdas**. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 27-55.

WILLIAMS, J. L.; RHEINGOLD, A. A. Barriers to Care and Service Satisfaction Following Homicide Loss: Associations With Mental Health Outcomes. **Death Studies**, v. 39, n. 1, p. 12-18, 2014.

ZALUAR, A. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES DE JOVENS:

(Falar do anonimato, objetivos da pesquisa e dados pessoais do pesquisador).

1. História de vida do jovem: Gostaria que o Sr.(a) falasse sobre como foi a vida do seu (filho, irmão, neto, etc.)
 - Gravidez e nascimento;
 - Infância e posição na família;
 - Escola;
 - Lazer;
 - Trabalho;
 - Relacionamento com a família;
 - Relações: namorado(a), marido/esposa, amigos.
2. Falar sobre a morte do jovem: Agora eu queria que você contasse sobre o que ocorreu com ele (ela):
 - Descrever como ocorreu o fato (onde, quando, horário, se houve outra tentativa, se ele/ela falava do risco, se tomava medidas de proteção);
 - O que acha que levou o jovem a morrer?; Qual era o seu estilo de vida?;
 - Esse evento foi algo inesperado ou já era previsto?;
 - Como imagina que poderia ter sido o futuro do jovem?;
3. O Sr./Sra. Pode falar sobre o impacto da morte deste jovem da família:
 - Algo semelhante já ocorreu com algum outro membro da família?;
 - O que aconteceu na família (pais, irmão, etc.) depois da morte do jovem. Alguém sofreu mais? Mudou a relação com os outros filhos?;
 - A morte do jovem mudou os projetos da família? De que forma?;
 - Buscou alguma ajuda/apoio (de instituições/pessoas: saúde, assistência social, vizinhos, etc.);

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA “*Mortes violentas de jovens: um olhar compreensivo para uma tragédia humana e social*” (ENTREVISTA FAMILIARES).

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “*Mortes violentas de jovens: um olhar compreensivo para uma tragédia humana e social*”. Desenvolvida pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ), sob a coordenação da pesquisadora Dra. Edinilsa Ramos de Souza.

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo socio-epidemiológico da mortalidade por homicídios de jovens no país, por meio de uma análise epidemiológica e de um estudo de caso em dois municípios de cada região do país.

O convite a sua participação se deve ao fato de ter vivenciado a experiência de perder um ente querido por homicídio. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista individual a um pesquisador deste projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização do entrevistado(a). O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 50 minutos, e as questões que serão abordadas se referem a história de vida de seu familiar.

As entrevistas gravadas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a equipe de pesquisa do projeto. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 196/96 e orientações do CEP/ENSP.

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa será o fornecimento de informações para o debate sobre a questão da violência e dos homicídios envolvendo os jovens, visando a sua prevenção. Como toda pesquisa prevê a possibilidade de riscos ou desconfortos aos participantes, identificamos o risco de constrangimento durante a entrevista em razão do tema abordado.

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos, dissertações e teses.

Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas devem ser rubricadas pelo participante e assinada pelo pesquisador responsável.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de ética em Pesquisa da ENSP: tel e fax - (0XX)21-25982863, e-mail: cep@ensp.fiocruz.br, <http://www.ensp.fiocruz.br/etica> .

Edinilsa Ramos de Souza – edinilsaramos@gmail.com

tel: (0XX)21-38829154

Endereço: escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Andar Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21041-210

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, _____ de _____.

(rubrica ou assinatura do sujeito da pesquisa)